



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- ACTA DA 2.ª REUNIÃO DA 4.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA -----

----- MUNICIPAL DE OEIRAS, REALIZADA A 6 DE OUTUBRO DE 2004 -----

----- ACTA N.º 11/04 -----

----- Aos seis dias do mês de Outubro de dois mil e quatro no Auditório da Assembleia Municipal, em Oeiras, reuniu a Assembleia Municipal de Oeiras sob a Presidência em exercício da Primeira Secretária, Senhora Maria Madalena Pereira da Silva Castro, por ausência do Senhor Doutor Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes, tendo como Primeira Secretária, a Senhora Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga. -----

### 1. ABERTURA DA REUNIÃO -----

----- Pelas quinze horas e trinta minutos, a Senhora Presidente da A.M. em Exercício declarou iniciada a 2.ª Reunião da 4.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Oeiras, procedendo de imediato à chamada, tendo sido verificada a presença de trinta e quatro Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d' Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, Herondino Jorge Camarinho, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, Rogério Manuel Ferreira Simões Carneiro, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Pedro Duarte Alves de Lara Everard, João Carlos Macedo Viegas, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Pereira

Mendes de Miranda e Miguel da Câmara e Almeida Pinto) desta Assembleia Municipal.-----

**2. ORDEM DE TRABALHOS -----**

----- Foi estabelecida para a presente Reunião a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- ORDEM DE TRABALHOS (CONT.) -----

1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. 1305/04 relativa à Reinstalação dos Serviços de Protecção Civil. Compra de imóvel. Alterações; -----
2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1141/04 relativo à Permuta de terrenos com Alexandre António Quaresma Horta e mulher para fazer uma ligação do cruzamento da E.M. de Talaíde ao arruamento “D” do Alvará de Loteamento 14/01 – Ofício N.º 65336 – 04.09.17; -----
3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1299/04 relativa ao Regulamento de Apoio às Associações Culturais e Recreativas; -----
4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1300/04 relativa à Constituição do Conselho Municipal de Cultura; -----
5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1288/04 relativa ao Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública; -----
6. Designação do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral da Empresa Municipal - “SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.” a que alude a alínea a), do número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos da Empresa – Ofício N.º 54292 – 04.07.22;
7. Designação do Membro da Assembleia Municipal de Oeiras na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, nos termos do disposto do Artigo 17.º, da Lei N.º 147/99, de 1 de Setembro; -----
8. Designação por parte da Assembleia Municipal de Oeiras no Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal; -----
9. Apreciação do ponto de situação sobre a questão atinente à instalação da Polícia Judiciária, em Caxias; -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

10. Deliberação sobre a fixação de critérios para a designação dos Membros a que se refere a alínea c), do número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos do SATU;-----

11. Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do N.º 1, do Artigo 53.º, da Lei N.º 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei N.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

### **3. Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício -----**

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia apresenta as suas desculpas mas vai chegar ligeiramente atrasado, pelo que nós vamos dar início aos nossos Trabalhos.” -----

### **4. PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----**

#### **4.1. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1305/04 relativa à Reinstalação dos Serviços de Protecção Civil. Compra de imóvel. Alterações. -----**

-----Deliberação N.º 41/2004 da A.M. -----

-----Sr. Joaquim Cotas (CDU) -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte:-----

-----“Esta proposta número um coloca à Assembleia alteração do promitente vendedor, e, também a modificação do plano de pagamento deste património. O que a CDU gostaria de saber, acerca da alteração da forma de pagamento nada temos a dizer acerca disso, agora acerca do vendedor gostaríamos de ser esclarecidos, porque é que saí a PAPELACO e entra a PAPENOR, qual é a razão desta alteração? Porque na verdade o que se propõe aqui é a alteração do vendedor deste património, é apenas isto que esta proposta coloca, é a alteração e a forma de pagamento, porque quanto à compra do imóvel, isso já é assunto arrumado, na altura foi devidamente referido e está em Acta e com a posição da CDU que votou favoravelmente esta aquisição, gostaríamos de ser esclarecidos era exactamente acerca disto, porque é que saí a PAPELACO de

vendedor e entra a PAPENOR? -----

----- Obrigado.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

----- “Só há uma situação que gostava de levantar aqui, nós já aprovámos esta deliberação, e, hoje vem aqui outra vez! Penso que estou a ver, quem vendeu foi a PAPELACO na altura, e, hoje quem vende é a firma que comprou a PAPELACO, penso que é um bocado isto, pelo menos foi isto que consegui entender na proposta, não foi outra coisa.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “De outra forma é quase a mesma questão que o Senhor Deputado anterior colocou. Não há mais regtos de pedidos de palavra, daria a palavra à Senhora Presidente da Câmara para esclarecer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Boa tarde a todos os Senhores Deputados. -----

----- Só para dizer que o proprietário é a PAPENOR, de facto, e, não a PAPELACO, nós é que na altura em termos dos dados que tínhamos era a PAPELACO, foi só uma questão de correcção, porque o proprietário é que nos pode vender, e, o proprietário é a PAPENOR, é só isso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **4.1.1. VOTAÇÃO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Carlos Fonseca Santos, Herondino Jorge Camarinho, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Menezes, Jorge Silva Pracana, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira e João Carlos Viegas), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do BE (Miguel Almeida Pinto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. --

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

### **----- DELIBERAÇÃO N.º 41 /2004 -----**

#### **PROPOSTA C.M.O. N.º 1305/04 – REINSTALAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTECÇÃO CIVIL – COMPRA DE IMÓVEL – ALTERAÇÕES -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil trezentos e cinco barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e sete da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar as seguintes alterações: -----

----- O promitente vendedor passa a designar-se “Papenor Imobiliária, Sociedade Anónima”. -----

----- A data da escritura definitiva coincide com a data da última prestação. -----

----- A modificação do plano de pagamentos, o qual passa a prever doze prestações mensais e sucessivas de trinta e um mil e quinhentos euros cada, com o pagamento de dez por cento (quarenta e dois mil euros) do valor global do prédio (quatrocentos e vinte mil euros) com

a assinatura do contrato promessa e a primeira prestação a ser paga trinta dias após a assinatura do contrato promessa ou, caso esta data incida em dois mil e cinco, até dia trinta e um de Dezembro de dois mil e quatro, sempre após a assinatura do contrato-promessa, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----

**4.2. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1141/04 relativa à Permuta de terrenos com Alexandre António Quaresma Horta e mulher para fazer uma ligação do cruzamento da E.M. de Talaíde ao arruamento “D” do Alvará de Loteamento 14/01 – Ofício N.º 65336 – 04.09.17 -----**

----- Deliberação N.º 42/2004 da A.M. -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)**-----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

----- “Muito boa tarde. Estamos perante uma proposta que pode contribuir para um melhor desenho urbano do nosso concelho, em concreto, pensamos que é uma proposta correcta, é uma transferência no fundo de uma área reduzida, mas que vai contribuir efectivamente para o melhoramento do desenho urbano. Nesse sentido vamos votar favoravelmente.”-----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

----- “Esta é daquelas propostas que nos merece a nossa aprovação, visto que é uma proposta que nos traz mais segurança para os peões, visto que ela visa criar um espaço em que possa haver um passeio, para não criar tantos riscos para os peões, é por essa razão que vamos votar a favor.”-----

**4.2.1. VOTAÇÃO -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, Herondino Jorge Camarinho, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Menezes, Jorge Silva Pracana, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro e Fernando Santos Ferreira), oito do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira e João Macedo Viegas), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do BE (Miguel Almeida Pinto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta. -----

### **----- DELIBERAÇÃO N.º 42 /2004 -----**

#### **PROPOSTA C.M.O. N.º 1141/04 – PERMUTA DE TERRENOS COM ALEXANDRE ANTÓNIO QUARESMA HORTA E MULHER PARA FAZER UMA LIGAÇÃO DO CRUZAMENTO DA E.M. DE TALAÍDE AO ARRUAMENTO “D” DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO 14/01 -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil cento e quarenta e um barra zero quatro, a que se refere a deliberação número dezassete da reunião da Câmara Municipal, realizada em oito do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e três votos a favor, sendo dezanove do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista, quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar a permuta de uma parcela de terreno com a área de vinte e três metros quadrados a destacar do prédio sito na Rua Doutor Agostinho Silva, número

quarenta e seis, em Porto Salvo, descrito na Primeira Conservatória do Registo Predial de Oeiras sob o número mil quinhentos e sessenta e um, da freguesia de Barcarena, e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo três mil oitocentos e cinquenta, de que é proprietário Alexandre António Quaresma Horta, c.c. Helena da Conceição Rita Silvestre Horta, com uma parcela de terreno de igual área, integrada no domínio público municipal, tendo em vista permitir a ligação do arruamento “D” do alvará de loteamento catorze, de dois mil e um, à Estrada Municipal de Talaíde, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

#### **4.3. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1299/04 relativa ao Regulamento de Apoio às Associações Culturais e Recreativas -----**

----- **RETIRADA -----**

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Relativamente ao ponto três, passava já a palavra à Senhora Presidente da Câmara uma vez que tem esclarecimentos a dar. -----

----- Peço desculpa, mas já agora vou aproveitar para dar algumas informações que não quis fazer no início da reunião, porque percebi que havia alguns Senhores Deputados a chegar e tomarem os seus lugares. Como todos sabemos há três pontos da agenda que são eleições, pediria às Senhoras do secretariado para fazerem o favor de distribuir os papelinhos dos votos. As votações vão ser por voto secreto, agradecia que os Senhores Deputados tomassem nota: relativamente ao ponto número seis o papelinho que devem usar é de cor branca, pois na altura esclareceremos o tipo de votação.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Relativamente ao ponto sete “Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco” será a cor azul, quanto ao ponto oito “Designação, por parte da Assembleia Municipal para o Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal”, será a cor rosa. -----

----- Depois quando nos aproximarmos destes pontos da Ordem de Trabalhos voltarei a dar esta informação, não queria é que os serviços começassem a fazer a distribuição sem esta pequena explicação. -----

----- Faz favor Senhora Presidente da Câmara, estávamos a entrar no ponto três, pelos vistos não é para entrar.”-----

----- **C.M.O.** -----

----- A Senhora Presidente da C.M.O. deu os deu os seguintes esclarecimentos:-----

----- “Relativamente ao ponto três que é um Regulamento, peço imensa desculpa, mas é que foi enviada aqui para a Assembleia por antecipação, digamos assim, ela tem que ir a inquérito público, na altura mandou-se para aqui quando devia ter isso a inquérito público, e, só depois é que vinha para aqui, daí eu ter pedido na reunião passada para ficar suspensa a proposta de deliberação, depois retomamos quando se juntarem os elementos decorrentes do inquérito público. -----

----- Era só por isso Senhora Presidente. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte:-----

----- “Muito obrigado. Após este esclarecimento este assunto ficará pendente, passaremos então ao ponto quatro.” -----

**4.4. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1300/04 relativa à Constituição do Conselho Municipal de Cultura** -----

----- **Deliberação N.º 43/2004 da A.M.** -----

----- **Sr. Pedro Sá (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Pedro Sá disse o seguinte:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente em Exercício, aos restantes membros da Mesa, da Câmara Municipal e Senhores Deputados.-----

----- O Partido Socialista não está satisfeito com certeza com a criação do Conselho Municipal de Cultura, pois vem dar voz a vários intervenientes sociais nesta área. Contudo, tenho duas questões a colocar:-----

----- Primeiro lugar quais foram as razões que levaram a Câmara Municipal nalgumas situações, as descritas no artigo quarto, quais as situações em que há dois representantes de uma determinada área? Quais as situações em que há apenas um representante de uma determinada área? Portanto, qual foi o critério subjacente a essa mesma opção política? -----

----- Em segundo lugar, não pondo em causa certamente, ninguém põe em causa a designação por via eleitoral desses mesmos representantes, de que forma poderá ser garantido pelos órgãos políticos deste concelho que as formas de eleição serão as mais democráticas, as mais justas, mais conformes, tendo em vista a representação num órgão deste tipo.-----

----- Em terceiro lugar, estranhar porque é que nesta proposta não está referida a representação de autarcas da Assembleia Municipal aqui eleitos, sendo que haveria facilidade com certeza entre os Partidos políticos aqui representados, e, também com certeza com a Câmara Municipal, em se arranjar aqui uma solução de todos, consensual certamente.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “A nossa intervenção era na prática o que o Senhor Deputado Pedro Sá acabou de dizer, de maneira que faço minhas as palavras do Pedro Sá, é isto que vai ficar em Acta, porque é que a Assembleia Municipal não está representada com eleitos directos aqui do Órgão nesta Comissão? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Miguel Pinto (BE)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto disse o seguinte.-----

-----“As questões que o Bloco de Esquerda queria levantar, já foram aqui ditas, mas queria também que ficasse registado que o Bloco de Esquerda estranha que não haja representantes directos da Assembleia Municipal, apenas dois autarcas da freguesia. Apesar da iniciativa ser saudável, a iniciativa da criação desta constituição do Conselho Municipal, o Bloco de Esquerda até sugere que esta proposta seja retirada, reformulada e que venha novamente à Assembleia Municipal.-----

-----Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

-----**Sr. João Viegas (PS)** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, cumprimentar todos os presentes.-----

-----Era apenas uma questão específica, como sabemos a Orquestra Municipal, diria que é um instrumento da cultura no concelho, a minha pergunta é de saber em que âmbito, certamente não é nos coros, não sei se será nas Fundações, mas em que âmbito é que a Orquestra estará também representada neste concelho, porque nos parece que ter um Conselho Municipal de Cultura que é um instrumento de política fundamental, sem um representante da Orquestra não faz muito sentido.”-----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, boa tarde.-----

-----Penso que, até por aquilo que a Câmara já nos habituou em relação a Órgãos, Comissões e Organismos deste tipo, a falta, de facto, de representação da Assembleia Municipal será seguramente um lapso, não fazia sentido Senhores Deputados que se definisse a representação por exemplo da freguesia, que é um Órgão autárquico de valor menor, e, não se referisse a Assembleia Municipal, portanto, acredito, enfim, a Câmara irá explicar seguramente,

mas acredito que será um lapso. Nós também estamos de acordo que há semelhança de outros Órgãos, a Assembleia deve estar representada também no Conselho Municipal, deve estar representada porque não fazia sentido que muitas das propostas que a Câmara apresenta passassem, neste domínio claro, passassem por esta Assembleia e depois ela não tivesse representação neste Órgão, portanto, de facto, entendemos tal como os Senhores Deputados que nos antecederam que é de toda a conveniência que esta proposta, e, a própria constituição do Conselho Municipal de Cultura contemple também uma representação adequada à Assembleia Municipal, essa representação adequada, seria deixada na minha opinião ao critério da Câmara, agora parece-me é que se fosse possível aqui evitar que fosse retirada a proposta para de novo voltar cá, penso que se nós aprovarmos aqui uma qualquer medida que neste ponto nos satisfaça e que a Câmara proponha, penso que podemos fazer, desculpem-me a expressão “dois em um”, ou seja, no fundo a ideia era aproveitar esta proposta tal e qual ela está, visto que o único ponto que realmente não estamos de acordo é este, com a alteração ou a adenda que na alínea tal ou no artigo tal, seria contemplado também a inclusão de “x” representantes da Assembleia Municipal, portanto, a proposta do PSD não é de retirar a proposta, mas sim de a aprovar com uma adenda a esta artigo por forma a contemplar a representação da Assembleia Municipal em número de Deputados adequado à importância deste Órgão, que eu aliás me atrevo desde já sugerir que seja idêntico por exemplo a uma Comissão muito importante que nós temos neste concelho, que tem dado um óptimo rendimento em termos de trabalho que é a Comissão de Protecção às Crianças e Jovens. -----

----- A minha proposta vai no sentido de que a representação que nós consideramos adequada para este Órgão, seria semelhante àquela que também existe, e, aí por força da Lei nesta Comissão de Protecção às Crianças e Jovens. -----

----- Muito obrigado Senhora Presidente.” -----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Vidal Antão disse o seguinte:-----

-----“Boa tarde Senhora Presidente. Boa tarde a todos.-----

-----O Partido Socialista está na generalidade de acordo com esta proposta que o Senhor Deputado do PSD acabou de formular, só que gostaríamos de saber qual era a opinião da Câmara concretamente em relação ao ponto que pretende alterar, porque nós achamos que efectivamente não deve constar aqui dois autarcas de freguesia, deverá constar um determinado número de autarcas a serem eleitos em Assembleia Municipal, mas isso deixamos à consideração da Câmara, se a proposta for aqui apresentada pela Senhora Presidente, estamos dispostos a votar essa alteração e toda a proposta ainda hoje.-----

-----Só queria dizer mais uma coisa, custa-me, não sou advogado de defesa de ninguém, mas custa-me ouvir aqui o líder do PSD na Assembleia Municipal dar a entender que a freguesia é uma autarquia menor do que a Câmara, não tenho essa opinião, penso que foi um lapso do Senhor Deputado que não queria efectivamente dizer isso, mas não queria deixar passar isto em claro, porque tenho consciência como autarca que já fui de freguesia, tenho consciência que muito embora diga isso de ânimo leve ou muitas vezes os autarcas não queiram dizer isso, há quem pensem que efectivamente as freguesias são autarquias de índole menor, e, que não têm a importância da Câmara Municipal, não é essa a nossa óptica, constitucionalmente e através de toda a legislação em vigor, a autarquia/freguesia tem efectivamente uma importância muito grande na vida dos cidadãos, e, nós não devemos deixar isso aqui em claro, porque em minha opinião até no passado as autarquias já foram um bocado postas de lado, as autarquias/freguesia, portanto, não podemos passar isso em claro sem deixar aqui a nossa opinião concreta.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana referiu o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente é apenas de alguma forma um pequeno esclarecimento ao que o

Senhor Deputado disse. -----

----- Lembrar o seguinte: julgo que a intervenção do Senhor Deputado Vidal Antão é de muito mau gosto e de muito mau tom, não posso obviamente calar esta revolta que sinto por uma interpretação politiqueira das minhas declarações, o que se passa é de todos conhecido, na estrutura administrativa e de acordo com aquilo que a constituição da República Portuguesa define, na estrutura administrativa as freguesias estão efectivamente incluídas no município, como o município está por sua vez incluído em termos de poder autárquico noutra estrutura maior, por enquanto continua a ser um Distrito, porque de facto ainda não houve alternativa, quando aqui refiro de importância menor, tem necessariamente a ver com critérios puramente políticos, não tem a ver com critérios de representatividade, não tem a ver com critérios de importância, porque de facto as freguesias são tal e qual os municípios tão importantes, se é que não o são mais na medida em que estão muito mais perto do eleitorado, e, é por meio delas que se chega às vezes ao conhecimento final que a todos interessa.-----

----- Portanto, Senhor Deputado Vidal Antão interpretou muito mal as minhas palavras, procurou, de facto, pôr na boca aquilo que eu não disse. -----

----- Era apenas este esclarecimento, muito obrigado.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte: -----

----- “A CDU tem uma Proposta de Recomendação à Câmara que não apresentou na intervenção inicial exactamente para primeiro ver o desenvolvimento deste tema, mas a nossa Proposta de Recomendação à Câmara é no fundamental igual à que o Senhor Deputado Jorge Pracana acabou de apresentar, portanto, é na verdade igual no que respeita à representatividade da Assembleia Municipal neste Órgão ao que o Senhor Deputado Jorge Pracana acabou de referir.-----

----- Muito obrigado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----**Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

-----O Senhor Deputado Elísio Veiga disse o seguinte.-----

-----“Muito obrigado. Queria em primeiro lugar, queria aproveitar em “atalho de foice” para dar os parabéns ao Senhor Vereador da Cultura pelo trabalho que tem feito ao nível da cultura no município.-----

-----Em segundo lugar peço imensa desculpa ao Doutor Pracana, de quem gosto tanto, mas fiquei com a mesma ideia que o Deputado do Partido Socialista, de que estava a tratar das freguesias com alguma banalidade, tive a mesma interpretação e gosto de dizer aquilo que penso, mas queria dizer o seguinte: mas também o Senhor Deputado do Partido Socialista entendia que não devia ser as Freguesias e deviam ser os representantes da Assembleia Municipal, foi assim que entendi, se entenderem que a presença de pessoas ligadas à Assembleia de Freguesia, e, aqui até não se compreendia muito bem, dois autarcas da freguesia eleitos em Assembleia Municipal, se não fosse o Presidente de Junta nós poderíamos até indicar outras pessoas ligadas à própria freguesia, e, depois os Deputados da Assembleia Municipal não as conheceriam, isso seria uma eleição um bocadinho estranha até para os outros Deputados, não para a gente que os conhecemos, entendo que nestas circunstâncias se entenderem que é muito melhor serem representantes da Assembleia Municipal desde pessoas ligadas à Junta, queria dizer que não contem com os Presidentes da Junta para estarem presentes neste Conselho Municipal de Cultura.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** indagou o seguinte: -----

-----“Muito obrigado. No fundo a sua intervenção é no sentido de haver representação das freguesias e da Assembleia Municipal?”-----

-----**O Senhor Deputado Elísio Veiga (J.F. Algés)** respondeu o seguinte: -----

-----“Acho que não tem outra lógica. A representação da Assembleia Municipal não tem

nada a ver com a representação das freguesias, se querem representação das freguesias tem que ser feita de outra maneira.-----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Salvador Costeira (J.F. Porto Salvo)** -----

----- O Senhor Deputado Salvador Costeira disse o seguinte:-----

----- “Boa tarde, muito obrigado. Eu já estava inscrito, embora já tivesse sido ultrapassado por algumas das intervenções que foram aqui feitas, mas tenho que dizer o que já pensava dizer, de facto quando o nosso companheiro Pracana teve aquela expressão de menor valor houve aqui um mau estar com os Presidentes de Junta de Freguesia que acho que é um mau estar saudável, muito saudável. As palavras do Senhor Deputado Antão nós temos que as aceitar na medida em que também as compreendemos de uma certa forma, acho que foi um lapso linguístico do nosso companheiro Jorge Pracana, gostava que ele só frisasse bem que tinha sido um lapso linguístico.

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado. Esclarecida esta questão e manifestados, enfim, quem não se sente não é filho de boa gente, os Senhores Presidentes de Junta estão aqui em peso, o Senhor Deputado Pracana já referiu aqui que era uma referência à hierarquia administrativa, vamos dar a palavra à Senhora Presidente da Câmara para manifestar a posição da Câmara quanto a estas sugestões que nos parecem que podem ser perfeitamente ultrapassadas nesta reunião. -----

----- Faça favor Senhora Presidente da Câmara.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. Também pedia-lhes exactamente depois do que vou dizer, que ponderassem a situação de retirar ou não, dava jeito que ela não fosse retirada,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

deixe-me lhe dizer assim, porque acho que tudo isto se pode resolver neste momento, ou seja, como se aperceberam em todas as Comissões Municipais a Assembleia Municipal está representada, houve aqui, de facto, um lapso, eu propunha que desde já a Assembleia Municipal ficasse representada com quatro elementos, depois os Senhores decidirão quais são os quatro elementos, isto para além obviamente ficava intacto o que está com a alínea relativa às freguesias, exactamente esta ficava, é uma que se acrescenta dando hipótese de a Assembleia Municipal ter quatro elementos. -----

-----Também relativamente há Orquestra Cascais/Oeiras, nós não a pusemos aqui individualizada, não nos custa absolutamente nada, portanto, é uma situação que não custa nada a aceitar que ela seja aqui integrada, envolve os dois municípios, mas não tem problema nenhum, até porque nós trabalhamos imenso com eles, é uma situação que não me perturba absolutamente nada, portanto, o que eu sugeria era e estou inteiramente de acordo com a Assembleia Municipal, porque realmente como digo foi um lapso em todas as Comissões Municipais, se repararem está a Assembleia Municipal, e, nenhum de nós verificou que ela não estava aqui, portanto, quatro elementos da Assembleia Municipal, e, a Orquestra Cascais/Oeiras através de um elemento, todo o resto penso que não se põe mais nada, portanto, relativamente ao artigo quatro acrescentavam-se estas duas alíneas e creio que ficava contemplada essa situação que me parece que é muito pertinente.-----

-----Se a Senhora Presidente me permite passaria ali ao Senhor Vereador Barreto Xavier, precisamente para algum detalhe que foi questionado poder ser esclarecido, não nesta matéria porque esta já está.” -----

-----C.M.O. -----

-----O Senhor Vereador Barreto Xavier deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente em Exercício. Na sequência daquilo que já foi dito pela Senhora Presidente só para tentar esclarecer alguns aspectos que foram levantados e

dizer-vos o seguinte: naturalmente o objectivo deste Conselho Municipal de Cultura é garantir a máxima representatividade possível dos agentes culturais do concelho, criar inclusivamente uma dinâmica de trabalho que julgo que mesmo a nível nacional é referenciável porque não conheço, é possível que existam outros modelos neste género a nível nacional em termos autárquicos. De qualquer modo queria-vos dizer que a nível da representatividade e passando os aspectos que já foram esclarecidos pela Senhora Presidente e tendo sido levantadas algumas questões pelos Senhores Deputados, relativos a porque é que ás vezes estão dois, e, noutras situações estão um, devo-vos dizer o seguinte: não é fácil em alguns domínios aferir mecanismos de representatividade, em termos dessa representatividade há domínios como por exemplo o audiovisual, o multimédia ou a área do designe, que são áreas que são colocadas aqui como forma para além daquilo que são as culturas tradicionais do concelho, dar uma abertura às novas áreas de desenvolvimento, é difícil encontrar os mecanismos de representação, todavia e apesar de assim ser consideramos que é extremamente importante dar uma abertura a essas forças que são culturais eventualmente com uma dimensão que ultrapassa o cultural e tem uma dimensão de mercado mas que são culturais, e, realmente não faria sentido começarmos logo com duas pessoas, quando inclusivamente é extremamente difícil encontrar representação de uma, todavia sendo difícil encontrar essa representação de uma não achámos que devêssemos excluir essa possibilidade, verão depois que os mecanismos que defendemos para a representação são mecanismos directivos, foi de facto colocada a questão também saber como se refere às vezes a possibilidade de utilizar o mecanismo eleitoral. -----

----- Mais uma vez e atendendo ao momento de organização da actividade cultural, isto não é exclusivo do concelho de Oeiras, mas, de facto, diferentemente de outras áreas profissionais e áreas de trabalho onde existe um grau de organização maior, na área cultural o associativismo, o sindicalismo e outros domínios associativos estão menos desenvolvidos, vou-vos dar um exemplo muito prático, as bandas do concelho, como é que se promove a eleição dos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

representantes das bandas do concelho? Obviamente que nós vamos ter que promover pela primeira vez um encontro entre as bandas, nas quais eles vão ter que designar os seus representantes, mas este mecanismo de aferição não está constituído, porque as bandas não têm colégio eleitoral próprio, não estão constituídas como federação e assim sucessivamente, mas achamos que apesar de tudo, obviamente que o mecanismo electivo é o mais interessante apesar de neste momento ser mais difícil do que nós próprios dizemos que vamos designar os representantes, de facto, assim sendo optámos por este mecanismo porque neste momento cria algumas dificuldades, mas que ao mesmo tempo achamos que é prospectivo porque pode ajudar a estimular o desenvolvimento das dinâmicas representativas das várias áreas consideradas no âmbito desta proposta do Conselho Municipal.-----

-----Aproveito para vos dizer que foi efectuada uma proposta que não está aqui reflectida ainda, não estou a ver se estão ali alguns dos representantes do Partido Socialista a nível de Vereação, mas aproveito para vos dizer que, de facto, foi colocada a nível de Vereação a questão do representante aos profissionais de cultura, sugerindo que em vez de um estivessem dois, o que na altura foi aceite, se houver a vossa concordância também, em vez de um profissional de cultura estariam dois no âmbito, já está representado.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----C.M.O. -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. deu o seguinte esclarecimento:-----

-----“Só um pequeno esclarecimento, de qualquer forma no ponto seis está considerada a hipótese da participação alargada, portanto, sempre que haja assunto que justifique nós convidarmos alguém a participar, pode fazê-lo sem quaisquer problemas, permite também essa situação.-----

-----Muito obrigado Senhora Presidente.”-----

-----O Senhor Deputado João Viegas (PS) disse o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente em relação a este ponto...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Pois em relação a este ponto as intervenções já terminaram, mas diga Senhor Deputado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas disse o seguinte: -----

----- “São duas questões de forma, a gente não quer pensar que as questões de cultura não interessam ao PSD, vou acreditar que o barulho não permitia ouvir o Vereador do PSD, foi por algum motivo importante.” -----

----- Mas o Partido Socialista mais uma vez reitera a necessidade de serem entregues as discussões que são feitas em sede de Executivo, agora soubemos que o Senhor Vereador..., não estou a falar da acta, da acta do que é discutido, porque isso é importante para nós também entendermos a evolução do processo e termos a informação necessária, portanto, pela enésima vez que o Partido Socialista solicita que atempadamente as actas das reuniões em sede de Executivo cheguem atempadamente para que nós possamos ter essa informação.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte. -----

----- “A Mesa vai fazer sentir mais uma vez à Câmara para terem essa preocupação. Realmente as intervenções já acabaram, é rápido!” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga disse o seguinte: -----

----- “Já tinha pedido a palavra Senhora Presidente. Realmente essas coisas da cultura, a cultura é com a esquerda, ainda me lembro dos que os Senhores disseram do Centro Cultural de Belém...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado a sua intervenção já foi feita, então veja se abrevia esse aparte e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

vai directo ao assunto, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Elísio Veiga (J.F. Algés)** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Faz bem de vez em quando um aparte, se não morre-se aqui de tédio. -----

----- Senhora Presidente queria colocar a seguinte questão: em relação a esta composição... Queria propor à Senhora Presidente da Câmara o seguinte: que nesta alínea s) que é a última onde se fala na composição do Conselho Municipal de Cultura, dois autarcas de freguesia eleitos em Assembleia Municipal. -----

----- Em primeiro lugar queria propor que fosse dois autarcas, propostos pelos Presidentes de Junta eleitos em Assembleia Municipal, que tivesse essa redacção, e, que em vez de ser a alínea e) sem estarmos aqui atrás dos ranchos folclóricos e das bandas...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu referindo o seguinte: -----

----- “Sim, Senhor Deputado peço-lhe desculpa, mas vou propor essa alteração. Ficaria dois autarcas de freguesia propostos pelos Presidentes de Junta..., Senhor Deputado Reis Marques não vamos voltar às intervenções sobre esta...” -----

----- **O Senhor Deputado Reis Marques (PS)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “É para esclarecer, dois autarcas indicados pelos Presidentes de Junta, se fossem dois membros da Junta ainda aceito, agora dois autarcas da freguesia, a Assembleia de Freguesia é que tem o poder, desculpe lá.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Dois autarcas de freguesia propostos..., mas diga-me uma coisa propostos pelo Presidente da Junta de Freguesia?” -----

----- **O Senhor Deputado Elísio Veiga (J.F. Algés)** disse o seguinte: -----

----- “Então põe-se dois Presidentes de Junta Senhora Presidente, era mais fácil, dois Presidentes de Junta propostos pelos Presidentes de Junta.” -----

----- **Sr. Marcos Rodrigues (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Rodrigues disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente se me permite agora, é muito rápido. A Câmara já ouviu os contributos das várias Bancadas e que fizesse uma proposta efectiva, porque já ouvimos um Presidente de Junta indicar duas pessoas, como se não houvesse Assembleia de Freguesia ou Órgão máximo da Assembleia de Freguesia, acho que é um desrespeito no mínimo pela Assembleia de Freguesia, agora parece que já não podem indicar, já podem ser os Presidentes de Junta, acho que a Câmara deve chegar e propor, já ouviu as várias sensibilidades, agora falsas democracias é que não, porque aquilo que ouço aqui da bancada do PSD é falsas democracias, que primeiro indica...” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu dizendo o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado não vamos estar a retomar intervenções, os Senhores Presidentes de Junta que têm aqui assento são dez, tanto quanto percebi já falaram uns com os outros, obviamente que a Mesa e a Câmara fará síntese das intervenções que vai ouvindo. -----

----- Senhor Deputado Tavares da Cruz é muito rápido é?” -----

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz disse o seguinte: -----

----- “Pois é muito rápido e é uma questão que nós consideramos importante, nós agora percebemos que a Senhora Presidente ia pôr à aprovação não a proposta aprovada pela Câmara, mas uma simbiose entre a proposta da Câmara e as alterações desta Assembleia. Quero chamar a atenção da Senhora Presidente que isto é ilegal, apesar da CDU concordar e com o espírito que foi aqui dito e em condições normais votaria a favor se, de facto, for posta há votação neste sentido a CDU retira-se, porque não vai votar uma questão que é ilegal. O que devia acontecer é que todas as achegas que foram aqui ditas, a Câmara recolhia-as, reformulava-as e apresentava posteriormente aqui uma proposta, porque se não estamos a cometer uma ilegalidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Rodrigues (PS)** disse o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Propunha interromper cinco minutos.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte:-----

-----“A questão que está aqui em debate é, de facto, a questão que foi aqui suscitada pelo Senhor Deputado Tavares da Cruz. De qualquer forma já não é inédita esta alteração, até porque é uma alteração que é pacífica, com certeza que a Câmara não vai criar problemas, enfim, a esta ligeira alteração que a Assembleia Municipal interdiz, e, aquilo que nós vamos sugerir é o seguinte:-----

-----A proposta é colocada à votação hoje com a introdução de uma alínea b), que ficará com a seguinte redacção: “Quatro autarcas eleitos em Assembleia Municipal”.-----

-----**O Senhor Deputado Pedro Sá (PS)** interrompeu referindo o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente se calhar sugeria que fosse a Câmara Municipal a apresentar a proposta, uma vez que lhe compete fazer essa mesma proposta, em lugar da Senhora Presidente.”

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte:-----

-----“Isso são coisas diferentes, quatro autarcas representantes da Assembleia Municipal eleitos em reunião de Assembleia Municipal.” -----

-----**O Senhor Deputado Pedro Sá (PS)** disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente em Exercício, cabe à Câmara Municipal propor.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte:-----

-----“Não é quatro representantes da Assembleia Municipal, é quatro autarcas com assento na Assembleia Municipal, portanto, vamos lá ver se o espírito da alteração fica bem claro. São quatro autarcas com assento na Assembleia Municipal eleitos em reunião de Assembleia, porque os outros representantes tanto quanto é dado a ver na proposta estão exaustivamente ou quase exaustivamente elencados.-----

-----Bom ficará então uma alínea b) que vou repetir: “Quatro autarcas com assento na Assembleia Municipal eleitos em reunião de Assembleia.” -----

----- A alínea c) passará a ser a alínea s): “Dois autarcas de freguesia eleitos em Assembleia Municipal.”-----

----- A alínea que está contemplada como b) passará a ser a alínea d), e, por aí adiante, terá uma alteração sequencial, obviamente como referia um dos Senhores Deputados, porque nos parece que os eleitos devem vir nas primeiras alíneas.”-----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente ao abrigo do Regimento requeria uma interrupção de cinco minutos, porque nos dava tempo para pensar, nós precisávamos, de facto, de ver aqui esta questão das freguesias.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Tudo bem se o entenderem, só podia um favor era que talvez os Senhores líderes de Bancada se encontrassem lá fora para acertarem a redacção, uma vez que não há consenso, muito obrigado.”-----

----- Vamos recomeçar os nossos trabalhos às quatro e meia.”-----

----- **INTERVALO** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício interrompeu os trabalhos durante cinco minutos.-----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “Pedia o favor de tomarem os vossos lugares e que fizessem silêncio por favor. -----

----- Bem tendo havido este pequeno período de reflexão, passava a palavra à Senhora Presidente da Câmara que nos vai dar a redacção final para depois passarmos à votação deste ponto.-----

----- Se faz favor Senhora Presidente da Câmara.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----C.M.O. -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Então propunha-vos o seguinte: quando há bocado disse que se acrescentavam aquelas alíneas, não era obviamente para se acrescentar no final, era exactamente como tínhamos visto à pouco, a alínea a) mantinha-se como está, a alínea b) passaria a ter a seguinte redacção:-----

-----“Quatro membros da Assembleia Municipal eleitos por esta.”-----

-----A alínea c) era “Dois Presidentes de Junta de Freguesia eleitos em Assembleia Municipal”. Depois tentava-se, a seguir depois a ordem já é indiferente, até se poderia pôr como alínea d): “ Um elemento da Orquestra de Câmara Cascais/Oeiras”, e, depois todas outras eram renumeradas obviamente, era esta a proposta. -----

-----Senhora Presidente só mais uma informação... (**Mudança de Cassete**)...os Vereadores do PS, dado que não estão aqui presentes, está toda a gente de acordo relativamente a esta modificação, é só para que fique registado porque me parece importante esta situação. -----

-----Muito obrigado era só Senhora Presidente.” -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----“Dado este esclarecimento passávamos então à votação.” -----

**4.4.1. VOTAÇÃO** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor, sendo vinte do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, Herondino Camarinho, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Menezes, Jorge Silva Pracana, Alexandre Martins da Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro e Fernando Santos Ferreira), oito

do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira e João Macedo Viegas), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e duas abstenções, sendo uma do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e uma do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

**----- DELIBERAÇÃO N.º 43 /2004 -----**

**PROPOSTA C.M.O. N.º 1300/04 – CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta número mil e trezentos barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por maioria, com trinta e dois votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, oito do Partido Socialista e quatro da Coligação Democrática Unitária e duas abstenções sendo uma do Centro Democrático Social/ Partido Popular e uma do Bloco de Esquerda, aprovar a constituição do Conselho Municipal de Cultura, com as alterações introduzidas no ponto Quatro – Composição:-----

----- a) Fica igual. -----

----- b) Quatro Membros da Assembleia Municipal eleitos por esta. -----

----- c) Dois Presidentes de Junta de Freguesia eleitos em Assembleia Municipal. -----

----- d) Um elemento da Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras. -----

----- Todas as outras alíneas serão renumeradas. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro).-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### 4.4.1.1. Sr. Tavares da Cruz (CDU) – Declaração de Voto -----

-----O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“A CDU votou a favor, porque verificou que estas alterações não se enquadram naquela questão que eu disse, que a Assembleia não poderia alterar propostas da Câmara, esse facto faz com que isto seja legal, por isso votámos a favor.” -----

### 4.4.1.2. Sr. Miguel Pinto (BE) -----

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte declaração de voto: -----

-----“O Bloco de Esquerda absteve-se porque entende que num Órgão desta natureza todos os partidos deviam estar representados. -----

-----Obrigado.” -----

### -----Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício deu o seguinte esclarecimento:-----

-----“Vamos então passar ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, mas antes disso queria dar uma informação, parece-me que as pessoas que estão presentes nesta reunião mais ou menos já chegaram, apesar de no início haver várias faltas, estava a aguardar que chegassem. Como os Senhores Deputados penso que sabem há mais uma proposta de deliberação que foi distribuída durante esta semana, pelo menos recebi-a na sexta-feira ou na segunda, não me recordo bem, que é relativa à proposta treze oitenta e um de dois mil e quatro, relacionada com uma alteração dos estatutos da Empresa Parques Tejo – Parqueamentos de Oeiras, E.M.-----

-----Não queria deixar de dar esta informação, embora pense que todos os Senhores Deputados já terão o conteúdo da proposta convosco, e, obviamente quando chegarmos ao ponto ela será objecto eventualmente de algumas intervenções.-----

-----Vamos então passar ao ponto cinco.” -----

## 4.5. Apreciação e Votação da PROPOSTA C.M.O. N.º 1288/04 relativa ao Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública -----

----- Deliberação N.º 44/2004 da A.M. -----

----- Sr. Pedro Sá (PS) -----

----- O Senhor Deputado Pedro Sá disse o seguinte: -----

----- “Boa tarde mais uma vez. Este Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública com certeza que tem por objectivo disciplinar esse tipo de trabalhos e procurar um menor incómodo para os cidadãos, para que na decorrência das obras que terão necessariamente que existir, decorra esse menor incómodo possível. Contudo há duas ou três situações relativas a este Regulamento sobre a qual o Partido Socialista deseja os esclarecimentos da Câmara Municipal. -

----- Em primeiro lugar se efectivamente será totalmente realista pensar que até trinta de Setembro do mesmo ano todas as actividades concessionárias terão planeado os trabalhos para o ano civil do ano seguinte, ainda que seja um objectivo desejável, a pergunta vai no sentido de ver se isso será efectivamente possível e realista?-----

----- Em segundo lugar e tem a ver também com este aspecto, este Regulamento causa alguma lacuna porque apenas prevê situações comunicadas até trinta de Setembro do ano anterior até ao civil a que se refere, e, as situações de urgência, outro tipo de situações que poderão eventualmente acontecer estarão liminarmente proibidas ou de facto há aqui um lapso de qualquer tipo de situações às quais este regulamento se deveria referir. Por outro lado este regulamento deixa uma situação não exactamente clara quanto aos custos das intervenções, havendo uma situação na qual estejam a decorrer ao mesmo tempo no mesmo local trabalhos da responsabilidade deste município, através da Câmara Municipal e de uma das Empresas, das entidades concessionárias ou das pessoas colectivas, como é que ficará a situação relativa aos custos das obras, de que forma será determinada a partilha de custos e tudo isso. -----

----- Por fim uma questão de forma, parece-nos que a redacção do artigo trinta e nove está longe de ser a mais feliz, porque deveria referir-se expressamente qual é que é a entidade competente para a instauração dos processos de contra-ordenação e não por processamento,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

porque processamento refere-se a uma instrução que cabe essencialmente aos serviços, pelo que esta redacção deveria ser alterada essencialmente no sentido de indicar expressamente qual é a entidade competente para instaurar o procedimento contra nacional, porque esta redacção, de facto, está bastante infeliz e deve ser substituída.” -----

----- **Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Carlos Coutinho disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, boa tarde a todos. O Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública proposto a esta Assembleia suscita-nos duas observações. A primeira é no sentido que este regulamento é uma peça que é necessária, que faz falta, que nos suscita a questão do que é que havia antes do regulamento, esta peça surge agora, achamos que é necessária, que é um normativo, de facto, importante para balizar estas matérias, que são matérias muito sensíveis por parte dos municípios e que têm interferência na sua vida do quotidiano, mas tantos anos depois no exercício de tantas Assembleias e de tantas Câmaras, o que é que acontecia nesta área em termos regulamentares? Não sei se havia, se não havia, era uma questão.-----

----- Suscita-nos também uma outra observação que vai neste sentido, um pouco na interpretação do regulamento, aquilo que já o Deputado Pedro Sá aqui disse, achamos que é necessário, é recomendável que não basta fazer o regulamento, é preciso fazer agora a operação da fiscalização, e, essa fiscalização para ser bem adequada devia haver uma acção de formação junto de quem o vai exercer, junto da Polícia Municipal, dos agentes, digamos assim, que vão fazer cumprir este regulamento de maneira ao exercício ser claro, ser adulto, ser de uma relação horizontal, e não ser prossecutório, porque parece-nos que durante tantos anos não haver regulamento, e, agora aparecer um regulamento ele deve ser implementado de uma forma gradual, de uma forma elevada, e, a acção de formação e de esclarecimento do conteúdo do regulamento parece-me que é um esforço que a Câmara deve sempre acompanhar todos os

regulamentos que promove e que aprova depois na Assembleia Municipal, não basta regulamentar, é preciso fazer acções que complementem a aplicação correcta do mesmo regulamento, queremos ser um concelho que marca a diferença, estamos num concelho onde, de facto, as pessoas têm os melhores e os maiores índices de instrução e formação, e, devemos honrar esse princípio com o bom exercício da aplicação de tudo, não é?-----

----- Muito obrigado pela vossa atenção.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques disse o seguinte: -----

----- “Este regulamento é um daqueles regulamentos que eu venho reclamando e já apresentei algumas sugestões de alguns anos a esta parte, tenho pena que ele seja um regulamento de utilização da via pública, e, não seja um regulamento de utilização do subsolo no concelho de Oeiras também, o grande problema que se pôs é que de há muitos anos a esta parte entre o poder central e a Associação Nacional de Municípios havia um desentendimento, chegaram a uma situação de acordo que é a utilização do subsolo, não é só a via pública, agora não entendo e não gostava de ver porque está cá escrito que as operadoras que mais tarde vão reclamar. Gostava de perguntar se foi enviado às possíveis operadoras este regulamento e se obteve resposta, uma coisa é estar em audição pública, outra coisa é termos enviado às próprias e elas não terem dito nada. -----

----- Depois havia uma outra situação que gostaria de deixar à Senhora Presidente e aos membros do Executivo, logo que seja possível fosse criada a figura quando uma nova urbanização ou loteamento fosse criado e implementado as caleiras técnicas, porque era uma forma de normalizar e deixarem de andar a abrir valas, até porque em tempos já ouve fundos comunitários para as caleiras técnicas, nós não somos inéditos, lá em cima na Tagus Parque temos as caleiras técnicas, era um bom exemplo a seguir tentar na medida dos possíveis dar esses passos, porque deixávamos de andar todos os dias a abrir buracos, mas também fazímos uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

coisa é que de certeza o trabalho seria feito com melhor qualidade do que muitas vezes é feito quando é enterrado.-----

-----Tenho dito.”-----

-----**Sr. João Viegas (PS)** -----

-----O Senhor Deputado João Viegas disse o seguinte:-----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente, era apenas fazer aqui dois reparos. Como nós iremos ver num ponto mais adiante na informação de Câmara da Senhora Presidente, neste momento a Câmara Municipal de Oeiras não é um exemplo de meios e como referiram outros Deputados anteriormente, nomeadamente, o Deputado Coutinho, a grande questão deste regulamento não é a letra, mas sim a sua fiscalização e execução, essa é a questão central no que estamos aqui a discutir. A pergunta que queríamos fazer é quais são os instrumentos que a Câmara tem ao seu dispor para o efeito, se são só os serviços de fiscalização camarários ou se vão colaborar com quaisquer outras entidades? -----

-----Um reparo também, um esclarecimento aqui em relação à questão que nos parece um pouco subjectiva, o artigo décimo primeiro: “Obras Urgentes”, quando se trata de obras cuja urgência exija a sua execução imediata, isto depois há frente é descriminado, enfim, com algum bom senso, reparação de fugas de água, de gás, de cabos eléctricos, etc. Parece-nos até por aquilo que foi dito por esta Bancada na anterior Sessão ou reunião, que nomeadamente Algés está toda esburacada devido a este tipo de obras, quem é que avalia o critério de urgência? É a Câmara, é o próprio, parece-nos que os casos aqui contemplados são a maioria dos casos que incomoda os cidadãos.-----

-----Muito obrigado.”-----

-----**C.M.O.** -----

-----**A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

-----“Muito obrigado Senhora Presidente. Ora bem, independentemente de qualquer

detalhe que depois pode ser dado se me permitir pelo Senhor Vereador Vice-Presidente, gostava desde já de dizer o seguinte. O trinta de Setembro é uma data que me parece a mim realista, tanto mais que nós durante o mês de Setembro, é o mês de preparação das nossas Grandes Opções do Plano e Orçamento, e, também é o mês em que as várias Empresas trabalham nos Planos e Orçamentos, portanto, estaremos em condições até ao final de Setembro de ter, e, também a nossa experiência diz-nos que dos contactos com essas Empresas de que essa programação é feita de molde a nesta altura estar disponível, o que não quer dizer que depois nos transmitam as situações e as informações dentro deste período de tempo ou até esta data limite, muitas vezes a data limite não é cumprida, nós já sabemos isso, até internamente nas nossas casas quanto mais, também dou normalmente uma data para entrega dos elementos das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, já sei que ela resvala sempre no mínimo uma semana, mas é perfeitamente possível até trinta de Setembro, nós até trinta de Setembro temos tudo na mão para podermos discutir esses elementos e também os devemos ter por parte dos operadores, portanto, é uma questão de haver alguma atenção e respeito pelas Entidades ou por todos ao fim ao cabo, sobretudo pelas Entidades que têm que compatibilizar tudo isto e não causar aqueles transtornos.

----- Depois as situações de urgência que há pouco foram referidas, elas estão de facto contempladas no artigo onze, meus amigos deixem-me dizer-vos uma coisa, quando há uma rotura por exemplo numa conduta, é evidente que os SMAS não vão pedir à Câmara, quem diz rotura de água, diz uma fuga de gás, está fora de causa, vamos ter que atacar de imediato, digamos, que esta situação de urgência que tem que ser vista caso a caso, mas ele é ponderada desde logo no seu carácter de urgência pela Entidade operadora, digamos assim, porque estas coisas não podem esperar, porque às tantas a Câmara, imaginem que isto acontece no sábado, a Câmara não está aberta ao sábado, não quer dizer que não se possa contactar e normalmente isso faz-se, normalmente quando dão as Entidades que estão ligadas a nós, os operadores, quando não são o que me interessa a mim é que perante uma situação, de facto, complicada pode ter



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

consequências gravosas que seja de imediato tomada a medida adequada ou as medidas adequadas para que a situação não alastre e não tenha consequências nefastas, diria que nessas situações e porque realmente é urgente ou há um contacto e realmente há um entendimento entre a Câmara e a Entidade operadora, não sendo possível esse contacto por qualquer situação é mesmo de avançar e pondera-se as situações, depois, enfim, nem que isso possa numa situação posterior ou num momento posterior levar-nos a ponderar todos os aspectos e dizer-mos à Entidade operadora “cuidado que aquela situação não devia ter sido feita assim ou assado”, enfim, mas não podemos correr riscos, entretanto tem que ser mesmo a Entidade a ponderar, tem que haver bom senso também nessa matéria, julgo que não iremos certamente estar aqui em discordância relativamente a isto. -----

----- Depois a situação dos custos, eles têm que ser vistos caso a caso e têm que ser imputados, digamos assim, têm que ser repartidos, chamemos-lhes assim, não ficando aqui uma regra mas isso também é coisa que hoje já se pratica, não tem digamos um critério ou critérios que estejam perfeitamente definidos, mas já é digamos uma prática que hoje é seguida. -----

----- Relativamente ao artigo trinta e nove, não percebi concretamente, porque quem no fundo aplica as coimas, quem decide se estão em processo de contra ordenação e as coimas em sequência, é normalmente o Presidente da Câmara em todas as situações, não estou a ver, mas como não sou jurista, portanto, não sei se isto está explícito, mas isto é uma competência que é minha e que em todas as situações sou eu que decido sobre essa matéria, não sei se está explícito em termos jurídicos...” -----

----- **O Senhor Deputado Pedro Sá (PS)** interrompeu referindo o seguinte: -----

----- “A questão é da redacção, não é da solução.” -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** continuou dizendo o seguinte: -----

----- “Pois, por isso é que estou a dizer que não sendo jurista, tendo sido visto isto pelos juristas, acharam..., mas não é isso, não é uma questão de competência, é uma questão de

redacção, se isto está exactamente correcto, se está aqui transposto o que queremos dizer. Confesso que não sendo jurista acho que está, o nosso Gabinete Jurídico viu e disse que estava, o que está aqui em causa em termos de fundo é que é o Presidente da Câmara que ao fim ao cabo aplica as coimas e que decide os processos de contra ordenação. -----

----- Relativamente ao conteúdo deste documento e há discussão com os operadores. Devo dizer que foram feitas reuniões informais com todos os operadores de subsolo exactamente para ver se havia aqui qualquer coisa em termos de conteúdo que pudesse e devesse ser considerado ou explicitado, portanto, isso foi feito a nível aqui do Senhor Vice-Presidente e, digamos, que há consenso sobre esta matéria, depois também houve o inquérito público não é? Esta situação também passou por estes clives ao fim ao cabo. -----

----- Relativamente à fiscalização sobre a implementação, digamos assim, deste regulamento. Devo dizer que numa primeira fase esta fiscalização está no interior da Câmara, ou seja, está a nível de duas unidades orgânicas, está a nível da DEIP, uma Divisão que já algum tempo acompanha estas operações a nível do subsolo, que é uma Divisão que faz parte do Departamento de Infraestruturas Municipais e a nível do SPM, portanto, da Polícia Municipal. Não quer dizer que numa segunda fase, esta primeira fase até pode ser muito curta, não sei, vamos ver como é que dá, numa segunda fase que não seja, que não haja aí recurso ao exterior para que essa fiscalização seja feita, digamos, mais de perto, vamos ver como é que tudo isto acontece em termos destes primeiros tempos com a Câmara Municipal a funcionar e com o regulamento de referência, porque nunca houve regulamento, houve apenas umas normas, não regulamento, mas achámos que devia ser realmente feito um regulamento sobre esta matéria, portanto, vamos ver nesta primeira fase de aplicação se internamente temos resposta, se não tivermos, se ela for insuficiente ponderaremos o recurso ao exterior.-----

----- Julgo que respondi a tudo o que foi colocado..., já disse que não havia nada senão umas normas, não havia regulamento, havia umas normas, digamos assim, ao fim ao cabo



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

alguma sensibilização dos operadores para alguma compatibilização que realmente nesse aspecto melhorou-se bastante, como sabem e todos nós sentimos, não foi alcançada, diríamos que foi melhorada mas não alcançada, estamos longe dos cem por cento.”-----

### **4.5.1. VOTAÇÃO -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício pôs à votação esta proposta, a qual foi aprovada por unanimidade com trinta e um votos a favor, sendo vinte do PSD (Elísio Gouveia da Veiga, Custódio Correia Paiva, Luís Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Santos, Herondino Camarinho, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Menezes, Jorge Silva Pracana, Alexandre Martins da Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Fraga, Ângela Brito Leite, Rogério Simões Carneiro e Fernando Santos Ferreira), nove do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Pereira, Pedro Lara Everard e João Macedo Viegas), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira), um do CDS/PP (Paulo Henrique Miranda) e um do BE (Miguel Almeida Pinto), que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante.-----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

### **----- DELIBERAÇÃO N.º 44 /2004 -----**

### **PROPOSTA C.M.O. – 1288/04 – REGULAMENTO DE OBRAS E TRABALHOS NA VIA PÚBLICA -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta mil duzentos e oitenta e oito barra zero quatro, a que se refere a deliberação número quarenta da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e dois do mês findo e deliberou por unanimidade, com trinta e cinco votos a favor, sendo vinte do Partido Social Democrata, nove do Partido Socialista,

quatro da Coligação Democrática Unitária, um do Centro Democrático Social/ Partido Popular e um do Bloco de Esquerda, aprovar o Regulamento de Obras e Trabalhos na Via Pública, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, também por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta.

----- (Assina esta Deliberação, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício deu o seguinte esclarecimento: -----

----- “Relativamente ao ponto seguinte, aliás aos três pontos seguintes trata-se da Designação de pessoas para integrar órgãos do município e como tinha referido no início, penso que todos os Senhores Deputados têm três “boletins” de voto, não tem Senhor Deputado Joaquim Cotas? Sim senhora, mas isso já vamos abrir as inscrições, de qualquer forma só queria certificar-me que já todos os Senhores Deputados já têm três papelinhos de cores diferentes, não há ninguém que não tenha? -----

----- Então vou referir aquilo que já tinha dado como informação no início da reunião. O ponto seis tem para votação o papinho branco, o ponto sete o azul e o ponto oito o papinho rosa, vamos fazer as votações, obviamente, individualmente por cada ponto, no esquema habitual. -----

----- Relativamente à Designação para Integração do Representante desta Assembleia na Assembleia Municipal no Conselho Geral da Empresa Municipal SATU, deram entrada na Mesa duas propostas, uma que foi designada com a letra a) e que vou passar a ler: -----

----- Do Partido Social Democrata que indica como representante a designar pela Assembleia Municipal de Oeiras no Conselho Geral da Empresa SATU-OEIRAS, o Senhor Deputado Municipal Jorge Paulo Roque da Cunha. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Outra do Partido Socialista a que atribuída a letra b), que apresenta o Senhor Deputado Pedro Licínio como candidato a integrar o Conselho Geral da Empresa Municipal SATU, conforme o número seis da Ordem de Trabalhos.-----

-----Bem, posto este esclarecimento e dada esta informação, já percebi que há Senhores Deputados que querem intervir, portanto, para além do Senhor Deputado Joaquim Cotas, colocava aos Senhores Deputados para além do Senhor Joaquim Cotas se algum dos Senhores ou das Senhoras quer intervir sobre este ponto?” -----

**4.6. Designação do Representante da Assembleia Municipal do Conselho Geral da Empresa Municipal – “SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.” a que alude a alínea a), do número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos da Empresa – Ofício N.º 54292 – 04.02.22** -----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte:-----

-----“A CDU tem votado contra tudo o que diga respeito ao SATU, desde o início, por considerar que se trata de um projecto que nasceu não para servir a população do concelho de Oeiras, mas objectivamente para servir uma Empresa privada. -----

-----Desta vez não vamos votar contra, não vamos é participar na votação. -----

-----Muito obrigado.”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** indagou o seguinte. -----

-----“Senhor Deputado já agora não participam em nenhuma das três votações? Só nesta. Muito obrigado pelo esclarecimento. -----

-----Senhor Deputados Marcos Sá.”-----

-----**Sr. Marcos Sá (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente aqui a questão é muito simples, tem a ver com o método

utilizado pelo PSD, é que quando há uma pessoa e nós sabemos que têm vinte e oito Deputados na Assembleia Municipal, que foram eleitos, não estou a dizer o contrário, mas apresentam sempre uma pessoa, não há rotatividade, não há representatividade absolutamente nenhuma, é sempre uma pessoa do PSD, portanto, das duas uma ou o PSD diz claramente e diz já, acho que não faz sentido o Partido Socialista também apresentar nomes, quando sabemos há partida que somos totalmente derrotados, tenho uma visão democrática sobre estes lugares ou então se não têm, digam claramente que qualquer indicação que tem um só representante é sempre do PSD, é uma regra vossa, cada um fica com o que tem e depois um dia falaremos sobre isto, mais tarde.”

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** indagou o seguinte.-----

----- “Senhor Deputado Jorge Pracana quer fazer uma intervenção uma vez que foi interpelado como Líder de Bancada.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana respondeu o seguinte: -----

----- “Sim, é só para esclarecer o Senhor Deputado que o Partido Socialista tal como qualquer outro Partido representado nesta Assembleia tem toda a liberdade obviamente para apresentar os seus representantes aos diversos lugares aqui em discussão e em aberto. A prova que o fez, quanto me consegui aperceber é que há uma proposta que é a b), de facto, apresentada para este lugar, efectivamente a democracia funciona antes de mais no exterior relativamente a nós, na medida em que nós aqui somos simples eleitos e representantes da população, o PSD considera que esta solução é uma solução que poderá ou não vencer nesta Câmara, tanto mais que estamos a falar de voto secreto e consequentemente a nossa decisão é, de facto, esta que até agora está em jogo, ou seja, apresentaremos sempre a todos os lugares que eventualmente apareçam membros desta Bancada, outra coisa não seria de esperar.” -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Marcos Sá (PS)**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Marcos Sá disse o seguinte:-----

-----“É direito de resposta, só um pequeno apontamento Senhora Presidente. Acho que exemplifica a forma de exercer o poder, é que exercemos de formas diferentes, dou-lhe o exemplo aqui ao lado que é a Amadora onde tem a maioria absoluta, e, na Mesa da Assembleia Municipal há um Presidente que foi eleito pelo Partido Socialista, tem um representante da CDU e tem um representante do PSD na Mesa, e, a questão que se põe na Assembleia é uma questão muito simples, é as formas e as maneiras de ver exercer o poder.” -----

-----**Sr. Miguel Pinto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto disse o seguinte:-----

-----“Como esta Assembleia já tinha conhecimento o Bloco de Esquerda votou contra todas as propostas que dizem respeito ao SATU, entendemos que este projecto tal como a CDU serve apenas uma Empresa privada, aquele é o elevador mais caro da Europa que nem transporta os condóminos, ao contrário das previsões que já foram anunciadas na revista da Câmara que previa quarenta e duas mil pessoas por dia para utilizarem o SATU, nem a brincar se pode pensar nesse número, para além disso gostávamos de saber, porque ainda não sabemos pela boca da Senhora Presidente da Câmara, perguntei na última Sessão da Assembleia qual é os custo da manutenção, por estes motivos todos o Bloco de Esquerda não vai votar este ponto.” -----

-----**Sr. Reis Marques (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Reis Marques indagou o seguinte:-----

-----“Gostaria de saber se a Senhora Presidente em Exercício me podia esclarecer o seguinte ou o próprio, se ele quiser também me pode esclarecer. O Senhor Deputado Jorge Pracana não é o Presidente da Assembleia Geral do SATU?” -----

-----**O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** respondeu o seguinte.-----

-----“O Senhor Deputado Jorge Pracana é efectivamente Presidente da Assembleia Geral do SATU, razão pela qual em todas as votações anteriores e bastará os Senhores Deputados

lembrem-se, tem-se sempre ausentado da sala, não participa das votações, o que aliás desta vez também não irá fazer. -----

----- Era só isto, muito obrigado.” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J.F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente queria fazer só aqui uma chamada de atenção. Nós estamos aqui a discutir o SATU? Ou estamos a discutir as pessoas que vão fazer parte dessa Assembleia, porque se não nunca mais saímos daqui, se o SATU fosse em Cuba se calhar era puxado por dois cavalos, aqui é por cabo é um bocadinho diferente. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Vamos então passar à votação, sendo certo que o Senhor Deputado Jorge Pracana neste momento acaba de se ausentar da sala e não participará na votação. -----

----- Ora bem vou então relembrar que o impresso branco é para a votação deste ponto seis, relativo à Eleição do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral da Empresa Municipal SATU. -----

----- Os Senhores Deputados poderão votar da seguinte forma: ou na proposta a) que é do PSD e que propõe o Senhor Deputado Municipal Jorge Paulo Roque da Cunha, ou a proposta b) do Partido Socialista que propõe o Senhor Deputado Municipal Pedro Licínio. -----

----- Relativamente àqueles que não quiserem votar nenhuma destas propostas, votam em branco ou utilizam o voto. -----

----- Vamos então dar início à chamada para os Senhores Deputados poderem exercer o seu voto. -----

----- **A senhora Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Dr.<sup>a</sup> Alexandra Fraga procedeu à chamada dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal para efectuarem a**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**votação deste ponto por sufrágio secreto.** -----

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP) – Ponto de Ordem à Mesa** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez o seguinte ponto de ordem à Mesa: -----

----- “Posso pedir um Ponto de Ordem à Mesa. Ou continuamos a trabalhar ou tenho que me ir embora, não gosto de brincar em serviço, tenho mais que fazer. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** referiu o seguinte: -----

----- “Mas vamos tentar ultrapassar isto, como é o único ponto que tem duas propostas, a proposta A e a proposta B, nós vamos fazer a contagem neste ponto, ver o resultado. Pedia por favor ao Senhor Deputado Carlos Coutinho e ao Senhor Deputado Elísio Veiga, para ajudarem a Mesa a fazer a contagem da votação, muito obrigado.” -----

----- Senhores Deputados estamos então em condições de anunciar o resultado das votações.” -----

### **4.6.1. VOTAÇÃO** -----

----- Procedeu-se à votação desta proposta por escrutínio secreto tendo a Senhora Presidente da A.M. em Exercício anunciado o resultado da mesma: -----

----- “Quanto à Designação do Representante da Assembleia Municipal no Conselho Geral da Empresa Municipal – “SATU-OEIRAS – Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M.” a que alude a alínea a), do número 2, do Artigo 25.º dos Estatutos da Empresa – Ofício 54292 – 04.07.22 -----

----- Esta proposta foi aprovada com a seguinte votação: -----

----- Votaram vinte e nove Deputados, a proposta A recolheu dezoito votos, a proposta B recolheu nove votos, houve dois votos brancos.” -----

### **4.7. Designação do Membro da Assembleia Municipal de Oeiras na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco nos termos do disposto do Artigo 17.º, da Lei N.º 147/99, de 1 de Setembro** -----

----- **Sr. Presidente da A.M. em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte: -----

----- “A Mesa registou apenas uma proposta do PSD que passarei a ler:-----

----- O Partido Social Democrata indica como Membro e designa para Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco o Senhor Deputado Municipal Arlindo Pereira Barradas.-----

----- O impresso para esta votação, é o impresso azul, vamos seguir a metodologia que temos seguido, os Senhores Deputados que votam nesta proposta, votam sim, aqueles que quiserem votar não, votam não ou deixam o voto em branco... **(Mudança de Cassete)** -----

----- Senhores Deputados já é, mais ou menos, consensual que o resultado destas duas votações será apresentado no final da última votação, portanto, do ponto oito. -----

----- De qualquer forma quero abrir as inscrições, se algum dos Senhores Deputados quiser algum esclarecimento sobre o ponto seguinte.” -----

**4.8. Designação, por parte da Assembleia Municipal de Oeiras no Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal** -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse ainda o seguinte: -----

----- “Algum dos Senhores Deputados quer intervir, pedir algum esclarecimento ou fazer alguma intervenção? -----

----- Senhor Deputado Vidal Antão faça o favor.”-----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão referiu o seguinte: -----

----- “É muito rápido, queria só pedir aqui uma informação à Senhora Presidente. -----

----- Quem é que é o Presidente do Conselho de Administração da Fundação Marquês de Pombal neste momento e o Presidente do Conselho Fiscal.”-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----C.M.O. -----

-----A Senhora Presidente da C.M.O. respondeu o seguinte:-----

-----“O Presidente do Conselho de Administração é o Dr. José Eugénio Tavares Salgado e o Presidente do Conselho Fiscal é o Dr. Caldeira Martins.”-----

-----Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício disse o seguinte:-----

-----A Mesa só registou a entrada de uma proposta para este ponto, do Partido Social Democrata que indica como representante da Assembleia Municipal de Oeiras no Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal o Senhor Deputado Municipal Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz.”-----

-----O Senhor Deputado Reis Marques (PS) interveio e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente tem um equívoco, com certeza. O representante da Assembleia Municipal no Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal já o elegemos. Nós já elegemos o Presidente do Conselho Fiscal, representante da Assembleia Municipal, o outro estava lá por outra indicação. Há é uma lista única, desculpe.”-----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício respondeu o seguinte: -----

-----“Isto é uma substituição. De qualquer forma estava à procura os documentos mas penso que está esclarecido.”-----

-----Alguém intervém mas dado que o faz com o microfone desligado torna-se inaudível o que foi dito.-----

-----O Senhor Deputado Reis Marques (PS) disse ainda o seguinte:-----

-----“O representante da Assembleia foi o Dr. Caldeira Martins, os outros faziam parte da lista, é diferente. Se for ver aos estatutos nós só temos que indicar um, e foi o Dr. Caldeira Martins, o outro era a lista. Portanto, ele está eleito pela Assembleia mas não é o representante da Assembleia.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Mas é eleito pela Assembleia Senhor Deputado. -----

----- “Vamos então passar à votação deste ponto que designa o membro desta Assembleia Municipal no Conselho Fiscal da Fundação Marquês de Pombal.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu em simultâneo as votações dos pontos números sete e oito da Ordem de Trabalhos, que a seguir se indicam.** -----

#### **4.8.1. VOTAÇÕES – (PONTOS 7 e 8) -----**

----- Procedeu-se à chamada para votação, destes dois pontos (sete e oito), por escrutínio secreto, tendo a Senhora Presidente da A.M. em Exercício, de seguida, referido os respectivos resultados: -----

----- “Quer para o ponto sete quer para o ponto oito foram registados trinta e cinco votos no seu total. -----

----- Relativamente à eleição para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (ponto sete), foi eleito o Senhor Deputado Arlindo Barradas com vinte e dois votos a favor, dez votos brancos, dois votos contra e um voto nulo. -----

----- Relativamente à Fundação Marquês de Pombal fica designado o Senhor Deputado Alexandre Luz com dezanove votos favoráveis, catorze votos brancos e dois votos contra.” -----

#### **4.9. Apreciação do ponto de situação sobre a questão atinente à instalação da Polícia Judiciária, em Caxias -----**

----- **Apreciado -----**

----- **Sr.ª Presidente em Exercício -----**

----- A Senhora Presidente da A.M. em Exercício referiu o seguinte: -----

----- “A Mesa queria desde já informar que foi registada hoje sobre este assunto, deu entrada uma moção do Bloco de Esquerda que será distribuída para discussão na próxima reunião, no período de Antes da Ordem do Dia como é regulamentado. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Estão abertas as inscrições para a discussão e apreciação desta proposta.”-----

-----**Sr. Miguel Pinto (B.E.)** -----

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente o Bloco de Esquerda sugeriu a discussão deste assunto, tal como na anterior sessão da Assembleia, que se realizou a semana passada, entregou a proposta, aliás na última Assembleia outros Partidos também apresentaram propostas e moções antes da reunião começar e a proposta foi distribuída. -----

-----Não entende o Bloco de Esquerda porque é que a moção do Bloco de Esquerda não foi distribuída e pede uma explicação à Mesa para o sucedido. Depois, como é evidente, quer intervir.” -----

-----**Sr.ª Presidente da A.M. em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente da A.M. em Exercício respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado a Mesa já deu a explicação. Esta reunião não tem Período Antes da Ordem do Dia, a explicação está dada. A Mesa não faz o regimento da Assembleia e, portanto, cumpre regulamentos. -----

-----A Mesa não tem mais nada a esclarecer sobre isso e oportunamente a moção será distribuída com a documentação da próxima reunião.”-----

-----**Sr. Vidal Antão (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente...”-----

-----**O Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“A CDU não sabia que havia uma proposta...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** disse o seguinte:-----

-----“Não há proposta Senhor Deputado, há uma moção.”-----

-----**O Senhor Deputado Tavares da Cruz (CDU)** continuou referindo o seguinte:-----

----- “...Foi apresentada uma proposta, a explicação que a Senhora Presidente deu é uma explicação que não colhe porque não estamos aqui a discutir nenhuma moção ou proposta Antes do Período da Ordem do Dia, nós estamos a discutir uma moção ou proposta, que eu não sei o que é, mas é num ponto concreto da Ordem de Trabalhos. Em qualquer ponto da Ordem de Trabalhos os elementos desta Assembleia podem apresentar propostas ou moções, não estamos aqui a comparar o Período Antes da Ordem de Trabalhos. -----

----- Portanto, pergunto à Mesa se, de facto, existe uma proposta para este ponto da Ordem de Trabalhos, ela deve ser presente aos Deputados.”-----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez, agora, a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente relativamente a este ponto de apreciação do ponto da situação sobre a questão atinente à instalação da Polícia Judiciária em Caxias, o Partido Socialista queria propor como metodologia de trabalho uma apresentação prévia do ponto de situação, pela Senhor Presidente da Câmara, nomeadamente como é que toda esta questão evoluiu desde a Assembleia Municipal extraordinária realizada em Caxias, penso que, por alturas de Abril ou Maio até à presente data. Muito obrigada.”-----

----- **Sr. Miguel Pinto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte intervenção: -----

----- O Bloco de Esquerda continua a reclamar que este ponto foi sugerido pelo Bloco de Esquerda e foi aceite por consenso na Conferência de Líderes, está aqui escrito, as palavras até foram escolhidas pelo Senhor Dr. Marques Mendes, o seguinte: -----

----- “Ponto nove apreciação do ponto de situação sobre a questão atinente à instalação da Polícia Judiciária em Caxias e que a moção que o Bloco de Esquerda apresentou antes do início da sessão, tal como toda a gente apresenta e é discutida na reunião, é sobre a instalação da Cidade Judiciária em Caxias. Portanto, está dentro da Ordem de Trabalhos, não há outra hipótese



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

senão discutir esta questão. Discutir a moção e votar a moção. -----

-----Solicito à Senhora Presidente que faça distribuir a moção pelos Senhores Deputados.”-----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – Interpelação à Mesa** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte:-----

-----“O Regimento da Assembleia Municipal de Oeiras prevê no seu artigo décimo terceiro, cujo título é: ”Direito dos Membros da Assembleia”, no seu ponto um, alínea b), apresentar por escrito pareceres, propostas, recomendações e moções. -----

-----Qual é o artigo do Regimento em que a Senhora Presidente se baseia para não fazer a distribuição da proposta ou da moção, do documento entregue pelo Deputado do Bloco de Esquerda?” -----

-----**Sr.ª Presidente em Exercício** -----

-----A Senhora Presidente em Exercício disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado Alexandre Luz é sobre este assunto também?...” -----

-----**O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu e referiu o seguinte:-----

-----“Eu peço imensa desculpa Senhora Presidente, eu fiz uma interpelação à Mesa, em que inquiri a Senhora Presidente. Qual o artigo do Regimento que invoca para não proceder à distribuição do documento escrito apresentado pelo meu colega de Assembleia do Bloco de Esquerda.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado terei de consultar o Regimento porque, como calcula, não tenho o regimento de cor...” -----

-----**O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu e disse o seguinte:-----

----- “Então a Senhora Presidente não pode fazer a continuação de Trabalhos.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “De qualquer forma deixe-me terminar porque me parece que o Senhor Deputado quer também fazer alguma referência sobre esse assunto. -----

----- De qualquer forma, para não haver ânimos exaltados eu devo dizer que mandei neste momento fotocopiar a proposta e vou pedir aos Senhores Líderes das diversas bancadas que se não virem e que se não levantarem questões desta moção não ter sido atempadamente distribuída, isto é, com oito dias de antecedência como é regulamentar, a Mesa não tem nenhum inconveniente em que ela seja posta à votação hoje. Vamos lá a ver se nos entendemos, nós estamos aqui a cumprir regulamentos. -----

----- Portanto, já percebi qual é a sensibilidade do Bloco de Esquerda assim como do Grupo da CDU, já consultei o PSD, falta-me a sensibilidade do PS e do CDS/PP. -----

----- O processo de fotocópia está em curso e se os Senhores Líderes de Bancada não virem nenhum inconveniente, com certeza que será distribuída. -----

----- Agora peço dois minutos para o Senhor Deputado Alexandre Luz fazer a sua intervenção.” -----

----- **Sr. Alexandre Luz (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Alexandre Luz fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente dentro desse assunto e reiterando aqui a minha opinião sobre essa questão, apelar à leitura do artigo trigésimo quinto do Regimento da Assembleia Municipal, número um, alínea d): “A apreciação e votação de recomendações ou moções sobre assuntos de interesse para o Município e que sejam apresentadas por qualquer Membro da Assembleia”, isto no referente do artigo um do Período Antes da Ordem do Dia é destinado. -----

----- No artigo trigésimo sexto, Período da Ordem do Dia, refere aqui expressamente: “O Período da Ordem do Dia é exclusivamente destinado a matéria constante na convocatória.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Na leitura que fiz da convocatória, não vejo aqui apreciação de moção apresentada pelo Bloco de Esquerda relativamente à Polícia Judiciária. Eu, como Deputado Municipal, não vejo de bom-tom abrir o precedente de apresentação de uma moção a meio da Ordem de Trabalhos. Como tem sido hábito desta Assembleia, todas as moções que têm sido apresentadas passam para o Período Antes da Ordem do Dia da sessão seguinte. Não obstante, e tendo em consideração esta mesma tradição, não quero também aqui lesar os Senhores Deputados que tenham optado por não apresentar aqui moções, tendo em consideração que essas moções passariam sempre obrigatoriamente para o Período Antes da Ordem do Dia da sessão seguinte. Obrigado.” -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – Pedido de Esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte: -----

----- “Um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado que acabou de intervir. Senhora Presidente é...”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M.** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado peço-lhe um minuto, está bem?”-----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** voltou a referir o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente é um pedido de esclarecimento à intervenção anterior.”-----

----- Eu perguntava ao orador que me antecedeu se no ponto seis, sete e oito, por absurdo, porque penso que só por absurdo é que tal poderia constar, se por absurdo ele consegue ler na convocatória que foram apresentadas proposta por parte do PSD e do PS. Não está, diz apenas eleição mas não tinham sido apresentadas nenhuma proposta. Isto é uma coisa, de facto, verdadeiramente absurda, aquilo que o Senhor Deputado acabou de invocar. É tudo.”-----

----- **Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues disse o seguinte:-----

----- “A questão é muito simples Senhora Presidente. -----

----- Começou primeiro por invocar o regulamento, depois parece que não foi bem o regulamento porque já era uma questão de que não sabia muito bem quais eram os artigos. -----

----- Mas a questão fundamental não é essa. A questão fundamental é uma muito simples, que é: Se eu quero dar o meu contributo, eu a minha Bancada Parlamentar, se queremos dar o contributo ou em forma de moção ou em proposta de recomendação sobre um assunto que consta da convocatória, eu tenho que apresentar no momento, não vou aprovar primeiro para depois apresentar e ser discutido na semana a seguir, não faz sentido absolutamente nenhum e quando falo disso, falo de propostas de recomendação, de tudo e mais alguma coisa, não faz sentido. Eu acho que aqui é uma questão de bom-senso para quem está a dirigir a Mesa, e não estou a dizer com isto que não tem bom-senso porque sei que tem, exactamente estava já a inverter o seu sentido de ser discutida esta moção e pôs à disponibilidade de todos os grupos parlamentares, no sentido de darem o aval para discutirmos isto. Agora a questão aqui é só esta, é uma questão de bom-senso, não faz sentido nenhum discutir uma coisa e depois ir..., quando é que é a próxima reunião da Assembleia Municipal? Daqui a dois meses ou daqui a três meses e vou discutir esta moção? Isto é completamente desenquadrado, não faz sentido. -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente em exercício referiu o seguinte: -----

----- “Agradeço-lhe a sua sugestão mas a Mesa começou por referir quais eram as razões.

----- Portanto, posto e terminado este assunto estão abertas as inscrições para, penso que o documento já terá sido distribuído, os Senhores Deputados que quiserem intervirem.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD) – Pedido de Esclarecimento** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente só um pedido de esclarecimento. -----

----- O Senhor Deputado da bancada Socialista sugeriu como metodologia, que a Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente da Câmara fizesse uma apresentação. Eu pessoalmente concordo inteiramente com esta sugestão, e, portanto, se a Mesa assim o entender far-se-á isso.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Claro que sim. -----

----- Senhora Presidente da Câmara quer fazer o ponto de situação sobre esta problemática? Se faz favor.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **A Senhora Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Muito sucintamente e pegando já na fase da providência cautelar, e no âmbito da mesma, a Câmara Municipal foi notificada como contra interessada e respondemos a essa notificação e participámos na produção de prova. -----

----- Entretanto houve a sentença final, da qual nós fomos notificados e a qual nos absolve do pedido por considerar a Câmara Municipal parte ilegítima. Nos entretantos, como se costuma dizer, tivemos conhecimento também, porque fomos notificados, que o Ministério da Justiça solicitou o levantamento da providência decretada. Dado que fomos notificados e considerando que a decisão acerca da sua legitimidade não havia transitado em julgado, nós fizemos porque considerámos que não estavam preenchidos os requisitos necessários, dirigimos ao tribunal um documento no qual dizíamos que o despacho do Senhor Ministro da Justiça não era demonstrativo de que as recomendações tivessem sido acatadas e que todas as deficiências, digamos assim, tivessem sido supridas, apenas dizia que elas tinham sido contempladas, a maior parte delas mas isso para nós não é demonstrativo, é um despacho. É evidente que, e nós nestas coisas temos que perceber se elas foram ou não, como é que foram, qual é o documento final e, portanto, remetemos ao tribunal de Sintra um documento dizendo que não achávamos que o assunto estivesse esclarecido e, como tal, continuávamos a manter a nossa posição. -----

----- Entretanto tivemos conhecimento de que a acção principal foi interposta e foi

subscrita por Maria da Graça Barão da Cunha Rego, não sei sé Barão se é Beirão peço desculpa, e outros, nós fomos indicados como contra interessados e o réu foi Teixeira Duarte e outros. Neste momento estamos a preparar novamente um documento, o prazo termina algures em meados do mês, está a ser preparado novamente um documento, exactamente para nos manifestarmos, portanto, no qual nos vamos manifestar. -----

----- De qualquer forma dizer-vos também que solicitei ao Senhor Ministro da Justiça, tal como vinha referido, aqui há coisa de quinze dias, três semanas, agora não posso precisar, no jornal Expresso. Solicitei com carácter de urgência uma reunião ao Senhor Ministro da Justiça, precisamente para lhe manifestar as minhas preocupações, para lhe transmitir que não estou disposta a ser confrontada com factos consumados, que continuo a considerar que o desenvolvimento daquele projecto tal como nos foi apresentado, no sítio actual, é um atentado urbanístico e que desde sempre considerei a zona das Pedreiras em Laveiras, a zona ideal para o desenvolvimento das instalações da Polícia Judiciária. -----

----- Esta reunião ainda não foi marcada, portanto ela foi pedida há cerca de quinze dias, foi exactamente na véspera... e pedi-lhe para lhe manifestar esta minha posição. Portanto, sobretudo a ser aquele projecto, eu considero que aquilo é um atentado urbanístico e que a solução não é aquela. Defendendo sempre, como aliás sempre fiz, que a outra localização, ou seja, a das Pedreiras é que era, quanto a nós, ideal, tecnicamente parece que possível e contribuiria em muito também para a requalificação daquela zona. Estou a aguardar que essa reunião, que foi pedida com carácter de urgência, me seja marcada. De qualquer forma iremos no período que está estabelecido, e como digo creio que é até quinze ou dezassete de Outubro agora não tenho bem presente, mas será dentro do período que nos foi dado, nós no âmbito da acção principal também nos pronunciarmos e enviarmos a nossa posição ao tribunal de Sintra. -----

----- E é tudo neste momento. Muito obrigada.” -----

----- **Sr. Miguel Pinto (BE)** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte intervenção: -----

-----“Gostava que ficasse registado em acta com letras grandes, penso que sabem o que é que isto quer dizer, o PROTESTO DO BLOCO DE ESQUERDA PELO FACTO DE NÃO PODER SER DISCUSIDA ESTA MOÇÃO. Acho que...” -----

-----A **Senhora Presidente da A.M.** interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado já mandei distribuir para se discutir no âmbito deste ponto, uma vez que os Líderes de bancada todos deram a sua anuênciia.” -----

-----O **Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** respondeu o seguinte: -----

-----Peço desculpa Senhora Presidente.-----

-----Então vou defender a moção do Bloco de Esquerda que vem no seguinte sentido:-----

-----A moção do Bloco de Esquerda tem a ver com o seguinte:-----

-----O Ministério da Justiça e o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça decidiram fazer aquela obra, não tomaram em conta todas as questões legais, entre as quais não pediram o parecer à Câmara, portanto, esta obra é perfeitamente ilegítima. Um conjunto de cidadãos de Caxias decidiu apresentar uma providência cautelar no tribunal, foi aceite, foi entregue a acção principal e o Instituto de Gestão Financeira/Ministério da Justiça continua a não cumprir a decisão do tribunal. Acho curioso, eu diria mesmo um eufemismo para utilizar este termo que eu ouvi há algum tempo, que este governo não acate a decisão do tribunal quando o próprio, o actual Primeiro-Ministro aceitou a decisão do tribunal de Lisboa quanto ao túnel do Marquês. Acho extremamente curioso o facto de o actual governo não acatar a decisão do tribunal.-----

-----Portanto, isto vem no sentido de que haja uma posição mais firme da parte da Câmara e uma posição clara da Assembleia Municipal, no sentido de que a Câmara seja respeitada, e estamos aqui a defender a Câmara, e isso deve acontecer. Portanto, acho que os cidadãos de Caxias são a parte mais interessada nisto, têm uma palavra a dizer. Acho que a

Assembleia Municipal deve tornar a reunir em Caxias, fez parte aí do quinto ponto, uma reunião em Caxias à noite para as pessoas poderem ir e convidar o Instituto de Gestão Financeira a participar nessa reunião. -----

----- Há que distinguir aqui duas questões. Nós que estamos aqui fomos todos eleitos, bem ou mal fomos todos eleitos e no Instituto de Gestão Financeira do Ministério da Justiça afinal quem são esses senhores para estarem acima da lei? Ainda alguns cidadãos de Caxias diziam que o distanciamento do actual Ministro da Justiça em relação à anterior Ministra da Justiça podia ter algum efeito, afinal parece que não teve. As obras continuam a bom ritmo, não são obras de sustentação das terras, as fotografias do Expresso mostram claramente que já se está a construir um edifício, portanto, é uma aberração o Ministério da Justiça não cumprir a lei. E, nesse sentido é que o Bloco de Esquerda apela à Assembleia Municipal a votar favoravelmente esta proposta.”

----- **Sr. Paulo Miranda (CDS/PP)** -----

----- O Senhor Deputado Paulo Miranda fez a seguinte intervenção: -----

----- “Nós em tempos idos demos um voto de confiança à Senhora Presidente do Executivo e ao Executivo para liderar este processo junto das entidades que achasse por bem e entender convocar e depois da explicação que a Senhora Presidente deu agora, eu considero que a Senhora Presidente ainda não esgotou todas as hipóteses que tem para, pelo menos, defender os interesses dos Oeirenses. -----

----- Considerando este meu pensar, e penso que será o pensar da maioria instalado aqui nesta Assembleia, acho que não é oportuno nesta altura, enquanto não forem esgotadas todas as hipóteses que a Senhora Presidente tem à sua frente, não estão ainda reunidas as condições para fazermos novas Assembleias em Caxias, em que há uma perda de tempo, em que não há mais informações que aquelas que a Senhora Presidente já deu aqui e aguarda serenamente as decisões que vêm de cima. -----

----- Portanto, o CDS/Partido Popular ouviu atentamente as explicações da Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Presidente, vê que o Executivo está a atento a este problema, não descurou este assunto, nós demos-lhe o voto de confiança, continuará a merecer do CDS esse voto de confiança e não pode, de maneira alguma, permitir passar-se a um circo constante em Assembleias de Caxias com votos eleitoralistas. Portanto o CDS não aceita ou não vai votar a proposta na certeza que continua a manter o voto de confiança neste Executivo para a solução que é dos Oeirenses, que é dos Caxienses, se eles entenderem, mas é de todos nós.” -----

----- **Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente)** -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu fiquei espantado e nem sei se percebi bem, Senhora Presidente da Câmara. Não sei se percebi que o tribunal considerou a Câmara Municipal como parte ilegítima neste processo. Eu espanto-me perante tal situação e se fosse possível eu gostaria de saber qual foi a fundamentação que o tribunal invoca para considerar a Câmara Municipal de Oeiras como parte ilegítima numa situação desta. Ora quando compete à Câmara Municipal a gestão do seu próprio território. E estamos, efectivamente, perante uma situação de certa forma reveladora da postura do actual governo, que é de desrespeito total pelas regras do jogo. Efectivamente o tribunal de Sintra deu provimento à providência cautelar e as obras continuam e, portanto, é o próprio poder central, o próprio Ministério da Justiça quem compete zelar pela justiça no nosso país que desrespeita uma decisão de um poder soberano, como deveriam ser os tribunais. Isto é, de facto, revelador do estado a que isto chegou. Tenho dito.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação a este assunto a Câmara há muito tempo que vem marcando claramente a sua posição, no sentido de clara oposição em relação ao projecto tal qual ele veio até nós. Para o efeito tem até agora actuado no sentido de utilizar todos os mecanismos à sua disposição, mecanismos legais necessariamente, entre os quais se destaca o parecer negativo que foi dado

oportunamente e que de alguma maneira foi peça fundamental utilizada pelos autores da acção para darem ganho de causa.-----

----- Ora bem, isto significa, portanto, nesta matéria que não há posições dúbias por parte da Câmara. Como, de facto, também o não há por parte desta Assembleia, que nesta matéria unanimemente reconheceu em algumas anteriores moções que foram aprovadas aqui, de que este projecto não estava bem, não ia bem e, portanto, ia ter necessariamente que ser alterado.-----

----- A questão aqui, neste momento, é que existem, de facto, instituições importantes num Estado de Direito, uma das quais é a separação de poderes. E, neste momento, o que se passa, independentemente dos subscritores da moção não concretizarem o que é não cumprir a decisão do tribunal, não cumprir significará que a obra continua? Não sei. Se calhar continua, se calhar não continua. Efectivamente admito que continue, mas aqui é a outra questão. É que há no nosso Direito Penal uma coisa que se chama desobediência e que é um crime, e, portanto, o tribunal, que é neste momento o órgão com capacidade e com legitimidade para decidir tudo aquilo que deve decidir inclusive em relação àqueles do governo que, porventura, não cumpram essas decisões, não tem mais nada senão ser informado do estado do que se passa. Ou seja, no fundo seria de todo o interesse, e eu quero acreditar que os autores da acção diligenciaram já junto do tribunal pelo facto, informando, portanto, o que se passa. Ora bem, a nós não nos pertence, neste momento, agora e aqui, face ao exposto podermos estar a substituir a um órgão jurisdicional naquilo que, eventualmente, podia ser entendido como uma forma de pressão. -----

----- Nós entendemos, nesta matéria, que a Câmara cumpriu aquilo que pôde cumprir, continua, como a Senhora Presidente já disse, interessada em resolver o problema, neste caso com as condicionantes daí advenientes, nomeadamente uma incapacidade, como diz aqui a proposta, de fiscalizar diariamente a obra. A Câmara não pode fiscalizar uma coisa que não licenciou, e, portanto, isto perante, desde já, uma incapacidade porque para já tinha que ter, de facto, o direito de entrar dentro da obra e de comparar aquilo que está a ser feito. Neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

momento, realmente, a única entidade, os únicos serviços que podem punir, se de facto a obra está à revelia da decisão judicial a continuar, é, de facto, o próprio tribunal. E é tão simples quanto isto: Basta elaborar um requerimento, os autores da acção elaborarem um requerimento para o tribunal, dar conhecimento do caso e necessariamente que o tribunal agirá em conformidade. Portanto, eu considero que neste momento, de facto, e depois de tudo aquilo que foi aqui referido, tudo aquilo que nesta Assembleia já se discutiu, das posições por ela assumidas e pelo facto deste problema ter passado, e bem, para o foro judicial, entendemos que realmente é injustificada esta moção. Percebemo-la obviamente mas não a aceitamos.-----

-----Em relação à ilegitimidade da Câmara, melhor seria que perante os contornos e do pouco que eu sei do acontecimento e do assunto que o tribunal considerasse, de facto, a Câmara parte legítima na acção. A legitimidade significa, no fundo é um conceito jurídico que tem um pouco a ver com o posicionamento de cada uma das partes no próprio processo. Se a Câmara, por força de um Decreto-lei, como sabem, que está em vigor, que já foi aqui referido várias vezes, não tem a possibilidade de apreciar o projecto, que nem sequer lhe passa pela mão é evidente que está completamente incapacitada. E, portanto, há alguma dificuldade em acreditar que o tribunal considerasse a Câmara parte legítima, se-lo-á, obviamente, o construtor e o dono da obra, esses sim e seguramente a acção continuará com eles. Portanto, em relação a tudo isso e do que foi referido entendemos que há que deixar os tribunais decidir, existem mecanismos legais para punir os infractores, nomeadamente aqueles que, porventura, estejam a violar as decisões judiciais. O crime de desobediência, neste momento, é punido com uma pena de prisão até três anos e, portanto, há que actuar em conformidade. Por isso o PSD não deixará de votar contra esta moção, por estas razões claro.”-----

-----**Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – Pedido de Esclarecimento** -----

-----O Senhor Deputado Pinto Ferreira disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente é um pedido de esclarecimento ao Senhor Deputado Jorge

Pracana.-----

----- Senhor Deputado como brilhante orador que é gostei da sua intervenção, partilho uma série de afirmações que produziu mas há uma coisa que gostaria que ficasse mais clara e fazia-lhe a pergunta, pedindo-lhe uma resposta sim ou não. -----

----- Se é admissível num Estado de Direito o Ministério da Justiça do Governo da República Portuguesa desrespeitar uma decisão de um outro órgão de poder legítimo como é o Tribunal Administrativo de Sintra? -----

----- Era só esta questão que eu gostaria de colocar ao Deputado Jorge Pracana.” -----

----- **Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana respondeu o seguinte: -----

----- “Eu não me eximo à resposta obviamente, não vou responder nos termos em que, seguramente, o Senhor Deputado estaria à espera, o que eu quero dizer é isto:-----

----- Existem leis no país e as leis são para cumprir por quem quer que seja.” -----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção: -----

----- “... (**Mudança de cassete**)...do ponto de vista técnico e se calhar está muito bem visto, só que este Órgão para além de ser um Órgão fiscalizador da acção da Câmara Municipal é um Órgão por exceléncia de intervenção política. E aqui os grupos parlamentares, que representam a população de Oeiras e também a população da freguesia de Caxias, não podem deixar de ter uma intervenção política, colocando-se como é óbvio ao lado dos Municípios que procederam ou intentaram a acção contra o Ministério da Justiça e colocando-se também ao lado da Câmara Municipal no seu todo, que tomou uma posição muito firme no que respeita à não implantação daquele conjunto de edifícios que vem desvirtuar toda a orla litoral do Concelho de Oeiras. -----

----- Há que referir aqui, aliás há que não esquecer aqui, que o Governo da República é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

realmente o grande desrespeitador das normas legais que existem relativamente a esta questão.

Senão vejamos: O Governo da República pediu o parecer à Câmara Municipal, obteve um parecer contrário, não colocou a questão à discussão pública, além disso está a desrespeitar as normas de um tribunal ou as decisões de um tribunal, que manda suspender a obra. -----

----- Nesta conformidade o Partido Socialista olhando e lendo toda a moção do Bloco de Esquerda está integralmente de acordo com ela, apenas acha que há aqui uma coisa que não está correcta, que é: recomendar à Câmara Municipal a fiscalizar diariamente a obra. Realmente a Câmara Municipal não pode fiscalizar uma obra para a qual não emitiu nenhuma licença, nomeadamente quando se trata de uma obra governamental. Portanto, mais uma vez condenamos a intervenção do governo, o governo realmente está a proceder muito mal, inclusivamente para com o Poder Local e nomeadamente para com uma Câmara que é emblemática do PSD e, portanto, não podemos, efectivamente, deixar aqui este nosso reparo. Muito obrigado.”--

### **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar eu comecei por dizer que qualquer moção ou qualquer intervenção da oposição nesta Assembleia é entendida imediatamente como um ataque que a oposição está a fazer à Câmara. Aliás, as intervenções, neste caso, do PSD reflectem exactamente isso. -----

----- Eu quero dizer ao PSD que nem a proposta nem as intervenções que se fizeram aqui, e já agora também nós, nunca atacámos a Câmara nesta questão. De facto, tem havido uma identidade de pontos de vista entre a Assembleia e a Câmara com excepção de um aspecto que neste momento no nosso ponto de vista não se põe, que é: Enquanto que a Câmara considera que a Cidade Judiciária pode ser construída noutra sítio em Caxias, nós, por exemplo, consideramos que a Cidade Judiciária não deve ser construída em Caxias mas, como disse, não é agora, não é uma questão relevante para a discussão de agora. A discussão que está aqui é, de facto, este

projecto que está em marcha, a posição que a Câmara tem tomado contra este projecto, a posição que esta Assembleia tem tomada contra este projecto. Portanto, eu chamo à atenção do PSD e se os Deputados do PSD quiserem a Senhora Presidente e a Câmara Municipal eu penso que devem começar por defender internamente no seu Partido e não aqui nesta Assembleia. Isto é uma questão que me parece importante. -----

----- Entrando propriamente nesta discussão, de facto já foi dito aqui a maior parte das questões que nós queríamos dizer. De qualquer maneira queria acrescentar o seguinte: -----

----- Existe uma providência cautelar que foi determinada pelo tribunal e tanto quanto me pareceu a Câmara foi informada da determinação dessa providência cautelar. Penso que quando o tribunal considerou a Câmara parte ilegítima também a informou de que a providência cautelar tinha sido decretada. Também sei que, de facto, como a obra não é licenciada pela Câmara, a Câmara tem dificuldades em fiscalizá-la, mas ter dificuldades, do meu ponto de vista, não significa que a Câmara não possa e não deva fazer e aqui há, de facto, uma diferença, não possa e não deva fazer um ponto de situação diário sobre como está a decorrer a obra, porque nós verificamos nos jornais vêm-nos dizer que as obras que estão a ser feitas não são obras nenhuma em relação ao que está projectado, são apenas obras de consolidação de terras. Eu pergunto à Câmara se, de facto, a Câmara não pode confirmar que estas obras não são de consolidação de terras ou são de consolidação de terras. Portanto, e esta é uma questão que a Câmara, efectivamente, pode fazer, porque a importância e a actuação da Câmara pode ser importante para que os autores da acção tenham argumentos para obrigar a que obra seja interrompida. -----

----- Parece que nós devemos considerar não a forma de actuação da Câmara, não a forma legal mas a forma de pressão que a Câmara tem que fazer em defesa de todos os Municípios de Oeiras. Isto é extraordinariamente importante. A Câmara dizer só, e é por isso que eu digo, de facto, as posições da Câmara e desta Assembleia são coincidentes, mas se calhar em termos de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

acção esta Assembleia quer ou pelo menos uma parte desta Assembleia quer que a Câmara tenha mais acção e isto é que é importante. -----

----- Chamo a atenção, mais uma vez, nós estamos perfeitamente de acordo com esta proposta e congratulamo-nos porque a Senhora Presidente considerou, de facto, como deveria considerar que isto era uma moção para ser discutida aqui, só no decorrer das discussões dos pontos das Ordens de Trabalho é que cada um dos Deputados tem condições de dizer se quer apresentar uma moção ou se não quer apresentar uma moção e se quer apresentar uma moção sobre esse ponto da Ordem de Trabalhos apresenta e discute, mas eu congratulo-me com essa tomada de posição, estamos perfeitamente de acordo com esta moção e se em relação ao ponto quatro da moção, que o PS levantou, a nós o fiscalizar, nós entendemo-la não fiscalizar oficialmente mas em acompanhar a obra e pode acompanhar e saber como é que está, se o PS quer em vez de a palavra “fiscalização” ser uma outra palavra. Eu estou convencido que o Bloco de Esquerda não se oporá. -----

----- Chamo a atenção para os Deputados da oposição, nós aqui ao fazer esta proposta não estamos a atacar a Câmara, estamos a pôr-nos ao lado da Câmara, entendam isso! Este é que é o aspecto fundamental, nós temos que ser os defensores da população de Oeiras. As Autarquias e os Autarcas não têm que defender posições políticas do Governo ou deste Ministério, têm que defender os interesses dos Oeirenses e é isso que nós temos que fazer. Peçam um intervalo, peçam aquilo que quiserem mas esta moção aqui é uma moção que esta Assembleia tem obrigação de aprovar. Façam a alteração em relação à palavra fiscalização e estou convencido que nós saímos daqui maiores com a aprovação desta moção. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão disse o seguinte:-----

----- “É muito rápido, foi um esquecimento que tive na minha intervenção mas eu queria, efectivamente, pedir ao Bloco de Esquerda que substituísse a palavra “fiscalização diária” por

“acompanhamento da obra”. E, orgulhando-se o Partido Socialista de ter proposto a primeira reunião extraordinária em Caxias, eu queria referir que não há, efectivamente, condições para fazer uma reunião extraordinária em Caxias, enquanto a Senhora Presidente não tiver a sua reunião com o Ministro da Justiça. Mas logo que essa reunião se realize o Partido Socialista propõe uma reunião extraordinária, com carácter de urgência, em Caxias e caso o PSD vote contra essa reunião extraordinária, o Partido Socialista convida, desde já, todos os Grupos Parlamentares aqui representados e convida também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Caxias a associarem-se num pedido de convocatória de reunião extraordinária urgente. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Elísio Veiga (J. F. Algés)** -----

----- O Senhor Deputado Elísio Veiga fez a seguinte intervenção: -----

----- “Há aqui um certo número de coisas que me fazem uma certa confusão e gostava de colocar duas questões à Senhora Presidente em relação a esta matéria. É evidente que me faz confusão que o Ministério da Justiça desrespeite a lei, e, gostaria que a Senhora Presidente nos dissesse, porque não sei, se, efectivamente, as obras pararam ou se continuam ainda, como é que está esse aspecto. -----

----- Há coisas, naturalmente, que fazem confusão porque desde o início, por exemplo, uma das coisas que me fez confusão é como é que o Ministério da Justiça pode fazer um projecto, como se dizia, que era altamente secreto, quando aquele grupo, por exemplo, “Salvem Caxias” liderado pelo Bloco de Esquerda, esse grupo dizia que aquilo ia lá ter dentro cinco mil pessoas e ia ter não sei quantos blocos, não sei quantos andares, que aquilo tinha helipostos, que aquilo tinha paióis, até parece que quando se abria a porta que saía de lá o David Colter e Schumacher numa velocidade doida e até havia um Senhor Deputado do Partido Socialista que costumava jogar à bola naquela zona e que, naturalmente e com razão, estava com medo de ser atropelado caso a bola saísse cá para fora, ele até parece que joga mal e chuta muitas vezes a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

bola para fora. -----

----- Portanto, era necessário esclarecer se, efectivamente, as obras continuam. -----

----- Outra questão que gostava de ser esclarecido, quanto ao projecto secreto já se viu que o projecto, também o Ministério da Justiça andou mal, isto de secreto não tinha nada, aquilo era uma casa aberta. Mas quanto há outra questão que gostava de esclarecer é que quando a Senhora Presidente for ter com o Senhor Ministro da Justiça, o que é que a Senhora Presidente lhe vai propor, quer dizer, o anterior projecto pode ser feito em Laveiras, para ser feito naquela zona teria obedecer às directrizes que a Senhora Presidente achasse que respeitavam o Plano Director Municipal. Penso que era isto que a Senhora Presidente queria propor ao Senhor Ministro da Justiça, se não for e se estiver enganado, agradeço que me esclareça. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Marcos Sá (PS) – Defesa da Honra** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá fez a seguinte intervenção: -----

----- “É da Bancada e são duas normas que eu acho que para a convivência normal são importantes. -----

----- A primeira ofensa aos cidadãos de Caxias, pelos vistos dizem que “Salvem Caxias” está ligado ao Bloco de Esquerda não sei, talvez pertença também, era bom mas não me parece que seja isso e julgo que estão pessoas de todos os Partidos Políticos e cidadãos que não têm filiação partidária, portanto, acho uma ofensa. -----

----- O segundo ponto que gostaria de referir, e fez uma referência a um apontamento de um camarada meu de Bancada e só lhe deixo esta recomendação, e é a última vez que a faço, não a vou fazer mais porque acho que também tem a ver com o bom-senso. Eu não faço, eu nunca hei-de fazer, quando as pessoas não estão cá para se defender, qualquer tipo de brincadeira ou de jijajoga com coisas que as pessoas disseram ou fizeram em determinadas alturas, é uma questão de boa educação e, portanto, eu não faço, a não ser que a pessoa esteja presente, e, portanto, deixo-lhe essa recomendação.” -----

----- **Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Caldeira Martins fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu só venho aqui reforçar a situação do PSD, porque a moção que foi apresentada, é evidente que não tem nada a ver com a Câmara, a Câmara acho que foi esclarecedora relativamente a esta situação.-----

----- Por outro lado, sabemos que é o Tribunal, e já foi dito aqui, que tem a competência para fazer ou para proceder à suspensão dos trabalhos e não a Câmara Municipal. E, portanto, alguns pontos que aqui estão na moção não fazem qualquer sentido. Para já, recomendar à Câmara a fiscalização diária da obra mas a Câmara tem competência quando isto está no Tribunal? - -----

----- Mais: Convocar uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal de carácter urgente a realizar em Caxias, porquê? Querem fazer gincana política? Porquê? -----

----- Eu agora pergunto: Se enquanto o processo não estiver resolvido e a Câmara está a tentar resolvê-lo conjuntamente com o Ministério da Justiça e o Tribunal, enquanto a Câmara não resolver todas estas situações fará sentido uma reunião em Caxias? Portanto, é por estas situações que o PSD reafirma que esta moção não está conforme, e, portanto, vai votar contra.” -

----- **Sr. Miguel Pinto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Miguel Pinto disse o seguinte: -----

----- “Primeira questão, rapidamente, como o Senhor Deputado Caldeira Martins acabou de afirmar nem na moção nem na intervenção do Bloco de Esquerda, que eu aqui represento, houve qualquer ataque à Câmara ou à Senhora Presidente.-----

----- Segunda questão: O Bloco de Esquerda aceita a sugestão do Partido Socialista de alterar “a fiscalização diária” por “acompanhamento”. -----

----- Terceira questão: O Bloco de Esquerda aceita que o quinto ponto passe a ter a seguinte redacção: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Convocar uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, depois da Senhora Presidente ter a reunião com o Senhor Ministro.”-----

-----Agora deve-se dizer o seguinte, para não haver qualquer dúvida: O Bloco de Esquerda aqui na moção escreve: “Reprovar a atitude da parte do Instituto de Gestão Financeira, condenar a atitude do Ministério da Justiça, exigir ao Ministério da Justiça que o Instituto cumpra a Lei”, que ataques é que aqui estão à Câmara? Acho que a Câmara e a Assembleia devem mostrar claramente que estão do lado dos cidadãos de Caxias e para isso só têm uma hipótese é votar a favor da proposta. Muito obrigado.”-----

-----**Sr. Pedro Sá (PS) – Pedido de Esclarecimento** -----

-----O Senhor Deputado Pedro Sá disse o seguinte:-----

-----É um pedido de esclarecimento ao Deputado Caldeira Martins, porque, de facto, tendo em conta as afirmações que fez na sua intervenção, de facto em qualquer dos casos pergunto eu: Tendo em conta que a consequência daquilo que disse seria a total desresponsabilização da Câmara Municipal, eu quero crer que não é, com certeza, intuito da Bancada do PSD que tomasse a irresponsabilidade de não acompanhar este tipo de actos, que é o que parece resultar da sua intervenção e não quero crer que possa ser verdade.”-----

-----**Sr. Caldeira Martins (PSD)** -----

-----O Senhor Deputado Caldeira Martins respondeu o seguinte:-----

-----“Parece-me que falei português, há pessoas é que não me querem entender ou melhor eu é que, se calhar, não me faço entender. Mas então eu vou, de facto, repetir o que disse, muito breve.-----

-----Primeiro o que eu disse foi que não foi nenhum ataque à Câmara, não é isso que está em causa. O que está em causa é que a Câmara neste momento não tem meios para actuar e quando se fala em fiscalização da Câmara, que é o que diz o documento, “fiscalização”...”-----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado isso já está ultrapassado, não vamos voltar ao mesmo. -----

----- Penso que são posições políticas diferentes. Senhor Deputado pedia-lhe que concluísse rapidamente. -----

----- A questão de “fiscalização” o Bloco de Esquerda já aceitou rectificar essa...” -----

----- **O Senhor Deputado Caldeira Martins (PSD)** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente fui atacado e, portanto, tenho o direito de me defender.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

----- “Tem mas isso já está mais ou menos esclarecido. -----

----- Mas esclareça, por favor, aquele que não está emendado.”-----

----- **O Senhor Deputado Caldeira Martins (PSD)** disse o seguinte: -----

----- “Porque aqui foi dito da desresponsabilização da Câmara, foi isso que foi dito aqui, que a Câmara não se deve desresponsabilizar. Ora bem foi nesse sentido que estava a dizer, a Câmara não se desresponsabiliza, tanto assim que a Senhora Presidente já disse a esta Assembleia o que é que está a fazer e o que é que irá fazer no futuro. Portanto, ela não se está a desresponsabilizar. Isto, de facto, só mostra Senhores Deputados que não estão atentos à situação. Era só isso que queria dizer, muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas referiu o seguinte: -----

----- “Queria só fazer uma citação do Capitão Salgueiro Maia: “Há Estados capitalistas, há Estados socialistas e há o estado a que chegámos”. -----

----- **Sr.ª Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em exercício referiu o seguinte: -----

----- “Está muito em voga no Partido Socialista fazerem-se citações, Senhor Deputado. ---

----- Parece-me que todos estão esclarecidos, já fizeram as intervenções que acharam mais oportunas e convenientes. Vamos então passar à votação..., este ponto é um ponto que não tem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

qualquer votação, como está referido é uma apreciação. -----

----- Aquilo que há, de facto, para votar é a moção que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda, que não vou ler na íntegra mas que sinteticamente propõe deliberar: -----

----- Ponto um – Reprovar a atitude de desrespeito pelo tribunal, por parte do Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça; -----

----- Ponto dois – Condenar a atitude cúmplice do Ministério da Justiça; -----

----- Ponto três – Exigir ao Ministério da Justiça que faça o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça cumprir a decisão do tribunal; -----

----- Ponto quatro – Recomendar à Câmara Municipal o acompanhamento da obra; -----

----- Ponto cinco – Convocar uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal depois da Senhora Presidente da Câmara ter a reunião com o Senhor Ministro; -----

----- Ponto seis – Convidar o Instituto de Gestão Financeira e Patrimonial do Ministério da Justiça a participar nesta reunião. -----

----- É esta a moção que vai ser posta à votação. -----

----- Vamos então passar à votação.” -----

### 4.9.1. VOTAÇÃO – MOÇÃO DO BE -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em exercício pôs à votação esta moção apresentada pelo Bloco de Esquerda, a qual foi rejeitada com dezanove votos contra sendo dezoito do PSD (Elísio da Veiga, Custódio de Paiva, Luís Costa e Castro, Carlos Jaime Santos, Herondino Jorge Camarinho, José Carlos Estorninho, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Cardoso Menezes, Jorge Manuel Pracana, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Martins Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Castro, Fernando Caldeira Martins, Ângela Brito Leite e Fernando Santos Ferreira) e um do CDS/PP (Paulo Mendes de Miranda), uma abstenção do PSD (Manuel Carvalho Teixeira) e treze votos a favor sendo oito do PS (Vidal Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Melo e Sá, Joaquim dos Reis

Marques, Cláudia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira, Pedro Duarte Everard e João Carlos Macedo Viegas), quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Pinto Ferreira) e um do BE (Miguel Almeida Pinto).-----

#### **4.9.1.1.Sr. Jorge Pracana (PSD) – Declaração de Voto -----**

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte declaração de voto:-----

----- “O PSD votou contra esta proposta tendo em conta os seguintes parâmetros: -----

----- Em primeiro lugar já em momentos anteriores o PSD e a própria Câmara tomaram posição favorável e que de alguma maneira ia ao encontro do teor desta moção, ou seja, apoiando todas as iniciativas da Câmara e, nomeadamente, os esforços da comissão “Salvem Caxias” no sentido da paralisação das obras da Cidade Judiciária. -----

----- Em segundo lugar porque foi com o papel desempenhado pela Câmara, com a utilização do seu parecer negativo que foi possível, de facto, dar ganho de causa em sede de acção de procedimento cautelar. -----

----- Em terceiro lugar porque entendemos que nesta fase, tendo havido uma decisão judicial que ordenou a paralisação imediata das obras, tendo em conta que a haver desrespeito dessa decisão estamos perante um caso de polícia a ser resolvido em sede judicial e de acordo com as normas em vigor no país.-----

----- E, finalmente porque consideramos, face à separação de poderes que é essência de um Estado de Direito, que não compete nesta fase a esta Assembleia imiscuir-se naquilo que é a decisão do tribunal, ou seja, a haver violação caberá sempre ao tribunal decidir, aplicar a lei no que aliás os autores da acção poderão sempre ajudar, informando o tribunal dessa decisão. -----

----- Por todo este conjunto de factores, tendo em conta que o PSD continuará sempre disponível, assim for entendido, para oportunamente voltar a haver uma Assembleia Municipal extraordinária em Caxias para discutir este problema se, de facto, outra forma não houver lugar.

----- Neste momento, e perante esta moção, apenas restava ao Partido votar contra esta



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

moção. Muito obrigado.” -----

### **4.9.1.2.Sr. Pinto Ferreira (CDU/Independente) – Declaração de Voto -----**

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “A CDU votou favoravelmente esta moção porque devemos ser, talvez, muito sonhadores, mas continuamos a lutar pela democracia. -----

----- Democracia que foi francamente maltratada nesta sessão da Assembleia Municipal de Oeiras, quando vemos uma bancada de um Partido Político que diz apoiar o executivo deste mesmo Município, votar contra a moção que acabámos de votar. -----

----- Continuamos a acreditar, e por isso continuamos a lutar, que vale a pena viver em democracia. O exemplo que se assistiu aqui é de todo lamentável. Disse “ -----

### **4.9.1.3.Sr. Vidal Antão (PS) – Declaração de Voto -----**

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Partido Socialista votou a favor desta moção por acreditar que é possível acreditar na justiça. Lamenta que o Partido Social Democrata de Oeiras se coloque nitidamente, se cole nitidamente à defesa do Governo do PP/PSD mais uma vez, e não se coloque ao lado do executivo PSD deste Concelho. A Câmara Municipal merece-nos, efectivamente, todo o apoio, a maioria não é da nossa cor mas nós defendemos o Poder Local e, efectivamente, lamentamos que o PSD de Oeiras esteja aqui para defender o Governo e não os interesses dos Municípios de Caxias. Muito obrigado.” -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interveio e referiu o seguinte:-----

----- “Senhora Presidente desculpe, em defesa da honra.” -----

----- O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente) interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente as declarações de voto não têm defesa da honra. A declaração de voto não tem defesa da honra, e, portanto, vou continuar a falar enquanto o Senhor Deputado

continuar a insistir em fazer a defesa da honra de uma declaração de voto.” -----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em exercício** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado agradecia-lhe, realmente, que só nos conseguimos ouvir quando fala uma pessoa de cada vez, porque senão. -----

----- Senhor Deputado peço-lhe o favor de, por agora, terminar.”-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** tentou intervir e referir o seguinte: -----

----- “Não, Senhora Presidente eu só explico...” -----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** interrompeu e referiu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente a declaração de voto não tem defesa da honra. E eu continuarei sempre a falar ...., o que for necessário por forma a que não seja audível a intervenção do Senhor Deputado Pracana. Já foi feita a declaração de voto...”-----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** disse o seguinte:-----

----- “É o conceito de democracia do Senhor Deputado Pinto Ferreira. O Senhor não se cala e eu não me calo.” -----

----- **O Senhor Deputado Pinto Ferreira (CDU/Independente)** respondeu o seguinte: --

----- “A minha noção de democracia de certeza que não é igual à sua porque ficou expresso.” -----

----- **O Senhor Deputado Fernando Santos Ferreira (PSD)** interveio e disse o seguinte:

----- “Finalmente percebi o que é a democracia nesta Assembleia, é falar enquanto os outros Deputados tentam explicar. Estou esclarecido sobre o que é democracia, obrigada à CDU.”-----

----- **A Senhora Presidente da A.M. em exercício** disse o seguinte: -----

----- “Senhores Deputados não vale a pena. Vamos passar ao ponto... Não Senhor Deputado, vamos passar ao ponto...” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD) interrompeu e disse o seguinte:-----

-----“Senhora Presidente, não peço a defesa da honra. Agora queria era explicar ao Senhor Deputado porque senão ficará para a própria sessão porque não me calo.-----

-----A Senhora Presidente da A.M. em exercício disse o seguinte: -----

-----“Passa com certeza. -----

-----Vamos passar ao próximo ponto da Ordem de Trabalhos. -----

**4.10. Deliberação sobre a Fixação de Critérios para a Designação dos Membros a que se refere a alínea c), do número 2, do Artigo 25.º, dos Estatutos do SATU.** -----

-----**ADIADO** -----

-----**Sr.ª Presidente em Exercício** -----

-----Os Senhores Deputados que queiram intervir façam o favor de se inscreverem. -----

-----Senhor Deputado Joaquim Cotas, se faz favor.”-----

-----**Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

-----“Trata-se de mais uma proposta relacionada com o SATU e a CDU, como já fez na anterior, vai fazer o mesmo nesta, não participa na votação.”-----

-----**Sr. Pedro Sá (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Pedro Sá fez a seguinte intervenção: -----

-----“Senhora Presidente a documentação que nos foi entregue pela Câmara limita-se a se referir aqui a uma diligência no sentido de indicarmos os representantes a que se referem os estatutos e os estatutos. -----

-----Ora não há qualquer proposta concreta no sentido da fixação de critérios, pelo que não estamos em condições de fazer a votação deste ponto nesta Assembleia. Não há qualquer proposta.”-----

-----**Sr. Jorge Pracana (PSD)** -----

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez a seguinte intervenção: -----

----- “O PSD apresentou uma proposta de critérios embora entendesse que, de facto, e está disposto a isso, eventualmente surgir uma proposta única das diversas bancadas, se assim as restantes bancadas o entenderem, porque entendemos que realmente estes critérios são critérios que melhor seriam se tivessem o acordo de todos. Perante isso e apesar de estar essa proposta na Mesa, nós não estamos, não iremos contra, se a Mesa assim o entender, que suspenda a votação em relação a este ponto dado que os demais grupos não se consideram à vontade para analisar essa proposta que o PSD apresentou. Portanto, se a Mesa entender, de facto, não temos qualquer problema em passar isso.” -----

----- **Sr. Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em exercício disse o seguinte: -----

----- “Vou pôr a questão ao Senhor Representante da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente. De qualquer forma a fixação dos critérios é um consenso da Assembleia Municipal, não é a Câmara que tem que os apresentar. -----

----- Repare: Deliberação sobre a fixação de critérios para a designação dos Membros a que se refere a alínea c), do número 2, do artigo 25.º, dos Estatutos do SATU. A fixação destes critérios é uma deliberação da Assembleia Municipal. De qualquer forma, e pelo esclarecimento que o Senhor Deputado Jorge Pracana acabou de nos dar, referindo que, foi algo tardiamente que o fez, a Mesa não vê nenhum inconveniente em adiar esta proposta para a próxima reunião. -----

----- De qualquer forma pedia ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para dar o esclarecimento e para manifestar aqui se este assunto tem alguma urgência de excepção.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- O **Sr. Vice-Presidente da C.M.O, Senhor Eng.º Neno**, disse o seguinte: -----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente.-----

----- Eu queria esclarecer, aliás a situação invocada pelo Senhor Deputado Pedro Sá sobre



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

a não apresentação, por parte da Câmara, dos critérios mas como isto são Membros eleitos da Assembleia Municipal, é a Assembleia Municipal que elege os seus representantes. A Câmara, até poderia ser considerado pela Assembleia um desrespeito, se apresentasse esses mesmos critérios. Aliás, em reunião de Líderes isto foi discutido e esta proposta, se bem se lembram, a Câmara pediu à Assembleia Municipal para indicar os seus representantes e na altura, na reunião de Líderes, aquilo que foi acordado é que este ponto era desdobrado em dois, porque um era os Membros da Assembleia Municipal e para isso tinham que fixar critérios, e aqui este ponto. E um outro que era, em termos de..., sei que isto teve que ser subdividido. -----

----- Portanto, os critérios tem que ser a própria Assembleia Municipal a fixá-los para haver essa mesma escolha entre os utentes, porque isto o que diz é “os representantes entre os utentes”, é, portanto, é uma eleição da Assembleia Municipal, a Assembleia Municipal é que tem que definir os próprios critérios. E aquilo que ficou, na altura, combinado na reunião de Líderes com o Senhor Presidente da Assembleia Municipal é que cada um dos Partidos ou os Partidos se entenderiam na forma de fixação desses mesmos critérios e que apresentariam essas propostas. Portanto, era só para esclarecer que a Câmara não tinha que apresentar qualquer proposta sobre esta matéria. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Reis Marques (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Reis Marques fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu ia atrás da proposta apresentada pelo PSD, na pessoa do Deputado Jorge Pracana, acho de facto que devíamos suspender aqui porque não é uma questão funcional, não inviabilizámos o funcionamento da vida do SATU e isto podia ficar para a próxima reunião. Acho que ficava bem.” -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício** -----

----- A Senhora Presidente da A.M. em exercício respondeu o seguinte: -----

----- “Sim senhor. Penso que o Senhor Deputado Jorge Pracana não vê nenhum

inconveniente, a Mesa também não vê que haja uma urgência desta situação desmedida, o Senhor representante da Câmara também não. -----

----- De forma que, se não vissem inconveniente e até porque a Câmara nos pediu urgência, iríamos agora votar e discutir previamente a proposta relativa à Alteração dos Estatutos da empresa Parques Tejo...” -----

----- **O Senhor Deputado Jorge Pracana (PSD)** interrompeu e disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente desculpe, ainda em relação ao ponto anterior queria só dizer o seguinte: -----

----- O PSD não se importa, até como base de trabalho dentro desta filosofia porque agora ou depois, que a sua proposta fosse distribuída aos Grupos Parlamentares como base de trabalho para apresentar uma qualquer proposta única, em primeiro lugar. -----

----- Em segundo lugar queria dizer, de facto, que o PSD exactamente porque estava marcado este ponto na Ordem de Trabalhos fez os seus trabalhos de casa e, obviamente, apresentou a proposta. Muito obrigada.” -----

**4.11. Apreciação e Votação da Proposta C.M.O. N.º 1381/04 relativa à Alteração dos Estatutos da Empresa Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, E.M. – Ofício n.º 68004 – 04.09.30** -----

----- **Deliberação N.º 45/2004 da A.M.** -----

----- **Sr.ª Presidente em Exercício** -----

----- “Passaremos então à discussão e votação da proposta relativa à alteração dos Estatutos da empresa Parques Tejo. Os Senhores Deputados que se quiserem inscrever façam o favor. -----

----- Senhor Deputado Marcos Sá.” -----

----- **Sr. Marcos Sá (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Marcos Sá fez a seguinte intervenção: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“Nós iremos votar esta proposta favoravelmente mas, independentemente disso, gostaríamos de uma explicação pelo Senhor Presidente em exercício ou pelo Vereador do pelouro, que nos desse uma explicação porquê mudar também os estatutos.-----

-----Relativamente a uma outra questão, que é uma questão formal, tem a ver com o quórum, gostaria de saber se há quórum ou se não há.” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** respondeu o seguinte: -----

-----“Estou a ver, não se preocupe Senhor Deputado porque estou a contar. Quando não houver quórum eu própria terminarei a Assembleia, obviamente. -----

-----Mas pôs uma questão. Não sei se mais algum dos Senhores Deputados quer intervir.-

-----Senhor Deputado Miguel Pinto se faz favor.-----

-----**Sr. Miguel Pinto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Miguel Pinto fez a seguinte intervenção: -----

-----“Acho que no mínimo esta proposta merecia uma explicação detalhada da parte da Câmara, porque isto de alterar estatutos...” -----

-----**A Senhora Presidente da A.M. em Exercício** interrompeu e respondeu o seguinte: -

-----“Senhor Deputado merece e com certeza que o Senhor Vice-Presidente dá-la-á. Faz favor de terminar.”-----

-----**O Senhor Deputado Miguel Pinto (BE)** retomou a sua intervenção: -----

-----“Permit-me que eu continue? Obrigado. -----

-----Porque isto de alterar estatutos, não saber escrever estatutos, com certeza que há gabinetes jurídicos, há juristas a trabalhar nisto, eu não percebo com é que isto acontece numa Câmara Municipal como a de Oeiras. Portanto, alteram-se estatutos, num artigo dizem que o capital passa a ser tanto, no outro onde devia estar o capital novo fica o capital antigo. Sinceramente, isto está na acta, está nos documentos. Isto não tem explicação nenhuma, como é que isto pode acontecer numa Câmara Municipal, isto aqui até parece quase as contas da

mercearia, e, isto é uma coisa muito mais séria. Portanto, merece uma explicação clara, porque é que uma Câmara Municipal com a dimensão da de Oeiras, com tantos juristas, com gabinetes disto e daquilo não sabe fazer uma alteração de estatutos como deve ser e depois a própria Câmara aprova isto. Os Senhores Vereadores quando aprovaram isto, aí há dois ou três anos já não sei, não dão conta que há incompatibilidades entre artigos porque os valores do capital, por exemplo, são diferentes e há mais coisas. -----

----- O Bloco de Esquerda vai votar contra porque isto é uma confusão tão grande, não percebe isto e não pode votar a favor. Obrigado.” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “De facto estas alterações a quatro artigos, ao sétimo, ao décimo primeiro, ao décimo sexto e ao vigésimo nono e supressão integral dos artigos quarenta e um e quarenta e dois, na verdade como foi dito pelo Deputado Miguel Pinto parece-me que foi descuido a mais. Foi descuido a mais na primeira versão dos estatutos e é curioso, e está gravado em acta, que a CDU referiu aqui e com muita clareza que o artigo sétimo não podia ficar como estava na primeira versão e foi preciso o tribunal não aceitar este artigo, como estava, e devolvê-lo à Câmara, que é concretamente a participação dos trabalhadores na gestão da empresa. A Câmara certamente não gostou ou feriu-lhe os tímpanos esta frase - “participação dos trabalhadores na gestão da empresa” - e arranjou para aqui outro argumento, julgando que o tribunal já aceitaria, o tribunal não aceitou e veio outra vez devolvido e agora cá está. -----

----- Portanto, na verdade, agora estes estatutos, que foram lidos com atenção por nós, parece-nos que vão satisfazer os objectivos da Parques Tejo, até porque como estavam não permitia que a Parques Tejo celebrasse determinadas escrituras, determinados compromissos como estavam os estatutos anteriores, com este já pode. Portanto, a CDU por um lado regozija-se com esta correção que vem exactamente ao encontro daquilo que nós referimos aqui



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

anteriormente. -----

----- Era isto que nós queríamos dizer e que, na verdade, os estatutos como estão não merecem, de facto, a reprovação da CDU.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **O Senhor Vice-Presidente da C.M.O.** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “De qualquer das formas para melhor apresentar e explicar esta proposta vou passar ao Senhor Presidente da empresa municipal Parques Tejo e Vereador da Câmara Municipal, o Vereador Ferreira de Matos. -----

----- Mas não resistia a fazer aqui um comentário, realmente e eu aceito que a proposta vindo em cima, que haja dúvidas por parte de alguns dos Senhores Deputados mas também não posso deixar de aceitar que havendo essas dúvidas, e estando nós aqui para esclarecê-las sempre que assim seja, sejam elas catalogadas de pertença confusão, como foram catalogadas pelo Senhor Deputado Miguel Pinto. Portanto, não deixar de referir essa citação, aceito que não teve tempo de as ler mas também catalogá-las, com esse pouco tempo que teve, dessa forma, eu perdoo só pela questão de não ter tido tempo para as ler em profundidade. -----

----- De qualquer das formas para todos os esclarecimentos que haja sobre esta matéria, passaria aqui ao Vereador Ferreira de Matos.” -----

----- **C.M.O.** -----

----- **O Senhor Vereador Ferreira de Matos** deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Boa tarde a todos. Eu estou preocupado com as posições do Senhor Deputado Miguel Pinto, quando à partida, antes de qualquer explicação, diz logo que vai votar contra. Permita-me que eu dê as explicações que complementam de algum modo as explicações que um jurista dá na própria proposta, foi um jurista que nos preparou esse trabalho e esse trabalho aparece exactamente na sequência de termos detectado que precisávamos, como o Senhor Deputado Cotas disse e muito bem, precisávamos de melhorar os estatutos que tínhamos e,

sobretudo, fazer uma fusão entre dois estatutos que já havia na empresa. Uns registados no início da empresa, mil novecentos e noventa e nove, e outros que foram aprovados mais tarde e que acabaram por ter artigos que se sobreponham e não foram por isso registados. -----

----- É neste sentido que esta administração, que está lá há poucos meses ainda, como sabem, e pretende pôr tudo no sô, estamos a falar aqui do historial da empresa dos últimos quatro, cinco anos, há uma série de factos que detectámos e que estamos aqui a tentar clarificar e é nesse sentido que vimos com esta proposta, que eu julgo que traz todas as explicações. Mas que fiquem claros estes dois ou três pontos: -----

----- Primeiro: A fusão entre dois estatutos diferentes, que existiam na empresa. Uns registados outros não. -----

----- Por outro lado, redenominação do capital em euros porque não estava feita ainda. Ainda o aumento de capital. Isto vai-nos permitir fazer todos os registo que não havia, portanto, havia aqui uma série de registo em falta, que de resto fazem parte de um relatório que acompanha a proposta e por isso mesmo estamos aqui para colocar à vossa apreciação, se tiverem alguma sugestão, se encontrarem algum erro naturalmente estamos disponíveis para emendar, não temos nenhum complexo de que tudo está bem feito, não foi seguramente feito pela administração mas a administração, enquanto tal, assume todos os erros que possa haver neste novo projecto, que eu espero seja aprovado por Vossas Excelências. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas disse o seguinte: -----

----- “Não é uma intervenção, é um pedido ao Senhor Vereador Ferreira de Matos. -----

----- Em relação ao parque que está em frente desta casa, nós não achamos que tenha mais dignidade do que qualquer outra, mas isto é um edifício emblemático com vários serviços, dos SMAS, Biblioteca e é um bocado desagradável que uma Câmara como a de Oeiras... (**Mudança de Cassete**) ... -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **Aquando da Mudança de Cassete, por deficiência de gravação, não é audível a continuação da intervenção do Senhor Deputado João Viegas (PS).** -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado Joaquim Cotas é para...” -----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas fez a seguinte intervenção: -----

----- “É apenas um acrescente muito ligeiro porque, da primeira intervenção esqueci-me de o referir, que é o seguinte: -----

----- Com estes Estatutos, como já foi referido, certamente que a Parques Tejo ficará munida dos instrumentos necessários para dar o passo em frente, no sentido de resolver o problema de parqueamento no Concelho de Oeiras. Porque ele não se resolve com parqueamento à superfície. Com isso não se resolve! Porque o espaço não aumenta e os carros não encolhem! Portanto, ao todo, o que é necessário é que estes Estatutos vão permitir isso. Os anteriores já não permitiam. É que na verdade se avance para que a Parques Tejo cumpra os seus objectivos e construa os parqueamentos no subsolo ou em silos. Mas, de facto, é por aí que se tem de resolver os problemas e não à superfície, porque não há espaço que chegue para os carros existentes no Concelho. - -----

----- Agora, até esta altura, a Parques Tejo ainda não avançou por aí, certamente que nem os Estatutos anteriores, como já disse, o permitiam, dar os passos necessários. Com este, parece que fica satisfeito, na verdade, o essencial para que a Parques Tejo avance por aí. Muito obrigado.”- -----

----- **Sr. Miguel Almeida Pinto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Miguel Almeida Pinto disse o seguinte: -----

----- “Era a questão deste Parque subterrâneo, mas o Senhor Vereador já respondeu.”-----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas interveio para dizer o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, neste momento, conto vinte deputados na sala, vinte e um, que entrou o meu Camarada Reis Marques, o que faz que não haja quórum. Mas, posso ter contado mal.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício** disse o seguinte: -----

----- “Só um momento, por favor.” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** continuou, dizendo o seguinte: -----

----- “Não, não contei com a Mesa. Mas, mesmo assim fará... então serão vinte e dois.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício** esclareceu o seguinte: -----

----- “Não, há quórum. Há sim.” -----

#### **4.11.1.VOTAÇÃO** -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal pôs à votação esta Proposta, a qual foi aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor, sendo treze do PSD (Elísio Olavo Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia da Paiva, Luís da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Rui Manuel Freitas, Salvador Bastos Costeira, José Vilhena Milhano, Jorge Manuel Silva Pracana, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Martins da Luz, Maria Madalena Silva Castro, Fernando Caldeira Martins e Ângela Maria Brito Leite), sete do PS (Vidal Diogo Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Cláudia Sofia Monteiro Silva, Pedro Licínio Martins Pereira e João Carlos Macedo Veigas) e quatro da CDU (José Tavares da Cruz, Carlos Alberto Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas e José Manuel Milheira Pinto Ferreira) e um voto contra do BE (Miguel Almeida Pinto) e que se dá por transcrita e fica em anexo à presente Acta, dela fazendo parte integrante. -----

----- Esta Deliberação foi aprovada em minuta.-----

#### **----- DELIBERAÇÃO N.º 45 /2004 -----**

**PROPOSTA C.M.O. – 1381/04 – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA EMPRESA**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

### **PARQUES TEJO – PARQUEAMENTO DE OEIRAS, E.M. -----**

----- A Assembleia Municipal de Oeiras tomou conhecimento da proposta mil trezentos e oitenta e um barra zero quatro, a que se refere a deliberação número cinquenta e dois da reunião da Câmara Municipal, realizada em vinte e nove do mês findo e deliberou por maioria, com vinte e quatro votos a favor, sendo treze do Partido Social Democrata, sete do Partido Socialista e quatro da Coligação Democrática Unitária e um voto contra do Bloco de Esquerda, aprovar a alteração dos Estatutos da Empresa Parques Tejo – Parqueamento de Oeiras, Empresa Municipal, nos termos e condições propostos pelo Órgão Executivo do Município, traduzidos naquela deliberação. -----

----- Mais foi deliberado, por unanimidade, aprovar em minuta esta parte da Acta. -----

----- (Assina esta Deliberação, em substituição do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a Primeira Secretária, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro). -----

### **4.12. Informação Escrita da Senhora Presidente da Câmara Municipal de Oeiras acerca da Actividade do Município, nos termos da alínea e), do Nº. 1, do Artigo 53º., da Lei Nº. 169/99, de 18 de Setembro com as alterações introduzidas pela Lei Nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

----- **Sr. Miguel Almeida Pinto (BE)** -----

----- O Senhor Deputado Miguel Almeida Pinto disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente. -----

----- Na última Sessão estive aqui um cidadão da Lage, do Bairro da Lage e eu tive o cuidado, no dia a seguir, ir ver o Bairro.-----

----- E depois, estive aqui a consultar a Informação da Senhora Presidente e, aqui, a determinada altura, aparece aqui três vezes, na Informação da Senhora Presidente, o Bairro da Lage e numa dela diz: “Parque Urbano do Bairro da Lage, fase quarta...”. Portanto, penso que já houve três fases antes desta. E, o que vi no Bairro foi muito pouca coisa feita! Portanto, gostava

de ser esclarecido – o que é que já foi feito, em termos de recuperação no Bairro da Lage até hoje porque, o que vi, foi algumas poucas ruas alcatroadas. Isto faz lembrar um pouco, quando nós vamos ao Funchal e vemos a Zona Baixa do Funchal toda ajardinada, toda alcatroada, etc., mas quando começamos a subir aquelas ruas, aquilo derreteu com o calor, porque o clima é quente. Portanto, provavelmente, aconteceu o mesmo ali! -----

----- Verificamos que as carreiras, antigamente, subiam a rua, iam até ao cimo. -----

----- Foi feita uma rotunda. -----

----- Foi colocada uma paragem de autocarro em plena faixa de rodagem, que é onde parte a carreira. O que quer dizer que, pode estar ali alguns minutos, o autocarro parado e os carros, que vão a circular, têm que ultrapassar a camioneta, passando o traço contínuo. Provavelmente, está ali mal colocada a paragem. -----

----- Portanto, vi muito pouca coisa feita. Aliás, já fizemos um Requerimento por escrito à Senhora Presidente e, aguardamos em que breve haja resposta a estas questões. Muito obrigado.”

----- **Sr. Tavares da Cruz (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Tavares da Cruz refere o seguinte: -----

----- “Vou ser muito breve, dado que não está cá a Senhora Presidente. Desculpem-me os restantes Vereadores, mas penso, como isto é um Relatório da Presidente, considero que seria útil que ela estivesse. No entanto, queria apenas dizer que, no nosso ponto de vista, este Relatório mantém os mesmos vícios que os anteriores. Isto é, nas questões que podem ser ou tornar-se polémicas, nada se diz. Nada se diz e que se deveria dizer pelo menos referir. Nada se diz sobre o que está a acontecer ou o que se prevê ou como é que estão as situações, digamos, em relação à Fundição de Oeiras? -----

----- Nada se diz em relação à Zona Ribeirinha da Cruz Quebrada, apesar de já ter sido discutida e aprovada uma Proposta de Intenções, penso, sobre esta Zona. -----

----- Nada se diz e se refere em relação, digamos, à Urbanização de Barcarena e do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Campo de Golfe.-----

-----Nada se diz, por exemplo, sobre o andamento da Revisão do PDM.-----

-----Penso que, estas questões são questões que deveriam ter aqui um relevo no Relatório da Senhora Presidente e a Senhora Presidente considera que não. É um ponto de vista diferente e prefere fazer um arrolamento, digamos, de obras realizadas. Continuo a dizer que isso é importante, é importante, nós termos conhecimento daquilo que foi realizado, mas também é importante para nós darmos a nossa contribuição na discussão futura, as questões, que se põem ao futuro do Concelho de Oeiras.-----

-----No entanto, nada se diz também a propósito em relação, por exemplo, aos impostos, à sisa e ao EMI sobre em que medida é que está e qual é a situação, no fundo, o compromisso que a anterior Ministra das Finanças, a Senhora Ministra das Finanças tomou, assumiu junto da Associação Municipal dos Municípios para ressarcir de eventuais faltas que as novas Leis portanto, pudessem surgir. Nada se diz em relação a isso.-----

-----Também continua-se, em relação a estas Receitas, a não fazer uma..., quais são os resultados esperados para trinta e um de Dezembro de dois mil e quatro com base nos resultados, digamos, até Agosto e também com base na experiência da sazonalidade de cada um destes impostos. Nada disso é feito.-----

-----No entanto, há aqui dois aspectos, que me preocupam, preocupam-me seriamente, que podem reflectir perigos para Câmara, se estamos numa Era em que o Governo se preocupa muito com os custos futuros, parece que considera que, em relação às Receitas, todas elas estão estagnadas. Não há evolução das Receitas. Só considera que aumentou os custos daqui a vinte anos, mas as Receitas não consideram.-----

-----De maneira que, estou preocupado aqui, com dois números; um, primeiro é o valor dos cabimentos efectuados em relação às Grandes Opções do Plano, que são oitenta e cinco milhões.-----

----- Penso e gostaria que me explicassem que, isto são compromissos já assumidos, despesas já assumidas, trabalhos feitos e que ainda não foram pagos, o que entra em contradição com a indicação de que a dívida dos fornecedores é apenas nove milhões de euros. Portanto, esta situação, estes dois números, penso que, os nove milhões são capazes de não reflectirem a realidade e este último número, de oitenta e cinco milhões, pode significar a situação caótica, a situação financeira caótica em que a Câmara se encontra. Exactamente também por isso continuamos a chamar atenção para o problema do Contencioso. Quer dizer, nós temos que, em relação ao Contencioso, acções que põe à Câmara no valor de treze milhões, só no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa estão os treze milhões. -----

----- Nunca ninguém nos diz qual é a situação destes processos, que estão aqui referidos e já é uma boa situação nós termo-los aqui referidos. No entanto, isto também pode pôr em perigo a situação financeira da Câmara de Oeiras e também pode pôr em perigo aquele grande princípio que o Governo, que nos desgoverna diz que: “atirar dívidas para o futuro, é uma coisa muito má.” E, disse.” -----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção: -----

----- “Também nós gostaríamos de ter a Senhora Presidente presente, mas não vamos deixar de tecer uma consideração muito breve sobre o grau de execução das várias rubricas e alertar para a questão da Receita e da Despesa, que apresenta, nomeadamente, as Receitas de Capital e as Despesas de Capital apresentam graus de execução muito baixos. -----

----- Todos nós sabemos que isto resulta efectivamente da não transferência das verbas que a Administração Central devia transferir para a Câmara Municipal e, daí acharmos que existe alguma letargia, algum adormecimento na parte de investimento da Câmara Municipal de Oeiras no que respeita a esta matéria. -----

----- Era só. Muito obrigado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **Sr.<sup>a</sup> Cláudia Sofia Monteiro Silva (PS)** -----

----- A Senhora Deputada Cláudia Sofia Monteiro Silva refere o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente. -----

----- Ora, a questão que levanto, é a seguinte: -----

----- Aqui há uns meses largos atrás, bem largos, creio no início deste ano, fomos informados, esta Assembleia Municipal foi informada pela Senhora Presidente da Câmara de que o Palácio Restani de Queluz-de-Baixo estava... portanto, o processo do Palácio Restani estava em vias de ser – um processo de expropriação. Portanto, estava em curso a expropriação desse mesmo Palácio. -----

----- Uma vez que, é um Palácio particular e, que ele está completamente a cair. Daqui a pouco, não há mais nada para se poder salvar.-----

----- A questão que coloco é, se não há qualquer indicação nesta Informação sobre esse Palácio. Portanto, é uma estrutura do século dezassete, fim do século dezassete, que é uma pena estar da maneira que está e, não há qualquer indicação daquilo ser resolvido, antes de cair completamente. Gostaria de saber alguma coisa sobre isso. Muito obrigado.”-----

----- **Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

----- O Senhor Deputado Joaquim Cotas interveio e disse o seguinte: -----

----- “Na página cinquenta e três, nesta página em que trata da recolha de resíduos no Concelho de Oeiras. Vem aqui as quantidades recolhidas; de papel, etc. e pilhas. -----

----- Ora, o que na verdade se verifica, é que no nosso Concelho, em matéria de garrafas de vidro e de papel, julgo que a recolha é que é significativa. Mas, faltam aqui duas coisas, porque não há aqui, no nosso Concelho, pelo menos assim com frequência, locais ou dispositivos para a recolha selectiva também dos plásticos e das pilhas.-----

----- Resultado: -----

----- Na verdade, os dois componentes de papel e vidro, parece-me que a recolha é

significativa, porque vejo as pessoas a trazer para os respectivos contentores essas duas matérias. Agora, pilhas e plásticos é que não se está a fazer, certamente, a recolha selectiva, porque não se vê locais para os meter.-----

----- Na página dos Serviços Municipalizados, diz aqui, portanto, logo na primeira, diz aqui no último parágrafo: “Remodelação das redes de abastecimento de água nas ruas...”.-----

----- O que nós pedimos, é que nos seja dito, no concreto, o que foi feito nestas ruas? Porque na verdade – remodelação das redes de abastecimento de água é fundamental e nós consideramos uma área absolutamente prioritária nesta Informação. Gostaríamos de ser esclarecidos do que é que foi feito aqui?-----

----- Também gostaríamos que nos fosse relatado ou nos fosse dito, no concreto, – diz aqui: “Construção do Reservatório dos Barronhos...”. Qual é o ponto da situação deste Reservatório? Em que “pé” está? -----

----- E, por último, gostaríamos também de saber, qual é o ponto da situação, nesta altura, acerca da despoluição, do assoreamento e reconstrução das margens da Ribeira da Lage? Porque na verdade, a Ribeira da Lage, que é um curso de água bonito. Está completamente conspurcado com o entulho, que obstrói mais de dois metros da Ribeira.-----

----- Portanto, já promessas muito antigas que a despoluição ia avançar na parte, por exemplo, na parte do espaço do Concelho de Oeiras, no percurso do Concelho de Oeiras, porque o resto, será com os outros Concelhos.-----

----- Temos um jardim do Palácio dos Marqueses, que são lindos e merecem ser, na verdade, usufruídos pela população e, a Ribeira da Lage está ali, na verdade, a destoar. Dali até à Praia de Santo Amaro, na verdade, a situação é aquela, que todos nós sabemos e, que está, de facto, a merecer uma intervenção ali. É do Município? É do Instituto da Água? A quem é que cabe? Como se trata de Território Municipal, certamente, que é o Município, que tem uma palavra a dizer acerca disto.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Pronto, gostaríamos de saber, qual é o ponto da situação disto. Muito obrigado.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Presidente. -----

----- Senhor Deputado, não vai ser poesia, mas também não vai ser um hino às “Musas de Oeiras”! Como Vossa Excelência costuma, nas suas intervenções, fazer. -----

----- Não. Isto é um Relatório, que muitas vezes nos dá a sensação e, queria começar por dizer ao Senhor Vereador Neno, que você tem a felicidade de ter a informação, quando quer, às horas que quer, e, há bocado, acusou, enfim, os humildes Deputados, que não fazem disto profissão e que recebem a informação, muito vezes, a más horas e, se calhar, por isso, é que não têm a mesma facilidade de ler e, há que ter isso em conta.-----

----- Mas, gostaria que, e lamentando não estar presente a Presidente que, com certeza, terá alguma coisa mais importante que fazer, a metodologia deste Relatório é verdadeiramente surpreendente e, às vezes, leva-nos a crer que há muita “parra e pouca uva”.-----

----- Se Vossa Excelência reparar na página trinta e quatro, está referenciado no Processo cento e noventa e cinco, zero, três, a criação de um novo acesso à Adega da Estação Agronómica.-----

----- Mais à frente, na página trinta e oito, portanto, que já passou trinta dias, porque a página trinta e oito está dividida por meses, não é? Julho, passamos para Agosto. Continua com o mesmo lançamento da mesma obra. É lançada duas vezes. Mas, depois, o que me espanta, e não sei se é informação, que eu queria, se isto é grande, porque dois meses para fazer um acesso, parece-me bastante. É que, depois, em Agosto, não aparece nada! Nem sequer nas obras concluídas! Portanto, ou a obra ficou parada ou então há aqui um lapso manifesto no Relatório.---

----- Depois há aqui uma informação na página cinquenta e três em relação à recolha de resíduos que iríamos fazer aqui um apontamento, quer dizer, diz aqui que foram recolhidos

quinze contentores de cinco litros no Programa Troca de Seringas. Talvez para nós fosse mais importante quantificar e depois, também ver, se tem aumentado a recolha de seringas ou não, porque nos parece que isto é um indicador relativamente fiável, em relação a um Observatório do Fenómeno da Questão da Toxicodependência, Portanto, cinco litros dará para quantas seringas? Aumentou? Não aumentou? Embora, com certeza, muitas vezes, esta informação, também sabemos, que não é fácil de obter. -----

----- E, por último, é aqui, em relação às vistorias e, estou a falar na página sessenta e nove, agora: “Abastecimento Público e Fiscalização Sanitária”. -----

----- Nós constatamos que, por exemplo, em Agosto não há serviço de fiscalização sanitária. Não há! Que Vossa Excelência poderá ver! -----

----- Fiscalização em: talhos, mercearias, padarias, peixarias, etc. – zero. Não houve. E depois, as que existem em Julho, são vinte e sete em restaurantes e um em bebidas, eu suponho que isto é estabelecimentos de bebidas. E, em Junho, é dezoito em restaurantes e, depois, aparece aqui um talho, uma mercearia e, mais uma vez, duas em bebida. -----

----- Portanto, uma Câmara como a de Oeiras, que tem a dimensão, que tem, não pode se dar ao luxo de estar um mês sem vistorias sanitárias ou não deveria de estar. E também saber, qual é o critério em relação a estas vistorias. Porque é que o alvo preferencial é a restauração, até pode ter algum motivo técnico? Era só.” -----

----- **Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro**

----- A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro disse o seguinte:-----

----- “Muito obrigada. -----

----- Não há mais intervenções pedidas, para além das diversas sugestões, que foram feitas. -----

----- Dava a palavra ao Senhor Vice-Presidente para prestar os esclarecimentos.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----O Senhor Deputado João Viegas (PS) interveio de imediato, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, desculpe...”.-----

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro respondeu o seguinte: -----

-----“Não concluiu? -----

-----Então, conclua lá. Diga, diga!” -----

-----Sr. João Viegas (PS) -----

-----O Senhor Deputado João Viegas continuou a intervenção e disse o seguinte: -----

-----“Não, é que me lembrei agora, é que sabe, não está no Relatório e isto é muito importante e pedia a atenção do Senhor Vice-Presidente:-----

-----Há uma população residente na Fundição de Oeiras e, portanto, estamos a falar dum contacto directo, que houve da população em relação ao Partido Socialista em que promotores imobiliários andam a promover, e, estamos a falar ainda de algum número significativo de pessoas, a promover que no final do mês, que vem, vão mudar de casa para um Bairro ali perto, que foi construído pelo Teixeira Duarte mas que ainda não mudaram, porque a culpa é da Câmara. -----

-----Portanto, já tentei ver os vários processos. -----

-----Já tentei falar com o Senhor Vereador Rui Soeiro.-----

-----Não identifico nada disso! E, o que me parece, é que esses promotores estão a enganar as pessoas. Portanto, se estávamos a falar em relação aos Bairros, que alojavam os trabalhadores da Fundição de Oeiras. Portanto, que residem em Oeiras há pelo menos trinta e cinco anos, na maioria. E, gostaria de saber, qual é que é a efectiva participação da Câmara Municipal de Oeiras nesse projecto privado e se, se pode dizer às populações, quando é que, efectivamente, vão mudar de casa? Porque as pessoas já têm as coisas todas embaladas à espera de mudar. O que não me parece que irá acontecer pelas informações, que temos.” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- Perante as questões colocadas, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno esclareceu o seguinte: -----

----- “Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

----- Queria dar aqui só alguns esclarecimentos rápidos, naturalmente que, porque a hora já vai longa, mas dizer algo que é recorrente, mas dizer que isto é um documento técnico. Evidentemente técnico. Naturalmente que, sobre essa situação, e os Senhores Deputados fazem aqui uma apreciação, e que é essa a sua competência, em termos políticos. Agora, dizer que os números falam por si. São esses que aqui estão. E, portanto, é feito essencialmente pelos Serviços.-----

----- Se calhar, começaria um pouco aqui pelo fim, e, em relação ao Deputado João Viegas, isto sem desprimo para nenhum dos outros, porque já lá vou mas, em relação aos promotores da Fundição de Oeiras, a prometer casas, etc., etc., Senhor Deputado, isso é uma relação entre os promotores e os arrendatários. A Câmara nada se mete nessa matéria! Que eu saiba, que tenha conhecimento, e, dizia que eu tinha todo o conhecimento, que sabia. Não tenho qualquer conhecimento nessa matéria e que haja qualquer envolvimento da Câmara nessa situação. -----

----- Depois, em relação ao critério das vistorias, penso eu e assim será, perguntava aqui, ao Senhor Vereador Ferreira de Matos, que tem essa área e esse Pelouro distribuído, mas as vistorias são um pouco alienatórias, quer dizer, não fazemos uma vistoria, a não ser que seja pedida muitas vezes à Câmara. -----

----- Há vistorias que são solicitadas à Câmara, agora há outras, que no âmbito da fiscalização sanitária, que se fazem, digamos, em termos alienatórios. -----

----- Em relação à situação, que referiu, duas vezes, que aparecia o acesso à adega da Estação Agronómica, naturalmente uma delas é em projecto, porque estávamos a falar da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Divisão de Estudos e Projectos e outra em obra, que é para a Divisão de Conservação e Administração Directa. Naturalmente, que um tem que elaborar o projecto, a outra tem que executar a obra. Isso não quer dizer que... -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** interveio e disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, se não se importa deixa concluir e depois fará a interpelação, que entender.” -----

----- **Sr. João Viegas (PS)** -----

----- O Senhor Deputado João Viegas continuou a intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, a questão é esta: -----

----- Não estou aqui para levantar questões, estou para ser esclarecido e, o Senhor Vereador, peço desculpa mas, está a ler mal. Está aqui escrito: “Obras em curso...”. Não é projectos! Obras em curso. -----

----- E, depois à frente, está no mês seguinte, novamente: “Obras em curso”. -----

----- Admito que o acesso seja grande e leve dois meses mas, depois, o que me espanta, é que nas obras concluídas, já não aparece nas obras em curso em Agosto, mas não aparece concluído! -----

----- E, a minha pergunta é: -----

----- O acesso foi feito? Não foi feito? -----

----- Porque, com a informação, que está aqui, é incoerente! Percebe?” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- Perante as questões colocadas, o Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno esclareceu o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, se me permite? -----

----- Naturalmente que, é a leitura do Senhor Deputado, mas eu continuo a reafirmar

aquilo que disse. É que uma coisa é projecto, que vai dar direito a obra e, portanto, uma delas..., se vir, é no DIM/DEIP. A Divisão de Estudos e Projectos faz projecto. E, depois aparece o Relatório aqui, a relação de todos os projectos, que está a fazer, que sequencialmente dão direito, dão depois sequência à obra. É por isso, é que aparece duas vezes em duas zonas de Unidades Orgânicas diferentes. Talvez não esteja bem explícito! Mas era essa explicação, que estava a tentar explicar.”-----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** interveio e disse o seguinte:-----

----- “Então, isto não são obras em curso, são obras em projecto!-----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno esclareceu ainda o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, há projecto e há obra! -----

----- Eventualmente que, em relação aos projectos, que há em curso, julgo eu e julga a Câmara Municipal que os Senhores Deputados também têm que saber quais são os projectos, que há em curso!” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** interveio e refere o seguinte:-----

----- “Então, só devemos, destas folhas todas, ver as obras concluídas. Essas, efectivamente, que são apenas meia folha disto tudo, é que são as obras, que estão concluídas!” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno disse o seguinte: -----

----- “Senhor Deputado, há obras que estão em projecto, há obras em curso e há obras concluídas! Cada uma tem a sua separação. -----

----- Naturalmente, que poderemos, depois, melhor...” -----

----- **O Senhor Deputado João Viegas (PS)** referiu o seguinte:-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- “Com certeza, é só vinte folhas de diferença, Senhor Vereador! As concluídas é uma folha, as outras são vinte.” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno continuou e disse o seguinte: -----

----- “Depois, iria pedir aqui, ao Vereador José Eduardo só para dar uma explicação sobre a recolha de papel e do vidro e das pilhas referidas pelo Senhor Deputado Joaquim Cotas, mas dar também aqui algumas explicações sobre a remodelação da rede de águas. -----

----- Senhor Deputado, quando vem a remodelação da rede de águas numa determinada rua, o próprio nome diz, é retirar, substituir a tubagem, que lá estava antiga que muitas vezes, como sabe, ainda é em fibrocimento e pôr uma nova tubagem. É a substituição simplesmente daquelas tubagens. É a manutenção, no fundo, da rede de águas. -----

----- Em relação ao Reservatório de Barronhos, refiro-lhe que já está aberto o concurso público e julgo que as propostas serão para ser abertas por um destes dias, as propostas desse mesmo concurso público. -----

----- Em relação às ribeiras, referir-lhe que, isso, Senhor Deputado, também já foi dado o ponto da situação, daqui há algum tempo, pela Senhora Presidente, que a Câmara Municipal assinou com a SANEST e, isso veio aqui também espelhado neste Relatório, num dos anteriores, assinou protocolos com a SANEST sobre a erradicação de esgotos nas nossas linhas de água. -----

----- A primeira obra e já concluída da Ribeira da Lage, nomeadamente, já que se referiu a essa, foi um investimento ainda em contos. Vou dizer o nome em contos – foram um milhão e duzentos mil contos, a montante da A5, e que apanhava toda a Bacia da Ribeira da Lage, apanhando três Concelhos: Sintra, Cascais e Oeiras. Portanto, acima da A5. Essa obra está concluída há um ano e teve o custo de um milhão e duzentos mil contos e falta, neste momento, está em fase de concurso para dar início à obra, brevemente, a jusante da A5 ou seja, de da A5 da

Ribeira da Lage para baixo, que apanha a Estação Agronómica até à Foz.-----

----- Naturalmente que, em termos de carga poluente, da grande carga poluente, que a Ribeira da Lage tinha, ela já foi retirada com esta obra anterior, que eu disse. Porque esse era o grande custo de obra, e, digamos, o grande foco poluente, que até vinha dos outros concelhos vizinhos. E, naturalmente, que isso se sabe. E, naturalmente, há situações de limpeza, que vamos ter que fazer sempre nessas situações. Mas, o Senhor Deputado também sabe e também observa tal como eu, aqui, muitas vezes, em Oeiras que, em termos da qualidade da água da nossa Ribeira, e isso tem-se verificado até na qualidade das águas balneares, a Ribeira da Lage melhorou em muito.-----

----- Este ano, que eu tenha conhecimento, não tive ainda acesso ao mês de Setembro, porque só recentemente terminou, mas até Agosto, que eu tivesse conhecimento, não havia uma análise de má qualidade na Praia de Santo Amaro. Não houve nenhuma. E, portanto, isto é aceitável, o que permite a utilização, em termos balneários. -----

----- Portanto, houve uma grande melhoria em termos da Ribeira da Lage, aliás basta ver que os peixes, que são apanhados muitas vezes, enguias, por exemplo, na Ribeira da Lage. Na Povoação da Ribeira da Lage apanham lá enguias e isso é um bom sinal. -----

----- Como sabem, a enguia é algo que estava erradicado das nossas ribeiras há muito tempo, mas hoje, e falo com pessoas da Ribeira da Lage, ali o Senhor Deputado Miguel Pinto também o pode confirmar, se falar com pessoas da Ribeira da Lage, apanha lá, junto à Ponte..., e, a mim já me falaram e eu não acreditava também, mas já me foram oferecer algumas enguias a casa pescadas na Ribeira da Lage. Isso é um bom sinal. -----

----- Também na Ribeira do Jamor também já se apanha, o que é um sinal de despoluição.

----- Comi, sim Senhora! -----

----- Depois para referir, em relação a duas questões sobre o Palácio Restani, o Palácio Restani, naturalmente, ainda está o processo de expropriação a decorrer. Posso referir à Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Deputada que está na DGAL para ser emitida a Declaração de Utilidade Pública, há vários tempos. A Câmara tem insistido, mas a DGAL ainda não emitiu este Parecer. Como sabem, é fundamental para nós podermos proceder à expropriação.” -----

----- **A Senhora Deputada Cláudia Monteiro Silva (PS)** interveio e refere o seguinte:---

----- “Senhor Vice-Presidente, peço desculpa, posso fazer só um reparo, um pequeno reparo? É que se está a aproximar o Inverno e...” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** interveio e disse o seguinte:-----

----- “E depois nós sabemos, Senhora Deputada. Mas, deixe concluir, porque daqui a pouco estamos sem quórum, e, está público para intervir. -----

----- Senhor Vice-Presidente faz favor, conclua.” -----

----- **Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno** -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Oeiras, Vereador Neno disse o seguinte:-----

----- “Como sabe, a expropriação..., aquilo é um bem particular. A Câmara Municipal já declarou a intenção de expropriação. Naturalmente para ele poder ser expropriado, terá ser concedido à Câmara a Declaração de Utilidade Pública, que era isso, o que estava a dizer, é o documento, que nós estamos à espera, que ainda não veio por quem de direito o passar e, portanto, digamos que, é propriedade privada. Até lá, até isto ser concretizado, a Câmara sente-se um pouco impotente, perdoem-me a expressão, por aquilo que nós podemos fazer, estamos a fazer.-----

----- Em relação àquilo que o Senhor Deputado Vidal Antão, e, prende-se também um pouco com aquilo referido pelo Doutor Tavares da Cruz, em relação às Receitas. -----

----- Em relação às Receitas e, quando vos dizia que a Receita era muito baixa, as Receitas em relação àquilo que estava a nossa expectativa, não estava... Olhe, posso-lhe dizer

que no princípio deste ano, se calhar, era muito mais céptico do que realmente aquilo que veio acontecer e que está espelhado neste Relatório. -----

----- Em relação ao EMI, se reparar, estamos acima daquilo que são as Receitas cobradas nos anos anteriores, cerca de dois milhões de euros, um milhão e meio de euros. -----

----- Perdemos na SISA, isso era de esperar, aliás, nessa situação era algo, que foi referido. Não temos valores comparativos. Até ao final do ano, não sabemos dizer qual é a Receita porque, como sabe, mexe com a situação, que vai entrar, porque isto depende do volume de negócios mas, o que nós esperamos nesta situação, é que possivelmente, em relação à SISA, a Câmara Municipal possa perder cerca de quarenta por cento daquilo que estava inicialmente estipulado, que vai ser compensado porque vai ser superior àquilo que nós tínhamos orçamentado. É essa a expectativa em relação ao EMI. -----

----- Se repararem, de Janeiro a Agosto, e, já entrou Receita depois disso, nós tínhamos orçamentado quinze milhões de euros e já entraram cerca de catorze milhões. Portanto, vai compensar um pouco aquela situação.-----

----- Aproveito, porque o Senhor Deputado Tavares da Cruz referiu o compromisso da anterior Ministra das Finanças, naturalmente que é um compromisso do Governo! E, nós cá estaremos depois para que eles honrem os compromissos, que pediram.-----

----- Agora, só no final do ano, quando tivermos as contas feitas é que podemos dizer para honrem ou não os compromissos! Neste momento, a extrapolação, que nós fazemos, é esta estimativa que, como lhe digo, vamos perder alguma Receita em relação à SISA mas, em relação ao EMI, vai ser ligeiramente compensada, cerca de dez por cento acima. E, depois, no final do ano, logo veremos aquilo que será o valor cobrado.-----

----- Em relação à Derrama, nós, em termos do realizado, também aquilo que era as nossas previsões iniciais, naturalmente fruto de alguma crise económica, que havia em relação às empresas, mas posso-lhe dizer que, pessoalmente, fique um pouco até surpreendido pelo valor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

cobrado! E, isto porquê? Porque pensei que aqui houvesse mais quebra, mas não! Se reparar, em relação a todos os três anos anteriores, o valor da Derrama está acima daquilo que é comparativamente de Janeiro a Agosto, aquilo que era a Derrama nos anos dois mil e um, dois mil e dois e dois mil e três. Portanto, este ano está acima, o que para nós também nos faz ter algum optimismo nesta matéria. -----

----- Portanto, em relação à Receita ser muito baixa, julgo que ela não vai ser mais baixa do que em relação, pelo menos, às Receitas Correntes, àquilo que nós tínhamos estimado. Não vai variar muito.-----

----- Mas, em relação àquilo que tem sido a nossa Receita de Capital, e isso, os Senhores Deputados também sabem, que a Receita de Capital está aqui em venda de património, algum dele, e que, recentemente, veio aqui uma proposta, na última reunião, em que nós vamos vender, alienar em hasta pública algum desse património, muito pouco. Naturalmente que a Câmara Municipal, aquilo que, não quer e tenta evitar a todo o custo, é realmente que haja esta alienação. Apesar dos Senhores Deputados dizerem que todos os anos vem sempre aqui em relação à Receita, da venda de património e acusam-nos de nós não termos vendido o património! Não é? Não termos feito, não termos cumprido com a Receita de Capital, não é? A Receita de Capital é a venda de património e, este ano, estamos a cumprir, uma parte dessa situação. Mas, nós estamos sempre a tentar que não passe por aí. -----

----- Em relação à actividade do Município, quando o Senhor Deputado Tavares da Cruz diz que nada se diz em relação à Fundição de Oeiras, à Revisão do PDM, à Zona Ribeirinha, à zona da Cruz Quebrada, etc., etc. Senhores Deputados, nada disto! É assim: -----

----- Eu, neste momento e, enquanto Vice-Presidente da Câmara, penso que os meus colegas estão na mesma situação, não conheço, porque deram entrada projectos mas, esses projectos, enquanto não vierem para aprovação, eu não conheço esses projectos! E, portanto, neste momento, nada há de concreto em relação a eles! Na altura própria, se eles vierem e

quando vierem, quando nós formos chamados a intervir, naturalmente que todos nós diremos aquilo que acharmos sobre aquela matéria. Mas, neste momento, não pode vir aqui, para dizer que entrou um projecto para um determinado terreno e, se entram milhares deles! Uns são deferidos, outros são indeferidos. Portanto, não sei em que situação é que estão estes projectos! Não sei até se entraram! Mas, como lhe digo, entram milhares de projectos de licenciamento, projectos de loteamento na Câmara Municipal! Portanto, não lhe sei dizer, se os projectos, que entraram, se calhar, sabem até mais do que eu nesta matéria, se entraram ou não entraram! Agora, na altura própria, logo iremos discutir essa matéria, quando assim for.-----

----- Em relação à Revisão do PDM, naturalmente que os Senhores Deputados e, aliás, está agendada, salvo o erro, para de hoje a quinze dias, no dia dezenove, está marcada há seis meses, uma reunião comigo próprio e com a Comissão de Acompanhamento do PDM, como sabem, é daqui, da Assembleia Municipal essa reunião. E, portanto, tem sido sempre feito ali, esse ponto da situação, que penso, naturalmente, que depois se há Deputados eleitos nessa Comissão, que transmitam aos restantes Deputados o teor dessa matéria. -----

----- E, deixei para o fim, sem qualquer intenção, mas o Senhor Deputado Miguel Pinto, e sobre a Ribeira da Lage, o que viu e as carências da Ribeira da Lage.-----

----- Senhor Deputado, não resisto a dizer-lhe que, se calhar, conheci muito mal a Lage! E, conheci muito mal a Lage há meia dúzia de anos atrás, nestes últimos meia dúzia de anos. ---

----- A Lage, como sabe, era um bairro problemático, um bairro de génese ilegal e, a Câmara Municipal tem feito um esforço significativo e, penso que, quem conhece bem aquele aglomerado urbano... naturalmente que ainda há muito que fazer! Estou em todo de acordo! Agora, aquilo que tem sido feito no Bairro da Ribeira da Lage, nos últimos seis anos, é uma coisa extraordinária! Olhe:-----

----- O Bairro da Lage não tinha um acesso em condições. Já tem, pelo menos, uma acessibilidade em condições. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----Sabe que os autocarros não chegavam à Ribeira da Lage! Hoje, já lá chegam. -----

-----O Bairro da Ribeira da Lage não tinha um jardim, não tinha um parque urbano. Tem um parque urbano. Já foram feitas três fases desse mesmo parque urbano. Não tinha..., não sei se conhece, conhece com certeza, porque esteve lá, as obras que foram feitas no Centro Comunitário da Ribeira da Lage, na recuperação da escola. Foi uma obra significativa do Município e um esforço significativo, em termos financeiros. As bancadas no Campo de Futebol. Em termos de iluminação pública. -----

-----Foi feito um esforço significativo na Ribeira da Lage, em termos da sua requalificação. Não estou a dizer com isto que na Lage está tudo bem! Não está, Senhor Deputado! Até porque há zonas, e, se você reparar, em termos até sociais para se ali fazer uma intervenção, o que vai ser muito complicado! Como sabe, as pessoas foram construindo de uma forma..., isto no pôs 25 de Abril, logo a seguir, quando foi a auto-construção, e, em termos ilegais, foram ali construindo. Há ali casas, que têm, por critérios de segurança, possivelmente vamos ter que demolir. Vamos ter que fazer um processo, possivelmente de realojamento. Está a ser feito esse levantamento. Mas, dizer-lhe que a Câmara Municipal esqueceu a Lage! Não esqueceu. A Câmara Municipal está muito atenta à Ribeira da Lage. A Câmara Municipal tem feito um esforço significativo, em termos de investimento na Ribeira da Lage. Agora, concordo, se possivelmente consigo que... ainda há muito lá que fazer, estamos cem por cento de acordo! Agora, dizer que a Ribeira da Lage parecia quase Beirute, pela explicação do Senhor Deputado – Beirute –, ouvi do Senhor Deputado, era aquilo que me fazia parecer, e, a Ribeira da Lage está muito diferente nessa matéria. Mas isso, possivelmente, foi porque o Senhor Deputado não conhecia bem, anteriormente, para fazer esse balanço. Muito obrigada, Senhora Presidente.-----

-----Já agora, o Senhor Vereador José Eduardo irá dar algumas informações em relação à recolha selectiva.” -----

-----**Sr. Vereador José Eduardo Costa da C.M.O.** -----

----- O Senhor Vereador José Eduardo Costa deu os seguintes esclarecimentos: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente em Exercício. -----

----- Boa noite, Senhores Deputados que é a primeira vez que falo. -----

----- Relativamente à recolha, o Senhor Deputado Joaquim Cotas, já falamos nisto “ene” vezes, deve-se recordar, que no Concelho de Oeiras, o sistema que funciona, em termos de recolha selectiva, é o sistema porta-a-porta. O que é que isto quer dizer? Que à segunda e à quinta-feira, as pessoas põem o plástico, as latas, os jornais, se quiserem e, nós recolhemos selectivamente todas as segundas e todas as quintas, trezentos e sessenta e cinco dias por ano, só há dois dias por ano, que não há recolha em Oeiras, que é a Noite de Natal e a Noite da Passagem de Ano, de resto todos..., inclusivamente feriados há recolha do resíduo normal e, todas as segundas e quintas-feiras sejam feriados ou não, há recolha selectiva. -----

----- Posso-lhe dizer o seguinte: -----

----- Em termos de dados estatísticos, posso trazer isso oportunamente aqui, se compararmos as metas dos quatro Concelhos, que compõem a AMTRES, posso-lhe dizer que nós estamos muito à frente de todos os outros. -----

----- O nosso sistema tem provado, até agora, que em termos de quantidade recolhida pré-capita estamos muito à frente dos outros. -----

----- Temos alguns vidrões, vamos pôr mais. Temos alguns papelões mas, ninguém, em Oeiras, pode deixar de fazer a recolha selectiva, se quiser, porque à segunda e à quinta-feira pode-a fazer, pondo à porta de sua casa os recipientes para a recolha, que nós procedemos a essa recolha. Por isso, posso-lhes dar essas estatísticas, que o demonstram. Inclusivamente na Associação de Municípios, agora, estamos a implementar o Plano Estratégico. Posso-lhes dizer que Oeiras, relativamente aos outros Municípios, já temos crédito porque, em alguns itens já ultrapassamos as metas fixadas para o Concelho de Oeiras para este ano. -----

----- Tal como outros concelhos têm penalizações, nós, em alguns itens, temos crédito. ---



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- Posso-lhes trazer esses dados para os Senhores Deputados terem conhecimento. -----

----- Relativamente à troca de seringas, posso-lhes dizer o seguinte: -----

----- Noutro dia, não tenho aqui os dados concretos, mas noutro dia em conversa com uma farmacêutica, em Paço de Arcos, foi-me relatado que tinha diminuído o número de seringas depositadas nas caixas, o que é capaz de ser um bom sinal! Com isto, não quer dizer que diminuiu a toxicodependência, mas, se calhar, os locais de consumo mudaram-se para outros locais. Mas, em Paço de Arcos, pelo menos, as farmacêuticas diziam que havia menos depósito de seringas. Mas, em termos de Concelho, não tenho esses dados, mas a sensibilidade, que eu tenho que ando muito na rua, é que, em termos de locais tradicionais de frequência, alguns pontos, que eram pontos problemáticos, diminuiu. Se calhar, em concelhos limítrofes e, todos nós sabemos que, em concelhos limítrofes quer de Lisboa, quer de Cascais há centros, como era a Pedreira dos Húngaros há uns anos, em que há grande consumo. Mas disso não tenho dados. Mas sei que, pontualmente, diminuiu. Mas eu posso tentar saber, porque são os meus serviços, que fazem a recolha dessas seringas.” -----

----- **Sr. Vidal Antão (PS)** -----

----- O Senhor Deputado Vidal Antão fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só uma coisa muito breve. -----

----- Referir ao Senhor Vice-Presidente, que eu quando falei em Receitas, não me reportava a Receitas Correntes, mas Receitas de Capital. -----

----- Existem aqui, nomeadamente, duas verbas, que foram orçamentadas como oriundas da Administração Central e do Estado, que têm graus de execução de Receita da ordem dos dezanove por centos, em fins de Agosto e trinta e dois, vírgula, trinta e sete também em fins de Agosto. Portanto, aqui é que “a porca torce o rabo” como se costuma dizer! Muito obrigado.” -----

----- **Sr. Custódio Correia Paiva (JF Barcarena)** -----

----- O Senhor Deputado Custódio Correia Paiva disse o seguinte: -----

----- “Senhora Presidente, muito obrigado. -----

----- Queria só aqui dar uma pequena informação à nossa Colega Cláudia, Senhora Deputada, e que trás aqui o problema do Palácio Restani.-----

----- Como a Cláudia sabe, tem sido uma preocupação grande tanto da Junta de Freguesia como da Câmara, o estado em que se encontra aquele Palácio, que de Palácio já não tem nada, tem uma fachada única simplesmente, porque de resto já está tudo destruído. Mas, tem sido preocupação da Junta do seguinte: -----

----- Pelo menos, dar uma certa limpeza em toda aquela zona envolvente. -----

----- De alguns anos a esta parte e, principalmente, nestes últimos três anos em que estou à frente da Junta e, a Deputada Cláudia sabe, que é desde aquela limpeza, que tenho feito ou a Junta ou a Câmara. Tem sido feita todos os anos, às vezes, duas vezes num ano, toda a limpeza. -

----- Foi também criado ali um corredor pela Junta de Freguesia porque era o seguinte: ---

----- As pessoas queriam passar e os carros estavam ali amontoados, e, as pessoas tinham grande dificuldade e tinham de passar por cima das poças de água. Mandei criar lá um corredor para haver mais segurança para os moradores de Queluz-de-Baixo. Além disso, também, havia ali um grande lamaçal e, como sabe... (**Mudança de Cassete**) ...em fase de expropriação.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** disse o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, Muito obrigada. -----

----- Depois, se houver algum esclarecimento, se calhar, terá, com certeza, ocasião de o dizer. É que nós já não temos quórum. -----

----- Neste momento, ficamos sem quórum... -----

----- **Entretanto, a Senhora Deputada Cláudia Monteiro Silva solicita à Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro, intervir em Defesa da Honra.**-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----“...Pois, acredito que sim, mas já não temos quórum, sabe! Ainda temos a participação do público, que não queria deixar de dar a palavra, como é óbvio!” -----

-----**Sr.<sup>a</sup> Cláudia Sofia Monteiro Silva (PS)** -----

-----A Senhora Deputada Cláudia Sofia Monteiro Silva refere o seguinte: -----

-----“Sim, agradeço a exposição do Senhor Presidente da Junta, por acaso, de facto, tem feito um bom trabalho. Mas, não foi isso, que mencionei! E, nem sequer falei na limpeza, não falei que não estava limpo o terreno. Eu agradeço o esclarecimento.-----

-----A minha questão era tão simplesmente saber em que ponto é que estava a expropriação para saber, se seria ou não considerado um edifício qualificado de interesse público, porque, de facto, já está a decorrer há cerca de um ano essa expropriação e, daqui a bocado, já não há nada para qualificar! E essa questão é com a Câmara e não é com a Junta. Mas, de qualquer das maneiras.” -----

-----**Sr. Carlos Coutinho (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Carlos Coutinho interveio, dizendo o seguinte: -----

-----“Senhora Presidente, tenho estado aqui desde as três e meia sentado religiosamente a ouvir os Senhores Deputados e a Câmara. Gosto muito de os ouvir, aprendo sempre muito. Mas, há aqui senhas, que não são iguais! Isto, as senhas têm que ser pagas em função dos minutos que os Deputados estão sentados! -----

-----Assim, não está certo! Mas que “raio de democratas” são estes! Que “raio de Justiça” é esta! Uma pessoa passa aqui horas sentado a ouvir coisas interessantes e há outros, que se “baldam”! Mas, o que é isto? Ou há moral ou comem todos! Ou vamos todos jantar ou...” -----

-----**Sr.<sup>a</sup> Presidente em Exercício da A.M., Dona Madalena Castro** -----

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro disse o seguinte: -----

-----“Senhor Deputado, muito obrigada.-----

----- Mas, só ouve, quem cá está, sabe!” -----

----- **O Senhor Deputado Carlos Coutinho (CDU)** refere o seguinte: -----

----- “Pois, mas eu sei que não é para eles! Não é para eles, que eles estão aqui. Estoicamente, mas...” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** disse o seguinte: -----

----- “Esperemos que leiam a Acta mas, realmente, é já uma esperança, que começa a ser muito remota. -----

----- Este está realizado. -----

----- A Mesa, obviamente, não quer deixar de dar a palavra – estão três municíipes, penso que são três municíipes ou quatro municíipes do Concelho. Não sei, se algum dos Senhores ou da Senhora quer intervir? -----

----- Pediria para fazerem o favor de se chegarem àquele microfone, referindo o nome dos Senhores e a morada e, fazendo uma intervenção tão sintética quanto vos for possível.” -----

## **5. INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

### **5.1. Sr.<sup>a</sup> Maria da Conceição Agria – Moradora no Alto dos Barronhos** -----

----- A Municíipe Dona Maria da Conceição Agria fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa tarde para todos os Senhores e Senhoras. -----

----- Vou tentar ser o mais rápido. -----

----- Portanto, há uns bons meses, desde que eu aqui estive, e que, realmente, as coisas não correram muito bem porque, por vezes, as pessoas não aceitam a verdade e a verdade é coisa, que tem que vir ao cimo, sempre ao cimo. -----

----- Portanto, peço já, desculpa a toda a gente e, não me considerem como mal-educada naquilo que vou dizer, porque tudo, o que vou dizer, não é falta de respeito por ninguém, mas sim resposta a insultos, que tenho levado, através das pessoas que, governam esta Câmara. E vou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

citar, é assim: -----

----- Sou uma moradora...” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** interveio para dizer o seguinte: -----

----- “Minha Senhora, antes de começar a sua intervenção, queria-lhe referir, não sei, o que é que se está a referir, mas queria-lhe dizer o seguinte: -----

----- A Mesa não permite que, nas respostas, que vier a dar, faça qualquer insulto a algum órgão da Câmara ou a algumas pessoas, que foram eleitas. Portanto, a partir daí, a Senhora poderá fazer a intervenção que entender. Agora, de facto, não permitiremos que, enfim, tenha intervenções, que não respeitem o bom-nome das pessoas.-----

----- Muito obrigada, faz favor de falar.” -----

----- **A Municípe Dona Maria da Conceição Agria** continuou a sua intervenção, dizendo o seguinte: -----

----- “Então, afinal, o que é que vou dizer? -----

----- As pessoas que vou frisar, são pessoas que têm a ver com estes casos! Portanto, acho que tenho o direito de falar. -----

----- Eu chamo-me Maria da Conceição Agria, sou uma moradora de trinta e nove anos no Alto dos Barronhos. -----

----- O Alto dos Barronhos era uma zona clandestina, considerada clandestina, pela qual eu, tendo visto, o que são os projectos, que foram abertos para nova construção, eu fui uma, das pessoas, que colaborei com a Câmara em todos os aspectos, que foi pôr: o terreno da minha casa e de uma oficina, que tinha, onde o meu marido trabalhava, na qual fazia a nossa vida própria, e, temos esse direito. Pus tudo à disposição da Câmara com uma condição: foi venderem-me uma casa e arranjarem espaço para o meu marido trabalhar. Portanto, acho que foi colaboração e não foi, como muitas pessoas que disseram sempre que não, que não, que não. -----

----- Não tive ajuda de ninguém. -----

----- Portanto, nunca me venderam a casa, apenas me puseram à venda uma casa, em Carnaxide, que já tinha sido vista por cerca – era um T3 – talvez sessenta a setenta pessoas, que não a quiseram. Posso acrescentar que essa casa foi feita duma “casa de vergonha”, sem condições nenhuma, e, para isso foram construídos palácios no mesmo edifício.-----

----- Tive o cuidado – rejeitei essa casa. Rejeitei e não tinha o direito de aceitar aquilo que os outros também não quiseram! -----

----- Quanto à oficina, pedi ao Senhor David Justino para me vender um espaço para o meu marido trabalhar, continuar a trabalhar e eu também lá trabalhava. Foi-me negado esse direito, dizendo-me que, o meu marido e eu não podíamos trabalhar. -----

----- Esses espaços são aqueles que, perante um projecto, que foi aprovado pelo INH, foi aprovado pelo INH haver por baixo dos prédios parqueamento para carros e esses espaços serem vendidos, precisamente, a pessoas que comprassem os apartamentos. Isso não foi feito. Foi, precisamente, tudo alterado, de maneira a encher-se muitas belas carteiras e, eis a razão, porque digo: -----

----- Foram feitas garagens individuais, as quais foram vendidas ou estão a pedir por algumas delas oito mil contos e outras estão a ser alugadas por setenta e oitenta mil escudos/mês. Foi-me negado esse direito a mim, dizendo que não podia trabalhar, mas no entanto, está tudo a trabalhar em desconformidade. Além de eu, já há tempos, ter tocado nesse assunto, a Doutora Teresa, numa reunião que eu pedi, está registado em Acta, foi-me dito que, foi tudo visto e que estava tudo em conformidade. Não é verdade! Porque está aí, o Senhor Vereador Rui Soeiro, que ele próprio confirmou com o Senhor Doutor Duque, e foi lá ver, e ele disse para mim que realmente há actividades ilícitas. Eu, aí, deixo a pergunta: -----

----- Porque razão é que só há restrições para mim, porque sou uma pobrezinha e os outros são ricos, que podem ultrapassar tudo e espezinhar todos! Acho que isso não é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

democracia! Isso é bigamia ou outra coisa, que se possa chamar. -----

----- Depois, em seguida, dei a oficina e continuámos na mesma. -----

----- Aparecem pessoas que não são as próprias pessoas donas, mas aparecem a cobrir outras, porque essas pessoas não têm dinheiro para comprar sete e oito oficinas. Não é democrático, que se venda sete e oito a um e não se venda uma a uma pessoa! -----

----- Portanto, julgo-me com direitos por uma razão:-----

----- Pelo facto de eu lá morar na minha humilde casa é que foi criado esse projecto e, por isso, tenho tantos direitos ou mais do que pessoas, que lá não moravam e, vieram sempre para pessoas que nem sequer moravam na zona! Não me querem fazer crer que vem uma pessoa comprar uma garagem individual por oito mil contos para arrumar o seu carro, se morar em Algés ou Carnaxide! Isso não é verdade! O Senhor Vereador Rui Soeiro confirmou. -----

----- Tive, entretanto, uma conversa com a Doutora Teresa à saída do Espaço Comercial de Linda-a-Velha, em que lhe frisei vários casos. A Doutora Teresa foi uma das pessoas, que era Vice-Presidente com o Doutor Isaltino de Moraes ainda e ela assistiu a muitas reuniões. Ela sabe muito bem, o que se passa! Portanto, não me podem acusar a mim de nada e eu posso acusá-los a todos de tudo.-----

----- Pois, vamos aqui a outro caso:-----

----- O Senhor Vereador José Costa é uma das pessoas que está..., portanto, que tem a seu encargo esses tais ditos espaços; essas garagens e essas coisas todas, que foi dito pela Doutora Teresa Zambujo que era ele! Não sei se é, nem se não, até me disse para falar com ele. Eu disse que, com esse Senhor não era possível falar! Porque o Senhor tem atitudes, que não são as mais democratas! Portanto, já disse e já mandei dizer pelo Senhor Doutor Rui Soeiro que o Senhor Vereador José Eduardo Costa só conhece os decretos-leis, quando são para usar em atitudes antidemocráticas ou bigamia e, ignora todos aqueles que estão relacionados com democracia ou cidadania. Essa é a pura verdade!-----

----- Portanto, ele também conseguiu, porque eu falei à Doutra Zambujo, e, ele conseguiu, precisamente, ao outro dia... Eu tinha um quintal, reparem bem, eu tinha um quintal onde...” ---

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** interveio, referindo o seguinte:-----

----- “Minha Senhora, nós apreciamos imenso a sua exposição, mas estão mais duas pessoas para intervir.” -----

----- A Municípe **Dona Maria da Conceição Agria** disse o seguinte:-----

----- “Mas eu não demoro muito!” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** refere o seguinte:-----

----- “Vou-lhe fazer um pedido:-----

----- Nós já percebemos que a Senhora se sente injustiçada com uma determinada situação, agradecemos que conclua a sua intervenção e deixe o apelo àquilo que quer. Então, se faz favor.” -----

----- A Municípe **Dona Maria da Conceição Agria** refere o seguinte:-----

----- “Pois, tenho que concluir!” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** refere ainda o seguinte:-----

----- “Faça o requerimento, que tem a fazer ou requerimento verbal à Câmara.” -----

----- A Municípe **Dona Maria da Conceição Agria** prosseguiu a intervenção, referindo ainda o seguinte:-----

----- “Então, é assim. Então, ele mandou fazer o seguinte:-----

----- Logo ao outro dia, mandou uma série de pessoas deitar o meu quintal abaixo, acho que ele só me queria atingir a mim, mas depois estavam outros ao lado, que foram atingidos também, e, no entanto, a minha horta estava num terreno, que já pertence à BRISA, não pertence



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

à Câmara de Oeiras! -----

----- A partir daí, o Senhor mandou fazer uma vedaçāo com trinta e seis pauzitos e cada pau tem quatro metros quadrados. Eu deixo a pergunta: -----

----- O Senhor passou isso do seu bolso, foi a Câmara que pagou ou fez favores à BRISA?

----- Acho que era mais democrático deixar estar a minha hortinha e outras do que fazer, o que fez! Não acha? -----

----- Volta o Senhor Doutor Rui Soeiro, mesmo agora, há bocado, ele foi ter comigo e veio-me dizer, e, já me tinha dito no dia vinte e oito de Julho, que tinha mandado para o Senhor Ferreira e Magalhāes uma carta para a compra da minha casa. E, até à data, ainda não recebi carta nenhuma. Mas, também, me acabou por dizer agora que, se o Senhor Magalhāes não actuar, que ele não tem força para isso. Eu deixo a pergunta: -----

----- O terreno é da Câmara? -----

----- As casas são da Câmara? -----

----- O Senhor Magalhāes é apenas o promotor! E, portanto, a partir daí, acho que é... não venha dizer que não! Porque, eu sei perfeitamente! Que eu tenho comigo documentos, que fui tirar na Conservatória que prova tudo, o que se passa! E, eu não vou estar a especificá-los aqui, porque o Senhor sabe perfeitamente. Não vale a pena estar... E, dizem-me assim: como é que a Senhor sabe ou deixa de saber? -----

----- Eu moro no terreno há quarenta anos. -----

----- Eu conheço os donos do terreno. -----

----- Sei, o que é que o Senhor Magalhāes comprou. Eu sei tudo! -----

----- Portanto, não venham com histórias mal contadas, porque isso para mim não vale! Está bem? -----

----- E, agora, vêm-me com esta proposta! Eu deixo a pergunta –, ainda tenho acrescentar uma coisa: -----

----- Como não cedi às exigências da Doutora Odete Perdigão, desde o princípio, porque já o Senhor David Justino queria que fosse para Talaíde ou processá-lo. Eles pegaram nas minhas coisas e puseram-mas à força numa casa e mandaram-me logo uma carta para começar a pagar a renda, E, se eu não mandasse as minhas coisas, que teria de pagar uma renda de sessenta contos. E, disse-lhes como resposta que não pagava sessenta contos nem sessenta céntimos, porque eu tinha um processo de compra, ao qual não deram resposta em seis anos. Que já fez seis anos em Maio em que fiz o pedido de compra. E, a partir daí, os Senhores da Câmara, que governam a Câmara resolveram meter em Tribunal um processo para me fazer uma ordem de despejo. -----

----- Quando chegou a altura do Tribunal decidir, a minha advogada com o advogado da Câmara, Doutor João Nevais ou Navais, nem sei bem, acordaram que em trinta dias me arranjarem a casa, mas já se vai passar duzentos e eu ainda não tenho a casa neste momento! Portanto, não é só o Tribunal Constitucional, não é só a Judiciária, que têm problemas, porque a Câmara também não cumpre aquilo que os Tribunais decidem! Obrigado e tenho dito.” -----

## **5.2. Sr. José Joaquim Ohm do Vale Henriques – Morador em Caxias -----**

----- O Município José Joaquim Ohm do Vale Henriques fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado. -----

----- Boa noite a todos. -----

----- O meu nome é José Joaquim Ohm do Vale Henriques. Moro em Caxias. Pertenço à “Salvem Caxias”.-----

----- Em primeiro lugar, queria apresentar o meu protesto por o Senhor Deputado, julgo que se chama, Elísio Gouveia, pela forma como se referiu a todos, à “Salvem Caxias”. O Senhor Deputado não pode ter comportamento desta forma! A “Salvem Caxias” não tem, não é um movimento político! É um movimento cívico. -----

----- O meu protesto e, eu agradeço que o Senhor Elísio Gouveia prove aqui que nós



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

estamos a “reboque” do Bloco de Esquerda! E, eu agradeço! Senão, há outras formas dele provar!” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** refere o seguinte: -----

----- “Não é, com certeza, essa a intervenção, que o Senhor estava preparado para fazer. Se faz favor.” -----

----- **O Município José Joaquim Ohm do Vale Henriques** continuou e disse o seguinte: -

----- “Não, com certeza. -----

----- Penso que tenho direito em nome da “Salvem Caxias”, apresentar o meu protesto e, a Mesa devia de ter chamado atenção do comportamento deste Senhor.-----

----- Sobre o problema, que foi levantado aqui, em relação à Câmara, PDM e..., principalmente relacionado com isso. O Tribunal chama bem a atenção, que não é só a construção. -----

----- O Estado, neste caso o Ministério da Justiça, propôs-se fazer uma construção e um projecto de urbanização sem consultar tanta coisa muito mais complexa – este é um ponto. -----

----- Outro aspecto, que gostaria de referir e ao mesmo tempo mostra como duas mil pessoas, são mais de duas mil pessoas, que não são do Bloco de Esquerda, assinaram o protesto.-

----- A nossa acçãoposta em Tribunal e a defesa da mesma teve dificuldades imensas – o nosso advogado vai para Tribunal – a sessão em dois dias é feita à porta fechada. Assisti, como Membro da “Salvem Caxias”, aos dois dias. Não vou dizer nada que é secreto, porque o processo foi considerado secreto, Confidencial/Secreto, Segredo de Estado.-----

----- O advogado, durante dia e meio, não pôde defender-se, porque não tinha acesso ao processo, aos documentos. Só dia e meio depois da última sessão da tarde, apareceu a testemunha-chave do Instituto do Património do Ministério da Justiça, o Senhor Engenheiro Morais Correia que, eventualmente, apareceu uma vez ali, em Caxias e, até foi bastante mal

tratado pela sua atitude arrogante, tratado pela assistência. Esse Senhor que se intitulou Oficial da Segurança, que dependia da Agência da Segurança Nacional e, disse em pleno Tribunal que, foi ele que classificou os documentos. Tudo era secreto! É um processo kafkiano! E, de repente, a “Caixinha de Pandora” abriu-se e, o mesmo Senhor desclassificou os documentos. Ali, de repente! Misteriosamente! Com uma excepção, o processo, os documentos continuavam a ser reservados. Eu comprehendo isto! Compreendo que a Policia Judiciária tem que ter alta segurança, porque os gangs da droga e de outras coisas andam à procura de como é que aquilo está organizado.-----

----- Veja, em termos de justiça, que se feche tudo para se defender a justiça! É que não! ----- É por isso mesmo, quando aquele Senhor, lá ao fundo, diz que nós somos do Bloco de Esquerda! Com certeza, nós temos simpatias, todos, e, eu digo-vos, não pertenço a nenhum partido, não tenho nada que justificar mas, com certeza, eu vou culpar os partidos, que nos apoiam! E, eventualmente, agradeço aos Senhores, se querem ter bons resultados nas eleições – estão próximas – e, já viram alguma coisa dos resultados, até neste Concelho, vejam como é que o Governo se comporta! Por isso, é o nosso descontentamento. Muito obrigado.”-----

### **5.3. Sr. Valeriano Leite – Morador em Caxias -----**

----- O Municipe Valeriano Leite fez a seguinte intervenção: -----

----- “Boa noite a todos. -----

----- Eu chamo-me Valeriano Leite e sou da “Comissão Salvem Caxias” e, queria começar por reforçar aquilo que o Vale Henriques referiu. Que, de facto, nós somos um movimento cívico apartidário. Isso está mais que provado e que não aceitamos acusações insinuosas daquele Senhor, que lá está, e, eu sinto-me legitimado duplamente não só por pertencer à Comissão, como também votar na área social-democrata. E, portanto, é pena que o P.S.D. tenha recorrido a pessoas como o Senhor, de baixo nível, e, espero que, de facto, seja substituído nas próximas eleições.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** refere o seguinte: -----

----- “Desculpe, faça a sua intervenção mas, não permitimos aqui, juízos de valor sobre pessoas.” -----

----- **O Município Valeriano Leite** respondeu o seguinte: -----

----- “Está bem. De qualquer maneira, a Senhora Presidente não admoestou àquele Senhor, quando ele fez aquela insinuação!” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** esclareceu o seguinte: -----

----- “Aquele Senhor é um eleito e faz a intervenção política que entenda. Obviamente que...” -----

----- **O Município Valeriano Leite** disse o seguinte: -----

----- “E eu sou um cidadão, que pago impostos e estou aqui quatro horas à espera, quanto outros Senhores que, entretanto, saíram e que não...” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal, Dona Madalena Castro** disse o seguinte: -----

----- “Pronto, mas agradeço... tudo bem, e, por isso, é que nós lhe damos a palavra. Agora, não lhe podemos, realmente, permitir juízos de valor sobre ninguém desta Assembleia. Se faz favor.” -----

----- **O Município Valeriano Leite** continuou a sua intervenção e disse o seguinte: -----

----- “Agora, queria começar a minha intervenção... De qualquer maneira, queria reforçar que, de facto, todo este processo tem sido apoiado por todos os partidos políticos. -----

----- Queria aqui agradecer ao C.D.S. de Caxias, ao P.S.D. de Caxias, ao P.S. de Caxias, à C.D.U. de Caxias e ao Bloco de Esquerda de Caxias. Todos os Partidos assinaram. Tiveram a coragem e é de realçar o C.D.S. e o P.S.D. por terem assinado o Manifesto de Cidadãos, que

pode ser consultado no nosso site. Foi publicado no Jornal de Oeiras e que, de facto, mostra que todos, em Caxias, todos os Partidos Políticos estão unidos – primeiro ponto. -----

----- Segundo ponto – queria agradecer à Câmara Municipal, o Parecer que deu em relação ao Processo da Cidade Judiciária. Foi um Parecer importante, Parecer negativo, que foi parte crucial do processo e que levou a que o Tribunal, penso que também tivesse decidido pela suspensão das obras. Penso que é de referir esse aspecto. -----

----- Agora, nós temos um outro problema, o Tribunal decidiu, a vinte e seis de Julho, a suspensão das obras e as obras continuam! -----

----- O Senhor Líder do P.S.D. dizia:-----

----- “Podem continuar, podem não continuar!” -----

----- Não sei, se leu o Expresso, se saíram lá fotografias? Não sei, se leu o Jornal de Oeiras, se saíram fotografias? Mas estão aqui, as fotografias para eu entregar, já que não está cá a Presidente da Câmara, ao Senhor Vice-Presidente. E, vou-lhe mostrar duas fotografias. -----

----- Se me dão licença, não sei se é permitido se não? Mas, olhe:-----

**----- O Senhor Município Valeriano Leite mostrou aos Senhores Deputados presentes na Assembleia Municipal, fotografias que lhes permitiram avaliar e comparar o grau de evolução, nas várias fases, das obras no terreno, em Caxias. -----**

----- Fotografia tirada antes da decisão judicial de um dos edifícios – é de vinte e seis de Maio. A decisão judicial foi a vinte e seis de Julho. -----

----- E, vão-me dizer:-----

----- “O Senhor não tem fotografias da altura da decisão judicial!” -----

----- No processo da decisão judicial – página vinte sete – para quem quiser ver. Vai lá e diz que ficou provado que ocorreu apenas desmatação, penso que a palavra é incorrecta, devia ser desflorestação. Desmatação é tirar o mato e foram tiradas árvores, portanto, não é desmatar! Desmatação do terreno e que não há obras da estrutura realizadas. Portanto, foi a vinte e seis de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

Julho. Não tenho fotografias dessa altura, mas foi, o que está dito no Tribunal. Portanto, em princípio, isto vale para o dia vinte e seis de Julho. -----

----- Esta tirada hoje. -----

----- Há outras intermédias, que vou entregar ao Senhor Vice-Presidente. -----

----- E, portanto, de facto, mostra, o que é que o Tribunal decidiu? Providência Cautelar. Vejam lá na última página, penso que é a quarenta e cinco, se não estou em erro: “Só podem ser lesadas obras para manutenção dos terrenos, para evitar sustentação de terrenos.” -----

----- Alguém acha que isto são obras de sustentação de terrenos? Pilares com lajes? Eu não sou engenheiro, sou médico mas, se calhar, percebo alguma coisa disto! E, qualquer pessoa percebe, não é? -----

----- Neste momento, a situação é esta: -----

----- Há uma decisão judicial. -----

----- Os Senhores que estão no Instituto de Gestão Patrimonial, Gestores do Projecto, já se viu que são pessoas de baixa qualidade, que não respeitam os valores democráticos, não respeitam a Presidente da Câmara, não respeitam os municíipes de Caxias e nem respeitam o Tribunal! Portanto, são pessoas, desculpem-me o termo, uns “Saloios”, uns “novos-ricos”, que lá foram instalados por alguém! -----

----- Agora, tendo em conta esse facto, tendo em conta que não é possível dialogar com esse tipo de gente, quero que os nossos Representantes democraticamente eleitos façam alguma coisa no sentido de defender os municíipes de Caxias! Ou seja, os Senhores foram eleitos por nós para gerirem os nossos problemas! Neste processo, se houve uma decisão judicial, essa decisão judicial foi devida aos moradores que entrepuseram uma Providência Cautelar! E, portanto, a Câmara veio a “reboque” de um Parecer, que foi importante, mas veio a “reboque” dos moradores. -----

----- Neste momento, o que é que se vai? A Câmara vai também a “reboque”? Quer dizer,

os Senhores do P.S.D. e do C.D.S. tentam fugir, porque se vê que há um dilema entre o apoiarem a Câmara ou apoiarem o Governo. Mas, de facto, isso não pode ser! Nós temos que ter alguma dignidade pessoal!-----

----- E agora, eu como munícipe gostava de saber dos Senhores, o que é que os Senhores vão fazer? Há uma ilegalidade a ser cometida.-----

----- O Senhor Líder do P.S.D. falou de que isto seria desobediência ao Tribunal, quero-lhe perguntar: -----

----- O Senhor está disposto ajudar-nos na Comissão? Por nós termos gasto tempo, termos gasto... Tenho três filhos pequeninos e a minha mulher já me telefonou, várias vezes, para ir embora e não posso! Porque quero manifestar aqui o meu protesto. Estou aqui sentado há várias horas e os Senhores, portanto, têm que nos ajudar nesta... Nós gastámos milhares de euros. Não fomos financiados por ninguém, infelizmente! E, portanto, queremos saber, o que é que os Senhores, que acho que têm responsabilidades perante nós, vão fazer? -----

----- Há uma ilegalidade a ser cometida.-----

----- Querem que Caxias seja destruída? Não seja! O que é que querem construir para aquela zona? Enfim. -----

----- Independentemente de se concordar ou não com o projecto, há uma decisão judicial e isso é o ponto-chave e, os Senhores vão ter que lidar com isto! -----

----- Agora, quero saber, é: -----

----- Se vamos ser nós, os moradores de Caxias, os fregueses de Caxias a lutar ainda mais contra o Ministério da Justiça? Embora tenham sido ameaças de pouca, enfim, importância, mas os Membros da Comissão “Salvem Caxias” têm sido ameaçados! E, portanto, que nos levou até, caricatamente, ir à Polícia Judiciária para tentar fazer queixa, mas fomos remetidos para o Ministério Público de Oeiras e, portanto, a queixa ficou assim, não é? -----

----- Mas, de qualquer maneira, gostava que os Senhores tivessem em atenção este ponto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

e, de facto, não é possível contemplar com pessoas, que querem impor um projecto, pôr o “Rossio na Rua da Betesga”, um projecto anómalo sem qualquer interesse para Caxias. Aliás, quando pergunto, na Assembleia Municipal de Caxias, quais eram os benefícios de Caxias, que teria do projecto, a Senhora Presidente da Câmara falou-me de um projecto estruturante para Caxias. Portanto, o que demonstra alguma ambiguidade dela e não sei, o que é que é um projecto estruturante. Enfim.-----

-----E, houve um Senhor que, já não me lembro quem era, disse que iríamos ficar todos mais ricos e que ia aumentar a segurança em Caxias como segurança em Caxias fosse uma coisa, que não existisse! -----

-----Estou lá há vários anos, e, de facto, nunca fui assaltado, nem fui admoestado e nem hoje, que tenha informações de ter havido assaltos em Caxias! -----

-----Peço desculpa por me ter alongado, mas... Boa noite. -----

-----Se me permite, vou entregar, então, ao Senhor Vice-Presidente as fotografias.” -----

-----**A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Madalena Castro** falou o seguinte:-----

-----“Muito obrigada.-----

-----Com certeza. -----

-----Estão, então, concluídos os nossos trabalhos. Estão encerrados os nossos trabalhos não sem antes de dar oportunidade às Bancadas, enfim, nós não... temos quórum. Mas enfim. Se faz favor, Senhor Deputado Joaquim Cotas.” -----

-----**Perante as questões colocadas pelos municípios, acima nomeadamente designados, os Senhores Deputados, pertencentes a cada uma das Bancada de Forças Políticas, intervieram para dar esclarecimentos.** -----

-----**5.4. Sr. Joaquim Cotas (CDU)** -----

-----O Senhor Deputado Joaquim Cotas disse o seguinte:-----

----- “É o Artigo sessenta e dois, ponto oito e a C.D.U. teria que dizer o seguinte: -----

----- Na verdade, o que foi aqui trazido por estes três municíipes, acho que é sério demais para ficarmos apenas com isso em Acta! E, para ficar apenas para a cultura municipal. -----

----- Na verdade, as fotografias, que aqui foram exibidas pelo Senhor Leite, aqui, munícipe de Caxias, demonstra claramente que a Moção, que foi rejeitada pelo P.S.D. e P.P. tinha que ser aprovada e tinha que ter seguimento. Quer dizer, isto é uma “cegueira política”! É uma “cegueira política” do P.S.D. que em Caxias não teve coragem de votar contra a nossa proposta, que foi aprovada, porque estava lá o Povo de Caxias. E, aqui, rejeitou uma Moção, que na verdade ia no seguimento da proposta, que nós aprovamos em Caxias.-----

----- Portanto, atenção, que isto não pode ficar por aqui! Isto tem que ter seguimento, porque a População de Caxias merece mais respeito do que aquela que lhe tem sido dada. -----

----- Por outro lado, o que foi aqui dito pela Munícipe, Senhora Dona Maria da Conceição, do Alto dos Barronhos, disse aqui muitas coisas duma certa gravidade! E, na verdade, esta Assembleia precisa de ser esclarecida daquilo, que foi aqui afirmado! Porque, na verdade, o que foi dito aqui, é grave demais para ficar também apenas na Acta só. -----

----- Nós precisamos de saber, no concreto, aquilo que foi aqui afirmado! -----

----- Portanto, é isso que a C.D.U., na verdade, exige, é que sejamos informados claramente e de uma forma clarinha e pormenorizada acerca do que aqui foi afirmado. -----

----- O que o Senhor José Joaquim Henriques, também de Caxias, aqui disse, também, na verdade, merece ser considerado e pôs o “dedo na ferida”.-----

----- Nem sempre é possível jogar com “pau de dois bicos”! Ou se está dum lado, ou se está do outro. E, quando ele disse que cerca de duas mil pessoas, que assinaram o Abaixo-Assinado, não eram do Bloco de Esquerda, mas eram da População de Caxias e que, certamente, eram de muitos partidos e, eles, que estão objectivamente, não pertencendo a nenhum partido, mas estão objectivamente com os partidos, com as Forças Políticas, que os defendem, isto é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

clarinho! E, ele tem toda a razão de referir isto!-----

-----Agora, é preciso que, na verdade, todos assumam a sua responsabilidade porque, se eles estão aqui sentados, se deve aos votos daqueles que vieram cá falar!-----

-----Portanto, atenção, porque a C.D.U. requer que lhe seja claramente transmitido, o que foi aqui afirmado pela Senhora Maria da Conceição, porque é grave demais para ficar assim e também de Caxias. Isto não pode parar! Tem que ter seguimento, porque aquela População tem razão. Não lhe pode cair em cima aqueles milhões de toneladas de cimento e arrancar-lhe as árvores e o meio ambiente e a água potável e os esgotos e as acessibilidades. Então, isto vai ficar assim? Não pode!”-----

### **5.5. Sr. Miguel Almeida Pinto (BE)** -----

-----O Senhor Deputado Miguel Almeida Pinto intervém, referindo o seguinte:-----

-----“Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

-----Alguns comentários, depois destas intervenções e relativamente ao problema de Caxias e, intervenções anteriores de alguns Deputados Municipais: -----

-----A postura do Bloco de Esquerda relativamente aos movimentos, que vão surgir... “-----

-----**A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Madalena Castro** interveio para dizer o seguinte:-----

-----“Senhor Deputado, agradecia-lhe que fizesse a sua intervenção como Representante do Bloco de Esquerda, não sobre comentários, que foram feitos durante esta sessão, senão, não saímos daqui hoje. Se faz favor. Faça a sua intervenção.”-----

-----**O Senhor Deputado Miguel Almeida Pinto (BE)** continuou a sua intervenção e disse o seguinte:-----

-----“Sim, Senhor. Não fiz nenhum comentário ainda.-----

-----A postura do Bloco de Esquerda relativamente a movimentos como este, que surgem quase todos os dias aí, pelo Concelho, é uma postura de apoio, quando achamos que os cidadãos

têm razão, mas também sabemos dizer que não. Não vamos a todas por “cegueira política”. Mas, curiosamente este movimento, de todos os que eu conheço e não são poucos, é o único que não é contra a Câmara de Oeiras! É o único que tem uma postura claramente contra o Governo! É um caso curioso! É engraçado! É o único que é contra o Governo! Os cidadãos podem ter algumas divergências com a Câmara de Oeiras, mas percebem que quem está a cometer aquele atentado é o Governo através do Ministério da Justiça, do Instituto de Gestão Financeira e do Património, etc. Portanto, curiosamente, é este movimento que não tem o apoio da Assembleia! E, mais curiosamente, é que existe aqui qualquer coisa que o P.S.D. e o P.P. não estão a ver bem, é que... nós agradecemos! Mas, já houve transferências de voto nas Eleições Europeias! E, o Bloco de Esquerda ficou contente com isso! É evidente que ficou! E, o Partido Socialista também subiu bastante. -----

----- Portanto, isto até causa problemas a nível de resultados eleitorais! E, se deixam esta situação assim, ainda vai causar mais! E, não vai ser só contra o Governo, também vai ser contra a Câmara e a Junta de Freguesia! Se o Senhor Presidente da Junta não assumir posição diferente da do P.S.D., para a próxima já não é presidente, de certeza, da Junta! Portanto, as pessoas devem marcar as suas posições. -----

----- Por último, só um agradecimento ao Senhor Deputado Elísio Veiga, é que hoje fez aqui uma publicidade ao Bloco de Esquerda que o Bloco de Esquerda sozinho não conseguia fazer! Muito obrigado.” -----

#### **5.6. Sr. Jorge Pracana (PSD) -----**

----- O Senhor Deputado Jorge Pracana fez os seguintes comentários: -----

----- “Muito obrigado, Senhora Presidente.-----

----- Ora bem, ouvi, de facto, com bastante atenção as intervenções dos Senhores Munícipes, aliás, como os demais presentes e, quero dizer o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, salientar a justeza com que um dos municípios se referiu,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

efectivamente, à Câmara, de alguma maneira, ir ao encontro daquilo que eu, na minha intervenção anterior, tinha referido, ou seja que, grande parte do mérito de ganho de causa que a Comissão “Salvem Caxias” obteve, ficou a dever-se ao Parecer negativo que a Câmara Municipal de Oeiras emitiu. O que significa, portanto, que a Câmara Municipal de Oeiras, nesta matéria, não tem tido posições dúbia. O P.S.D., nesta matéria, igualmente, não tem tido posições dúbia e, isto porquê? Há que dizê-lo: -----

----- Em Assembleia anteriores e relativamente a Moções, elas foram, de facto, aprovadas aqui por unanimidade. E, portanto, nesta matéria, sejamos muito claros!-----

----- É, de facto, um dos Membros da Comissão que, de facto, se refere, e penso que fazendo justiça, àquilo que tem sido o papel desempenhado pela Câmara, desde o início, em relação a isto. Está contra o projecto. Está contra aquele projecto e por isso emitiu o Parecer de todos conhecido. -----

----- Também tivemos aqui acesso, e ainda bem, a fotografias que, de facto, são elucidativas. Eu não sou, de facto, engenheiro, mas é objectivamente real que me parece, numa primeira análise, que aquilo ultrapassa a simples, enfim, sustentação de terras. -----

----- Agora, o que me pergunto, até por formação, é: porque é que não deram ainda conhecimento ao Tribunal desta situação? Porque quer queiramos, quer não, o Tribunal decide numa primeira fase indiciariamente, mas a “luz já se está a ver-se ao fundo do túnel!” Ou seja, segundo aquilo, que diz a probabilidade do que virá acontecer afinal, é que seguramente a decisão final será no mesmo sentido desta decisão, que agora teve lugar. -----

----- Foi instaurada a acção principal e a acção principal irá ser julgada, irá ser decidida muito provavelmente no sentido que foi a acção primitiva. Portanto, qualquer decisão, que nós aqui possamos tomar, nesta Assembleia, é, de facto, ultrapassar aquilo, que é uma decisão do Tribunal. -----

----- Agora, nós, e eu lhe digo nós, é esta Câmara, inclusive o P.S.D. não pode estar de

acordo, não está e nem nunca estará, que se violem as Leis em vigor neste País! Que se cumpram. -----

----- E, portanto, o cidadão que aqui veio nos mostrar estas fotografias e que as entregou à Câmara, convido formalmente a entregá-las ao Tribunal, porque temos aqui um outro aspecto, o que é que a Câmara vai fazer com essas fotografias? Não pode levá-las ao Tribunal, porque foi considerada parte ilegítima! E, portanto, nesta matéria, estamos condicionados por uma realidade, que é a realidade, de facto, que é o jogo processual! -----

----- Portanto, convidava, se é que ainda o não fizeram, para entregar as fotografias no Tribunal, demonstrando-se assim claramente a realidade! E, portanto, a partir daí, eu não quero acreditar, que o Senhor Ministro da Justiça, a ser verdade o que se passa, queira arriscar uma pena por desobediência ao Tribunal! Não quero! Aliás, repare-se, nós temos claras provas de que as decisões dos Tribunais deste País são para cumprir! Mais que não fosse, veja-se, o que acontece em relação a outras obras públicas polémicas. -----

----- Portanto, não tenho dúvidas nenhuma de que se há uma decisão do Tribunal, é para cumprir. -----

----- Agora, meus amigos, não vamos pôr o “carro à frente dos bois”. Ou seja, neste momento..., isto quer dizer o quê? Não vamos imputar a Assembleia Municipal de Oeiras duma coisa que ela, de facto, não pode fazer! Que é entrar pelo terreno dentro para fazer cumprir a legalidade. Isso cabe aos Tribunais. Felizmente, estamos num País democrático. -----

----- E, já agora para terminar, de facto, estamos num País democrático e eu fiquei, hoje, muito desgostoso, muito desgostoso mesmo, sei que terá sido, seguramente, a título pessoal, porque a C.D.U. era incapaz de interromper a palavra a um Deputado, que apenas queria explicar a razão da sua situação, em termos de defesa de honra e, de facto, assim, oportunamente falará. Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

**Madalena Castro** interveio e refere o seguinte: -----

-----“O P.S. é a última intervenção desta noite.” -----

**5.7. Sr. Marcos Sá Rodrigues (PS)** -----

-----O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues fez a seguinte intervenção: -----

-----“A questão aqui é fundamental.-----

-----Primeiro o caso da munícipe, que apresentou já aqui, pela segunda vez, e tenho sido em memória, de facto, o caso. Nós exigimos, o Partido Socialista exige uma resposta da Câmara por escrito, e, a ser entregue à Assembleia Municipal. Porque, já é a segunda vez, que levanta uma série de dúvidas a Senhora Munícipe, e, com certeza tem as suas razões, e, nós queremos ver esclarecidas, de facto, as razões. Não faz sentido, as pessoas virem aqui pôr as suas dúvidas e não serem esclarecidas e, nós, Deputados Municipais, que fiscalizamos a Câmara Municipal, não temos conhecimento da resposta. Portanto, gostaria de solicitar, em primeiro lugar, uma resposta por escrito e dar-nos conhecimento a nós que é para nós analisarmos a situação. -----

-----Relativamente à situação do projecto da Polícia Judiciária, quer dizer, já está mais que visto, acho que, quando temos aqui num ponto de ordem, o ponto da situação e a própria Câmara não apresenta as fotografias! Até pensei, por acaso, que a Câmara tivesse essa preocupação que era apresentar umas fotografias e, julgo que agora até nem será muito difícil, porque se um munícipe consegue tirar fotografias, julgo que a Câmara também teria tirado para nos mostrar, de facto, a evolução da situação, não é? E, pelos vistos, está a olhos vistos para todos! Mas, a questão fundamental aqui é, não querendo responder ao Deputado Jorge Pracana, por quem tenho muito apreço, é, de facto, o problema processual! Acho que já passamos de um problema processual para uma dúvida existencial e, acho que o P.S.D. daqui, da Assembleia Municipal, continua com uma dúvida existencial, porque não sabe de que lado é que está! E, é um bocadinho, se quer que lhe diga, e, para terminar, quando me estava a falar em defesa da honra, defesa da honra, só me lembrei duma coisa, só podem defender a honra do Governo!

Julgo que seria, porque na crítica do Líder da Bancada...” -----

----- **A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Madalena Castro** interveio, dizendo o seguinte:-----

----- “Senhor Deputado, não vamos entrar, a esta hora, na discussão do conceito da defesa da honra. Termine lá a sua intervenção, se faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Marcos Sá Rodrigues (PS)** continuou a intervenção, falando o seguinte: -----

----- “Com certeza que não, mas terminado, parece-me, de facto, dúvida, o P.S.D. não ter aprovado esta proposta que é uma proposta, que foi apresentada pelo Bloco de Esquerda como foi apresentada outra, na primeira reunião extraordinária, em Caxias, foi apresentada pelo Partido Socialista e que não teve votos do P.S.D. todo, portanto todo! Agora, já houve uma evolução e essa evolução é, de facto..., é bonito perceber que as pessoas evoluem, que já mudaram de opinião e é etc. -----

----- Portanto, fico satisfeito com isso e nós iremos apresentar e, já temos um Requerimento a fazer à Mesa que, logo a seguir à reunião da Senhora Presidente da Câmara com o Senhor Ministro da Justiça que, por mero acaso, já não me lembro do nome, de como é que o Senhor se chama, mas também... Estou com esse problema, porque há bocadinho falavam-me em cultura e eu também já não me lembrava do nome do Ministro da Cultura, mas também, se pensando bem, não me lembro de quase nenhum! Portanto, não sei, se será problema meu, se será um problema do País! Mas acho que sim! -----

----- Mas, para terminar, dizer-lhe que iremos apresentar esse Requerimento e que contaremos, com certeza, com a assinatura do Presidente da Junta de Freguesia, pelo menos, já se comprometeu a isso e do P.S.D., também apelamos, de facto, no seu todo a demonstrar uma posição coerente. É isso que apelamos e é nisso que acreditamos, senão, não estávamos aqui! Obrigado.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OEIRAS

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Madalena Castro falou o seguinte:-----

-----“Senhores Deputados, Senhores Municípios, uma boa noite e muito obrigada pela vossa prestação, que isto, a tarde foi longa.”-----

### 6. MARCAÇÃO DA PRÓXIMA REUNIÃO

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro, e de acordo com os Líderes Parlamentares, marcará a próxima Reunião em data a informar oportunamente.-----

### 7. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO

-----A Senhora Presidente em Exercício da Assembleia Municipal de Oeiras, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro deu por encerrada a Reunião às vinte horas e quarenta e cinco minutos, à qual estiveram presentes trinta e seis Membros (Elísio Olavo das Neves Gouveia da Veiga, Custódio Mateus Correia de Paiva, Luís d'Andrade da Costa e Castro, Manuel Carvalho Teixeira, Carlos Jaime Fonseca Santos, Herondino Jorge Camarinho, José Carlos Correia Estorninho, Rui Manuel de Freitas, Salvador António Martins Bastos Costeira, José António Vilhena Milhano, Luiz Gonzaga Norton Cardoso de Menezes, Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Manuel António Madeira Martinho, Alexandre Manuel Pereira Martins da Luz, Arlindo Pereira Barradas, Maria Madalena Pereira da Silva Castro, Fernando Caldeira Martins, Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga, Ângela Maria Gomes Silva Brito Leite, Rogério Manuel Ferreira Simões Carneiro, Fernando Augusto Frade dos Santos Ferreira, Vidal Diogo Fernandes Antão, Marcos Sá Rodrigues, Pedro Afonso Nóbrega Moita de Melo e Sá, Joaquim dos Reis Marques, Manuel Salgueiro Aparício, Cláudia Sofia Monteiro da Silva, Pedro Licínio Brandão Martins Pereira, Pedro Duarte Alves de Lara Everard, João Carlos Macedo Viegas, José António Tavares da Cruz, Carlos Alberto de Sousa Coutinho, Joaquim Vieira Cotas, José Manuel Milheira Pinto Ferreira, Paulo Henrique Pereira Mendes de Miranda e Miguel da

Câmara e Almeida Pinto) desta Assembleia Municipal, conforme listas anexas.-----

----- Para constar se lavrou a presente acta que vai ser assinada pela Presidente da Assembleia Municipal em Exercício, Dona Maria Madalena Pereira da Silva Castro e pela Primeira Secretária, Doutora Maria Alexandra Colles Gonçalves da Silva Fraga. -----